



Assembleia Municipal de Vila Real

Assembleia Municipal de Vila Real

Sessão de 26/12/2020

Deliberação: Amovida
Para a reunião de 2021

ATA NÚMERO VINTE E UM

SESSÃO ORDINÁRIA

DE

26 DE JUNHO 2020

----- No dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, no Grande Auditório do Teatro Municipal de Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Vítor Hugo Correia Mesquita (PSD), Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos (PSD), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), José Joaquim Abraão (PS), Eurico Vasco Ferreira Amorim (PSD), Zita Maria Lameirão Pires (PS), Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS), José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), Tiago José Rodrigues Monteiro (PS), Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues (PSD), Martina da Conceição Doutel Correia (PS), José Monteiro dos Santos (PS), Abílio de Mesquita Araújo Guedes (PSD), Sónia Isabel Esteves Cruz (PS), Patrique José Luís Alves (CDS-PP), Fernando António Pádua Correia de Azevedo (PSD), João Paulo Gonçalves da Nóbrega (PS), Almerinda Maria Machado Coutinho (PS), Marília Teresa Teixeira Ferreira (PSD), Cristiano da Silva Pereira Moreira (PS), Almiro Amaro Pereira Campos Ponteira (PS), (PSD), Pedro Miguel Magano Silva Pinheiro (PSD), Luís Filipe Borges Brigas (PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (PS), Jorge Manuel do Souto Alves (PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Mais e Melhor), José Armando Ribeiro de Sousa (PS), Jorge Luís Jorge Maio (PS), Francisco José Moreiras Nogueira (PS), Manuel João Musqueira Pombal (PSD), Manuel Adolfo Salgueiro Libório (PS), Paulo Alexandre Portela Correia (PS), Francisco Alcino Varandas Coutinho (Sentir), Hélder Albertino Carneiro Afonso (PS), José Duarte de Carvalho Gomes (Amar Lordelo), Artur Ribeiro de Carvalho (PS), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (PS), Francisco José Ferreira da Rocha (PS), Daniel Francisco Simão Rosas de Carvalho (PSD), Maria Adília Barrias Clemente (PSD), Maria do Rosário Leite Moura (PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (PS). -----

----- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----

----- Luís Manuel Morais Leite Ramos (PSD), por Vítor Hugo Correia Mesquita (PSD). -----

----- Cristina Teixeira Peixoto (PSD), por Marília Teresa Teixeira Ferreira (PSD). -----

----- Pedro Fernando Seixas Leite da Silva (PSD), por Pedro Miguel Magano Silva Pinheiro (PSD). -----

----- Fernando Manuel Lopes Silveira (PS), por Martina da Conceição Doutel Correia (PS). -----

----- José Maria Aires da Costa (Presidente da Junta de Torgueda), por Maria Rosário Leite Moura, (Secretária da Junta de Freguesia de Torgueda). -----

----- Octávio Martins Salgueiro (PS), não se fez substituir. -----

----- **Faltas injustificadas:** Não houve. -----

----- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos e pelos Senhores Vereadores do PS: Adriano António Pinto de Sousa, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida, José Maria Guedes Correia de Magalhães, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, Ana Mafalda Vaz de Carvalho e Nuno Miguel Félix

Pinto Augusto. Do PSD estiveram presentes os Senhores Vereadores, António Batista de Carvalho e Manuel Carlos Trindade Moreira. -----

----- **Hora de abertura:** Às vinte e uma horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. -----

ORDEM DO DIA

1º. Ponto - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2º. Ponto - Apreciar informação sobre atos praticados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, nos termos do nº 2 do artigo 7º-B da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, alterada pela Lei nº 12/2020, de 7 de maio (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).-

3º. Ponto - Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do município, referentes ao exercício de 2019, e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea l) do nº. 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

4º. Ponto - Aprovar a 3ª Revisão do Orçamento de 2020 e das G.O.P.'s (Grandes Opções do Plano) para o período 2020-2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

5º. Ponto - Aprovar a contratação de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos, até ao valor de 1 000 000 € junto do Banco BPI, SA, para financiar a aquisição de Terrenos do Polo II da Zona Industrial de Constantim, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

6º. Ponto - Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habitação, E.M., SA, ao abrigo dos artigos 48º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. (**deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020**).

7º. Ponto - Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, ao abrigo dos artigos 47º e 59º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. (**deliberação da Câmara Municipal de 23 de março de 2020**).

8º. Ponto - Aprovar as condições gerais para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular (Urbanos e Interurbanos) e Flexível, por modo Rodoviário, no Concelho e Vila Real, nos termos do



artigo 6º do Anexo a que se refere o artigo 2º da Lei 52/2015 de 9/06, conjugado com a alínea p) do nº 1 artigo 25º do Anexo I Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020).**

9º. Ponto - Aprovar as condições gerais para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, da conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e serviço público do futuro parque de estacionamento “Seminário”, dos atuais Parques de Estacionamento Públicos para viaturas ligeiras situados na Avenida Carvalho Araújo e no Pavilhão dos Desportos, bem como concessão de exploração e fiscalização de lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcometros coletivos, na Cidade de Vila Real, pelo prazo de 30 anos, nos termos da alínea p) do nº 1 artigo 25º do Anexo I Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020).**

10º. Ponto - Tomar conhecimento do Regulamento Municipal que aprova a Redução das Tarifas Variáveis, de Abastecimento de Água e de Saneamento, aos Consumidores Domésticos praticadas pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A., nos termos do artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril **(deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2020).**

11º. Ponto - Aprovar a prorrogação, pelo prazo de um ano a contar da data de publicação no Diário da República, da suspensão do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e respetivas medidas preventivas, ao abrigo do nº7 do artigo 141ª, da alínea b) do n.º 1 e nºs 2, 6 e 7 do artigo 126º e do nº 1 do artigo 137º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugados com a alínea r) nº 1º do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020).**

12º. Ponto - Aprovar a proposta de composição do Júri do procedimento concursal para recrutamento do Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau – Diretor do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI), nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de Agosto **(deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020.--**

13º.Ponto - Aprovar a proposta de composição do Júri dos procedimentos concursais para recrutamento de Cargos de Direção Intermédia do 4º Grau: Coordenador dos Serviços de Gestão da Residência de Estudantes e Coordenador dos Serviços de Gestão dos Museus Municipais, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de agosto **(deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020)**

14º. Ponto - Aprovar a celebração de Contrato-Programa com a União de Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020).**

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO GASPAR):-** No uso da palavra, disse: Muito boa noite, Minhas Senhoras e Meus senhores, Senhoras e Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, a Mesa quer dirigir-se a vós com os votos de boas vindas para o recomeço destas atividades. -----

---- Depois desta fase conturbada em que fomos afetados por uma pandemia a nível global, é com enorme satisfação que olhamos para a nossa destinta plateia e não observamos quaisquer baixa do seu staff. É com enorme satisfação, é com enorme alegria que esta Mesa constata este facto. -----

---- Realmente, durante estes meses em que todos nós partilhamos uma angústia; em que nós partilhamos um sofrimento muitas vezes calado, sentido; com um medo atroz, dá realmente que pensar acerca do que andamos a fazer nesta vida, o que ela é, o que ela poderá ser, principalmente. -----

-----Este legado que nós temos, é termos para já sobrevivido a esta fase tão crítica. Esperemos e façamos votos para que esta “tripulação” continue até ao fim deste mandato, com todas as suas propriedades humanas. -----

---- Como é compreensível, e isto é do conhecimento geral, temos que ter alguns cuidados durante esta sessão. Todos nós sabemos, vamos somente fazer uma revisão, vamos só fazer um relembrar das atitudes que teremos que tomar. -----

----- Primeiro: devem ser respeitadas escrupulosamente as distâncias mínimas entre os pares desta Assembleia. -----

Em segundo lugar o uso da máscara é obrigatório durante a sessão e a máscara serve para “tapar” a boca e o nariz. Será permitido o uso da palavra sem a máscara, para isso pedíamos aos Senhores Deputados que chegassem ao ambão e falassem sem a máscara. -----

---- Depois de daqui sairmos e no final da Assembleia, até que tenhamos que fazer fila, mas uma visita às casas de banho para lavar as mãos e fazermos a desinfeção das mesmas seria ótimo. -----

----- A Mesa, postos estes considerandos profiláticos relativamente a este assunto, vai dar início a esta sessão de Assembleia Municipal. -----

---- Tivemos uma solicitação, nós a Mesa, para fazermos uma troca na Ordem do Dia, ou seja, a troca de cronologia da ordem do Dia. E então, o oitavo e nono pontos da Ordem do Dia vão passar para o segundo e terceiro pontos, imediatamente a seguir à Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. Por isso, o oitavo ponto e o nono ponto passarão a ser o segundo e o terceiro respetivamente. -----

---- Esta alteração e esta decisão foi consentida por unanimidade em reunião dos líderes das nossas bancadas parlamentares. -----

---- Vamos entrar no capítulo de Antes da Ordem do Dia informando da mobilidade entre Deputados desta Assembleia. Aceites as justificações, por sua vez, foram feitas as substituições conforme referiu a Senhora Segunda Secretária da Mesa. -----

---- E, como informa e obriga o Regimento desta Assembleia, vamos então colocar a ata anterior desta Assembleia à votação. A ata de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que depois da receção de sugestões e correções



por parte dos intervenientes, enviada a todos os Membros desta Assembleia Municipal, vamos colocar à votação a Ata. Cumpre-me perguntar se algum Deputado se quer pronunciar sobre esta ata. Faça favor Senhor Deputado Vasco Amorim. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD):** - No uso da palavra, disse: cumprimento o Senhor Presidente e a distinta Mesa e todos os presentes. -----

---- Eu gostaria de dizer, em nome do PSD, que nós não estamos em condições de votar a ata da última Assembleia, em virtude de na data de dezoito de março de dois mil e vinte termos solicitado as gravações vídeo e de áudio para analisar uma reunião que foi muito, muito longa, com mais de seis horas. -----

---- E nós gostaríamos de a analisar com detalhe para perceber em concreto algumas coisas que foram ditas e como decorreu efetivamente a reunião. -----

---- Esse requerimento foi apresentado numa reunião de conferência de líderes e onde foi argumentado que era tradição, pelo menos no primeiro mandato, que as gravações ficavam disponíveis na Utadtv. E assim verifiquei, entretanto, que trinta e uma Assembleias, desde de dois mil e treze, mais propriamente desde sete do onze de dois mil e treze até dezassete do dez de dois mil e dezassete, e hoje, verifiquei que estão disponíveis para todos nós visionarmos. -----

---- E agora, não só não compreendemos por que é que não estão disponíveis neste segundo mandato, mas pior, podiam não estar disponíveis, mas quando nós solicitamos pela primeira vez estes elementos, pensávamos que era óbvia a sua entrega. -----

---- Havendo dúvidas se poderão ou não ser fornecidas, o PSD e se o Senhor Presidente me der licença eu posso ler o requerimento que apresentei à Mesa, se me der licença, **disse o Senhor Presidente**, faça o favor, **continuou o Senhor Deputado**, muito obrigado, “solicitação da reprodução da gravação vídeo/áudio da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal ocorrida a vinte e oito do dois de dois mil e vinte. -----

---- Eurico Vasco Ferreira Amorim na qualidade representante da bancada parlamentar do PSD, vem por este meio requerer a Vossa Excelência a reprodução da gravação vídeo/áudio da Sessão Ordinária ocorrida a vinte e oito do dois, nos termos e com os seguintes fundamentos: -----

---- Por força do disposto do número um do artigo cinco da lei de acesso aos documentos administrativos e da informação administrativa lei numero vinte e seis de dois mil e dezasseis, de vinte e dois de agosto, todos e sem necessidade de enunciar qualquer interesse tem direito de acesso aos documentos administrativos o qual compreende os direitos de consulta, reprodução e de informação sob a sua existência e conteúdo. -----

---- Dois: nos termos do disposto do artigo três do número um da alínea a) da citada lei considera-se: passo a citar: “ documento administrativo qualquer conteúdo ou parte desse conteúdo que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos ou entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob a forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou qualquer outra forma material”. -----

----- Três: sendo por força do disposto do artigo quarto, número um, da alínea e) da lei número vinte e seis de dois mil e dezasseis de vinte e dois de agosto, os órgãos das autarquias locais consideram incluídos no âmbito da aplicação da mesma. -----

----- Quatro: ora as gravações de imagem e som das reuniões das Assembleia Municipais, consideram-se documentos administrativos e consequência livremente acessíveis e acedíveis por qualquer um, sendo legítima e legal a requisição da gravação da mesma. -----

---- Pelo exposto requer-se a Vossa Excelência reprodução da gravação vídeo/áudio em cd ou pen ou por transferência de ficheiros, por exemplo, o wettransfer ou outro similar da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal ocorrida em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, a última portanto, para o qual o signatário disponibiliza os meios desde logo CD ou PEN se esta for a opção escolhida. -----

---- Com os melhores cumprimentos -----

----- Pelo Grupo Parlamentar” -----

----- Não tendo, após três meses e oito dias recebido uma resposta a este ofício e não tendo acedido aos meios, apenas fiz a revisão habitual das minhas intervenções e que estão incluídas na versão que foi distribuída. No entanto, olhando para alguns dos textos que constam da ata, vejo que ainda não foram corrigidos por todas as pessoas que participaram, e de qualquer maneira há um direito que se exige e é por isso que, com todo o respeito, vimos exigir em nome daquilo que são os nossos direitos. -----

---- E, por isso, nós não estamos em condições de votar a ata e deixo ao critério de Vossa Excelência e desta Assembleia que ação se deve tomar a seguir. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: tenho aqui em meu poder um exemplar do requerimento que o PSD entregou a esta Assembleia e por mim, pessoalmente, rececionado do dia dezoito de março de dois mil e vinte, em que eu despacho da seguinte forma: “tomei conhecimento às dezoito e quarenta e cinco horas. Envio para o gabinete jurídico analisar e informar sobre o proposto. Dezoito do três de dois mil e vinte”. --

----- Tenho a informar que não foi somente o Senhor Deputado Vasco Amorim que fez esta reivindicação, por assim dizer, outras pessoas o fizeram, presumo e é o termo exato para esta situação que em virtude de toda esta confinação, os serviços jurídicos terão algum constrangimento na célere resposta à sua proposta. -----

---- Tenho também aqui outro pedido no mesmo sentido, que é feito por uma Múncipe, que faz também a mesma requisição à Utadtv e em que, no dia três de março, também faço o seguinte despacho. “Eu tomei conhecimento e por nossa parte, da Assembleia Municipal, poderão ter acesso às Atas das reuniões das respetivas Assembleias”. Isto é endereçado à Utadtv. -----

---- Por isso, Senhor Deputado Vasco Amorim, agradeço-lhe e também com o devido respeito por este “lembrete” que faz e vamos tentar agilizar a resposta “dos nossos” da Autarquia de Vila Real, dos serviços jurídicos à sua pretensão, da sua bancada e não só, extensível a todas as pessoas que o fizeram da mesma forma. -----



----- É um direito que assiste, esteja tranquilo, está aqui exarado o compromisso de honra nesse sentido. Temos que pedir desculpa, temos que assumir realmente essa culpa e eu faço-o de uma maneira muito franca e muito aberta. O compromisso está assumido será dissecado da melhor maneira e será fornecido logo que possa. Muito obrigado. -----

Mais alguém querará falar sobre este assunto? Não havendo ninguém que o queira fazer, vamos então colocar à votação a Ata de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte da Sessão Ordinária, conforme já referi. -----

---- **Interpelou o Senhor Deputado Vasco Amorim**, Senhor Presidente não existe qualquer prejuízo, do nosso ponto de vista, em haver um adiamento da aprovação da Ata, uma vez que são aprovadas as minutas no final de cada reunião para os devidos efeitos. -----

---- Portanto, não há nenhum impedimento legal de nada que fique parado, por exemplo, a não aprovação da Ata, e dando oportunidade a haver as correções que são devidas, nalguns dos textos que eu fui apreciando e que é uma Ata muito longa, tem quase cento e vinte páginas, eu pedia ao Senhor Presidente que considerasse e que propusesse a esta Assembleia o adiamento desta votação, porque, não traz qualquer prejuízo, no nosso entendimento, e ficará devidamente feita no momento próprio. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Rodrigo Sá faça favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS):** No uso da palavra, disse: Boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, Senhor Presidente do executivo, demais Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados e cumprimentos também todos aqueles que assistem, quer presencialmente, quer em casa à nossa Assembleia Municipal. -----

---- Senhor Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista opõe-se à retirada da Ata à votação, uma vez que, o Senhor Deputado Vasco Amorim foi muito explícito ao dizer que se trata de uma retaliação ao atraso ao requerimento que fez há cerca de três meses. -----

---- E, portanto, a metodologia utilizada para fazer esta Ata é a mesma, do que eu me recorde, desde sempre na Assembleia Municipal de Vila Real, recorrendo até por vezes a meios de gravação até mecânicos muito mais antigos, muito mais arcaicos e muito mais difíceis de transcrever. -----

---- E, portanto, o grupo parlamentar do PSD quer fazer uma birra, eu acho muito bem que faça, tem o direito de a fazer, agora pela parte do Partido Socialista, como é evidente, consideramos que a Ata estará tão bem feita como todas outras que são feitas, pelo menos desde que eu me lembro, já serão pelo menos uns dezoito anos, não concordamos com a retirada da Ata e gostaríamos de a votar, evidentemente. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Patrique Alves faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP):** No uso da palavra, disse: começo por cumprimentar o Senhor Presidente, em si cumprimentar toda a Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, cumprimentar o público que está aqui presente e aquele que nos segue lá em casa, cumprimentar também os trabalhadores do Município que colaboram para que esta Assembleia Municipal chegue a bom porto. -----

----- Relativamente a esta questão, eu gostava de dizer em nome do CDS que não vemos problema algum que se adie a votação da Ata. O que aconteceu na reunião, já aconteceu, está documentado, se existe uma gravação eu não vejo inconveniente nenhum que essa gravação seja cedida. -----

---- Aliás, eu acho que essas gravações, existindo, poderiam ser disponibilizadas. São reuniões públicas, as pessoas podem assistir através da Utadtv, e por que não isso estar disponibilizado como já esteve no passado. -----

----- Eu acho que, já todos aqui defendemos isso ao longo do tempo, todos defendemos que haja uma maior aproximação entre quem está aqui nesta sala e quem está em casa, os Múncipes, e, portanto, será mais uma das formas de o fazer. E se dermos este passo hoje, acho que estaremos a caminhar no sentido certo e, portanto, é também entendimento do CDS, havendo essa pretensão que se possa adiar a votação da Ata e que seja, obviamente, cedida a gravação a quem a solicitou. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Rodrigo Sá quer reintervir, faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS):** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apenas para fazer uma proposta verbal, propomos a votação imediata da Ata. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Havendo esta dicotomia de opinião, pergunto se há mais alguém que deseje usar da palavra. Não havendo coloco a proposta de votação imediata da Ata à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Moção aprovada por maioria,**

Apuramento dos Votos:

Contra: 13 votos dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP

Abstenções: 1 voto, Presidente da Junta de Mateus

A favor: 31 votos do Grupo Parlamentar Municipal PS

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Assim, coloco a Ata de vinte e oito de fevereiro de 2020 à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: - A Ata de vinte e oito de fevereiro de 2020 foi aprovada por maioria.**



Apuramento dos Votos:

Contra: 0 votos

Abstenções: 1 voto, Presidente da Junta de Mateus

A favor: 31 votos do Grupo Parlamentar Municipal PS

Os Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP não votaram.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Vasco Amorim faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD):** - agradeceu e disse: Senhor Presidente é nossa obrigação justificar por que não votamos. -----

----- Nós entendemos que esta votação foi precipitada e provavelmente ilegal, porque está no nosso Regimento que este documento administrativo é construído a partir de uma base de trabalho, feita em colaboração e nós não tivemos acesso a todos os elementos que necessitávamos para fazer uma Ata de acordo com o que se passou na realidade. -----

----- E temos dúvidas sequer da legalidade desta votação, lamentamos. Acho que fazem de uma questão administrativa uma questão política, com uma questão de força desnecessariamente, uma vez que não havia qualquer prejuízo de adiar a votação desta Ata.

---- Lamentamos e também lamentamos a falta de coerência do Partido Socialista que, no passado, teve atitudes diferentes e o PSD teve uma resposta completamente diferente porque a chegamos adiar votações de Atas quando o PSD era poder. -----

---- E tenho pena que a memória, de facto, seja fraca. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Patrique Alves faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP):** agradeceu e disse: eu gostava também de manifestar aqui a minha incredulidade ao que aconteceu aqui. Eu também já tinha expressado a minha opinião, na conferência de líderes, relativamente a esta questão. --

----- Independente do Executivo, sempre defenderam, aqui, as suas ideias de uma forma clara e transparente e acho que não havia necessidade nenhuma de se aprovar uma Ata sem que se tivesse a certeza absoluta de que, aquilo que lá está escrito foi exatamente o que aconteceu. Acho que era tirar apenas alguma dúvida para quem a tinha, não era o meu caso, acho que não havia necessidade nenhuma e acho que a democracia ensina-nos, precisamente, o contrário. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Peço à Senhora Segunda Secretária para ler o expediente recebido. -----

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (FÁTIMA MOURIZ):** Disse: Passo a ler o expediente:

Da Câmara Municipal de Vila Real

Vários convites

. Do Presidente da Câmara de Vila Real, (Grémio Literário) para a reedição de “ A Rua Direita – Uma Janela sobre Vila Real” no dia vinte e nove de Junho.

Vários convites do Grémio Literário;

Serviço de Difusão a pedido do Grémio (vários convites)

Expediente recebido/enviado

.De Joaquim Carlos Barreira Gonçalves, alterando a data para a Sessão de apresentação do III Volume do Livro da História do Sport Clube de Vila Real (Paixão e Glória, 1950-1960, para Julho

Outras entidades

.Da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), vários, a solicitar a colaboração no preenchimento de Inquéritos e Questionários endereçados ao Presidente da Assembleia Municipal.

.Da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), dando conhecimento das várias Revistas e Livros de interesse – Valorização do Papel e da Eficácia das Assembleias Municipais.

.Uma Exposição de Manuel Carlos Guerra Massa, na qualidade de sócio Gerente da PORTTABLE, Produtos Alimentares, Lda., solicitando que lhe seja dado conhecimento do local data e hora da Sessão Ordinária a realizar em Junho, e simultaneamente solicita a sua inscrição para usar da palavra de acordo com o Regulamento da AMVR.

. Relativo às atividades desenvolvidas sobre a preparação de **Reuniões das Comissões Especializadas.**

• Representantes dos Grupos Parlamentares – dia 13/05 e (17/06)

• Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos; (23/06)

• Comissão de Ordenamento do Território; (23/06);

• Certidões da Câmara Municipal de Vila Real relativas a todos os Pontos da Ordem do Dia da Sessão Ordinárias de Junho

• Convocatória para a Sessão de Junho

• Vários Ofícios de pedidos de substituição nas Sessões desta AM.

• Ofícios enviados aos Representantes dos Grupos Parlamentares Municipais na AMVR, remetendo atas da Assembleia Municipal para conhecimento.

• Ofícios do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, endereçados ao Senhor Presidente da Câmara solicitando as diligências necessárias para apoio de logística e dando conhecimento da pretensão da realização de algumas Comissões após consenso de Líderes partidários.

• Ofícios do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, endereçados ao Senhor Presidente da Câmara dando conhecimento da intenção de abertura de portas da Assembleia Municipal aos Municípios que o pretenderem.

---- Toda a correspondência está sempre ao vosso dispor para consulta no gabinete de apoio à Assembleia Municipal, se assim o desejarem. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: a partir da próxima semana, a Assembleia Municipal estará disponível num horário que será, em princípio, à sexta-feira, das catorze horas às dezassete horas e trinta minutos estarão as portas abertas, e algum elemento da Mesa estará lá presente para receber as pessoas que queiram dar o seu contributo, opinando sobre a nossa cidade. -----

----- Foi expedido uma solicitação, um pedido, que surgir da reunião de líderes, onde também tive o privilégio de estar presente que, devido a alguns dissabores que temos tido com as gravações destas Assembleias, em que, muitas vezes, existem quebras de gravação. -

---- Nós constatamos que isso poderá dar origem a algumas más interpretações, a presunções erradas, em que nós não temos qualquer interesse que tal aconteça. -----

---- Por isso, solicitámos e volto a dizer que isto foi consensual numa reunião de líderes, a solicitação de um meio de áudio que seja unidirecional, sou um leigo neste assunto, mas penso que, possuímos nesta Assembleia para passarmos a ter outro em simultâneo e de preferência até homodirecional para poder captar, todas essas vibrações sonoras. -----

---- Foi também solicitada a reunião da Comissão de Finanças, com a presença do Senhor Diretor Financeiro, Senhor Doutor Eduardo Varela que se realizou e que daqui a pouco iremos ouvira o relatório dessa mesma Comissão. -----

--- Deu entrada na Mesa uma Moção apresentada pela Bancada Parlamentar do PSD e subscrita pelos partidos com assento na Assembleia Municipal, a qual foi admitida por unanimidade. -----

---- Deram entrada na Mesa também Votos de Pesar e Votos de Louvor. -----

--- Iria então solicitar ao líder da bancada do PSD, Deputado Vasco Amorim, para ler a Moção. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD): - No uso da palavra, disse: Moção, **“Pela Retoma Urgente da Prestação de Serviço de saúde aos Utentes do SNS”**

“O regresso à normalidade do Sistema Nacional de Saúde, em particular, onde a pandemia COVID-19 já está mais contida, é fundamental para permitir o acesso aos cuidados de saúde dos doentes crónicos, dos utentes de risco, e para as consultas de rotina e para permitir a realização dos devidos exames de diagnóstico.

Deverá ser um objectivo imediato recuperar a confiança dos doentes nas instituições de saúde e garantir a segurança de circuitos, salas de espera, etc., bem como incrementar a aposta em novos modelos de cuidados de saúde através de cuidados de proximidade, domiciliação, entre outros.

Assim propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Real delibere:

Solicitar ao Governo, através da atuação conjunta dos ministérios da Saúde, das Finanças e demais áreas conexas, o apoio a um plano com todos os meios necessários, humanos e financeiros, para que se retomem as consultas de rotina, exames de diagnóstico e cirurgias programadas, por forma a dar o tratamento humano a milhares de cidadãos, dos cuidados médicos que necessitam e merecem.”

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: depois de ouvir esta Moção, coloco esta Moção à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade, “Pela Retoma Urgente da Prestação de Serviço de Saúde aos Utentes do SNS”**. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: a Mesa também foi incumbida da realização de três votos de pesar, de pessoas muito carismáticas da nossa região, com intervenções a todos os níveis da nossa sociedade. -----

----- Perdoem-me e permitam-me também que vos faça uma pequena reflexão sobre esta parte da Assembleia Municipal. -----

---- Sou Presidente desta Assembleia Municipal, uma grande honra para mim e, quando um Presidente de uma Assembleia Municipal ouve da própria boca de todos os líderes das bancadas parlamentares dizerem, faça você o voto, se faz favor. -----

----- O PSD, o CDS e o Partido Socialista, unanimemente me pediram este procedimento. É evidente, é com grande orgulho que eu digo isto. Se eu tinha algum objetivo como Presidente desta Assembleia Municipal, acreditem e muito sinceramente, esse objetivo está cumprido, era isto que eu queria, foi isto que eu sempre desejei, ter a unanimidade de todas as bancadas parlamentares. -----

----- Este desiderato, que vai continuar a ser desenvolvido, vai ser continuado e trabalhado por esta Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- É para nós uma honra e, repito, é para nós um orgulho porque quem se dá ao respeito recebe em troca esse mesmo respeito. -----

---- Por isso, permitam-me a expressão e olho para todos vós “olhos nos olhos” da mesma forma, muito obrigado, minhas queridas e meus queridos amigos pela confiança que em nós depositaram. -----

---- Como Presidente da Assembleia Municipal sinto-me realizado porque não serão muitos os Presidentes das Assembleias Municipais deste País que possam desenvolver uma retórica similar a esta que vocês estão a ouvir, muito obrigado reconhecidamente a todos vós. -----

-----“O primeiro voto de pesar vai para toda a população portuguesa que teve o fim de vida triste, e que pagou com o sofrimento e a morte a passagem por esta pandemia. Não digo indefesos mas com armas, muito desiguais, relativamente a este “grande monstro” que é o Coronavírus. -----

Um minuto de silêncio a todos aqueles que faleceram como consequência desta doença trágica COVID-19”. -----

----- Começo por ler **SEGUNDO- VOTO DE PESAR AO SENHOR PADRE NORBERTO PORTELINHA**. -----

“ O Reverendo Padre Norberto Pires Portelinha nasceu em Telões no dia 3 de março de 1928 e foi batizado na Paroquia de Telões no dia 5 de março do mesmo ano.

De 1929 a 1939 a sua infância foi também vivida na Freguesia de Mateus, frequentando a Escola Primária de Vila Pouca de Aguiar e o Colégio da Boavista de Vila Real.



Em 1940 ingressou no Seminário de Vila Real.

Foi ordenado diácono em 8 de dezembro de 1954.

Em 4 de junho de 1955, foi excecionalmente ordenado sacerdote juntamente com 5 discípulos, no Ano Mariano promulgado pelo Papa Pio XII a quem pediu expressamente autorização em nome dos Finalistas dos diversos Seminários, e lhes foi concedido, recebeu pela Santa Sé um louvor.

Terminou o Curso de Teologia em 3 de julho de 1955.

Em 18 de julho de 1955, foi nomeado Coadjutor da Paróquia de Santa Maria Maior na Cidade de Chaves, fundando o Agrupamento de Escuteiros Católico 198, a Obra do Soldado, acompanhando os militares da Cavalaria nº 6 e os Caçadores nº 10, na Comissão Municipal de Assistência, na Corporação de Assistência e na Escola Comercial e Industrial.

Em 1956 lecionou no Colégio de Nossa Senhora da Saúde em Chaves, as disciplinas de Latim/Grego/Educação Musical/Educação Moral e Religiosa Católica até 1958. Desde aí mantendo-se no ensino como Professor de Educação Moral e Religiosa Católica e em contínua formação na Universidade de Souborne em Paris.

Em 23 de Setembro de 1958, Primeiro Capelão Oficial do Asilo Pe. Manuel José Pita, da Congregação das Irmãs das Anciãs Desemparedados em Chaves, estabelecendo relações cordiais com capelães das outras casas de Espanha, nas Cidades de Ourense e Santiago de Compostela, sendo ainda hoje considerado por toda a Congregação a nível Mundial Capelão Honorário da Congregação das Irmãs das Anciãs Desemparedados.

De 1967 a 2000, pertenceu à Obra Católica das Migrações, como Secretário Diocesano das Migrações, laureado e reconhecido pelo seu trabalho desenvolvido ao longo de 33 anos, pela Conferência Episcopal Portuguesa, na Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobiliária Humana.

Em 4 de outubro de 1968, partiu de Chaves do Asilo Pe. Manuel José Pita onde residiu 10 anos para o Liceu Camilo Castelo Branco e Escola do Magistério em Vila Real.

Em 1969 foi responsável do CIFOP, bem como pela estadia dos alunos e viagens, pelo Instituto Politécnico que veio a tornar-se na atual Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde desempenhou um papel fundamental.

De 1969 a 1973, foi nomeado digno pároco de Lamas de Olo e Borbela, onde evidenciou e contribuiu para o melhoramento das estruturas de acesso e manteve a perseverança da Fé.

Foi nomeado digno pároco de Constantim, em 1973, durante 38 anos até abril do ano de 2011, assumindo e sendo pároco de Mateus de 1 de janeiro de 1976 a julho de 1976, bem como, de 16 de março a 1988 a 31 de dezembro de 1993, sendo precursor do Projeto Social da Paróquia de Mateus, assumindo a responsabilidade de completar o Lar e as suas valências, atribuiu o nome de Monsenhor Miranda, bem como a valência da Creche o nome de Maria de Lurdes, atribuiu a sede ao Agrupamento de Escuteiros Católicos 708 passando da Casa da Bomba, edificou o pavilhão gimnodesportivo e o espaço utilizado pela nobre Banda de Mateus e iniciou a obra do Lar de dependentes terminada pelo Monsenhor Miranda.

Prestou sempre ao longo destes anos cordiais relações entre as várias estruturas e associações presentes na Paróquia de Mateus, desde a Banda de Mateus, os clubes de futebol de Mateus e Abambres, os grupos de Bombos, a Fundação da Casa de Mateus, entre outras.

Acompanhou a Comissão Administrativa de todas as Escolas Preparatórias em todos os Concelhos do Distrito de Vila Real, a saber de uma forma particular a Escola Secundária, cujos trabalhos fiscalizou, apetrechou, abriu ao público e atribuiu o nome que a tornaria conhecida como Escola Secundária Morgado de Mateus, bem como, a Escola Preparatória Diogo Cão na capital transmontana.

O Rotary Club de Vila Real distinguiu-o, em 9 de fevereiro de 2000 pelos serviços prestados à comunidade, e em 9 de março de 2006 recebeu também do Rotary Club de Vila Real a distinção de Mérito Profissional.

Desde o ano 2011, demonstrou a atitude de serviço e disponibilidade para ajuda aos párocos e sacerdotes vizinhos nomeadamente Andrães, Nogueira e muitas outras paróquias inclusive Mateus, Constantim e Arroios. Foi nomeado Pároco de Lamares.

Em 1 de julho de 2013 recebeu o Diploma de Diretor do OCPM, em sinal de reconhecimento e gratidão, uma homenagem merecida.

Durante o ano de 2014, manteve sempre a disponibilidade para ajudar as Paróquias de Andrães e Nogueira.

Recebeu a medalha de Ouro de Mérito Municipal de Vila Real em 2017.

Cidadão Honorário da Freguesia de Mateus.

Completo 65 anos de Sacerdócio e faleceu no dia do Imaculado Coração de Maria.

Perante este Curriculum tão heterogéneo, tão variado, tão eclético, abrangendo de uma forma tão rica todas as atividades por ele exercidas e honradas que mais haverá a dizer?

Perante esta história tão rica de vida terrena, seremos nós, alguém para dizer mais alguma coisa?

Vamos arriscar a fazê-lo de uma forma tão realista, de uma forma tão verdadeira e simples, como era seu timbre. Homem de grande gabarito moral, o que lhe conferia uma honestidade, e um saber estar de grande isenção, com uma capacidade de comunicação ímpar, sabendo-o fazer com grande fluidez para todas as pessoas, de uma forma tão clara, tão segura, tão crítica e tão afável.

Todos o conhecemos, não só dos eventos religiosos, mas também participando na atividade da Sociedade Vila-realense. Pessoa de Grande Bondade, apoiando todos os que necessitavam e lhe solicitavam, respeitando toda gente do mais díspar credos, por isso foi sempre muito respeitado por todos que com ele conviviam.

Homem simples, com uma grande humildade, nunca ostentando qualquer sinal de riqueza, nem de poder.

Sem necessitar de apêndices publicitários para se fazer notar e para ser valorizado. Um verdadeiro líder admirado pelos seus pares e pelos seus paroquianos, de uma forma tão natural, tão espontânea, que dele tanto se orgulhava.

Tal como o seu currículo evidencia, foi um Senhor que, valorizou muito a nossa Cidade de Vila Real, de uma forma tão intensa, constituindo uma verdadeira mais-valia social, religiosa e institucional.

Um verdadeiro exemplo de um Bom Homem.

Se os Sacerdotes são profetas à imagem de Cristo, ele é o paradigma desta evidência”.

---- Proclamou um minuto de silêncio pelo Reverendíssimo Padre Portelinha. -----

----- TERCEIRO-VOTO DE PESAR A PEDRO PIMENTEL

“Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel, nascido em 16 de abril de 1970, em Castedo do Douro, Concelho de Alijó, Distrito de Vila Real, casado e deixa um filho e faleceu aos 50 anos de idade.

O Luís Pedro Pimentel foi Secretário-geral adjunto do PSD durante a liderança de Pedro Passos Coelho, quando o Secretário-geral era José Matos Rosa e foi Deputado à Assembleia da República, que deixou em 2015.

No Governo, exerceu o cargo de Secretário-geral adjunto no gabinete do ex-Primeiro-ministro Durão Barroso e ocupou o mesmo tipo de funções com José Luís Arnaut, como Ministro-adjunto.

A nível local, foi membro da Assembleia Municipal de Alijó e da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal (CIM) Douro.

Foi, Vice-presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Vila Real.

Presidente da Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Alijó.

Presidente da Comissão Política de Secção do PSD de Alijó.

Pedro Pimentel, colaborador da Rádio “Universidade FM” no programa Traços nos TTTs que começou a ser realizado a 28 de abril de 1996, e a partir de 1998 com a sua presença. Foi também colaborador do jornal “A Voz de Trás-os-Montes” em 2015, numa rubrica quinzenal.

O ex-Deputado eleito pelo círculo de Vila Real na Assembleia da República, Luís Pedro Pimentel, faleceu dia 06 de junho, aos 50 anos.

“Vitivinicultor de profissão, era uma voz respeitada pelos seus pares no que às questões da agricultura dizia respeito. A Casa do Douro, e a crise que a mesma atravessou, foi matéria a que dedicou grande atenção”, pode ler-se no texto do Presidente da Assembleia da República, afirmando que e passo a citar: “ainda tinha muito para dar a Alijó, a Vila Real e ao país”.

Luís Pedro Pimentel foi deputado na Assembleia da República, em várias legislaturas. Funções que desempenhou sempre com altruísmo, espírito de entrega e responsabilidade, “bateu-se, no parlamento, pela defesa dos interesses e necessidades das gentes de Vila Real e de Trás-os-Montes”

No mesmo texto, é recordada a sua passagem pela sede nacional social-democrata, como Secretário-geral adjunto, “cargo que lhe permitiu conviver de perto com centenas de militantes e simpatizantes do seu partido, deixando saudades nos que consigo se cruzaram”.

Na Assembleia da República, integrou as Comissões de Defesa Nacional e Agricultura e Mar, e a Delegação Permanente à Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO), onde concentrou o seu trabalho parlamentar.

“Enquanto deputado da Agricultura, como por vezes era conhecido, manteve-se sempre atento aos problemas do mundo rural, aos desafios dos produtores agrícolas, em especial aos da vitivinicultura da região do Douro, de onde era natural. Procurava dar voz a quem não tinha, espalhando com cuidado e dedicação, as reivindicações dos agricultores cuja nobreza da atividade permite a sobrevivência do Homem. Luís Pedro tinha também essa nobreza enquanto vitivinicultor”, refere.

“Grande Homem, que, ao longo da sua vida se destacou pela elevada postura que sempre manteve, independentemente dos cargos e funções que ocupava, preocupava-se apenas em dar o melhor de si em prol dos outros”.

“Entregava-se com o seu sorriso inconfundível e genuíno, revelando a sua imensa fé. Isso é parte do seu legado”.

Um autêntico Senhor que trouxe da Política Regional e Nacional valores morais, dos quais não abdicava, como o respeito pelo próximo, a humildade, a sinceridade, o saber estar, de uma educação e afabilidade imensas, transmitidas pela sua família da qual tanto se orgulhava e da qual não abdicava.

O Dr. Pedro Pimentel foi um dos amigos que angariei nas lides da política, e que, pelo seu nível, vem a contradizer o que para muita gente é uma certeza, de que, na política não há amigos.

Foi a antítese desta teoria que vivi e senti no Dr. Pedro Pimentel, ainda reforçada por motivos profissionais que nos aproximaram ainda mais, havendo um respeito de Homem para Homem, uma amizade que se foi aumentando e fortalecendo entre nós, que conseguiu destruir a pobre órfã ideia de que os emblemas separam as pessoas.

Sim, é verdade que separam e até hostilizam, mas quando essas pessoas são pobres de espírito, vazios de classe intelectual, assim como a educação.

Não tenhamos dúvidas, de que os seus objetivos eram os nossos – lutar sempre pelo bem-estar de todos, por uma vida melhor e acima de tudo por uma paz que ele queria “ad eternum”.

Os emblemas na lapela, não são seriedade, nem honestidade a ninguém, antes pelo contrário, quem os usa é que os dignifica, os torna sérios e honestos, e o Dr. Pimentel era o paradigma desta verdade.

Caro Luís, como sempre me pediste que te tratasse, partiste sem te despedires de nós, mas ficou o teu sorriso, o teu ar tão sensato, tão cordial, tão afável, tão compreensivo. Aliás a tua imagem de marca.

A morte, tudo leva, a mentiram a injustiça, a hipocrisia, a raiva, o rancor, a inveja, mas não consegue levar o AMOR e a AMIZADE, que tão bem reproduziste, nos ensinaste e nos ofereceste, pelo teu convívio gentilizad~~o~~, e que guardaremos e praticaremos sempre em tua homenagem!

Será no nosso compromisso para contigo. Este é o teu legado tão nobre.

Serei sempre um dos teus.

Dr. Pimentel, só morre quem é esquecido.

Jamais morrerás. Estarás eternamente connosco.



Até sempre, nosso querido amigo”.

---- Proclamou um minuto de silêncio pelo Luís Pedro Pimentel.-----

---- Deixo para o fim, de uma forma propositada o voto de pesar de uma pessoa que também foi um ícone político da nossa região, uma pessoa que teve o privilégio de acompanhar, uma pessoa que me ensinou tudo da vida, do ponto de vista profissional, foi o meu orientador de internato de especialidade, uma pessoa que me ensinou a ser até como pessoa aquilo que eu sou. -----

--- Doutor Ginja um Amigo, Doutor Ginja controverso à sua maneira, Doutor Ginja coerente, Doutor Ginja sincero, por isso, Senhoras e Senhores Deputados vou fazer este voto de pesar, como compreenderão, é um voto de pesar sob o ponto de vista afetivo, de dívida que eu tenho para com ele, é muito, muito grande, foi o meu pai profissional, posso-vos dizer até que, completou de uma forma tão nobre a minha educação. -----

QUARTO-VOTO DE PESAR A JORGE RODRIGUES DOMINGOS LEITE GINJA

“Jorge Rodrigues Domingos Leite Ginja, um verdadeiro Transmontano, das terras Carviçais, que tanto orgulho lhe dava, pela forma como falava das suas gentes, com uma marca de sinceridade inigualável coerência que sempre evidenciava e ostentava de uma forma exemplar apesar de ter nascido no Porto.

Homem de palavra, de compromissos assumidos e também cumpridos, que não se hipotecava a nenhuma conveniência, mas sim a uma autodisciplina férrea que impunha de uma forma natural e espontânea a quem o rodeava, no que respeita a dignidade, lealdade e amizade. Princípios de vida intrínsecos e que forma reforçados e gravados na sua autoestima, pela educação de que tanto se gabava, oriunda do Colégio Militar.

Homem frontal de uma franqueza inalterável, de uma lisura enorme, muito difícil de encontrar.

Intransigente nos seus valores morais, sempre na defesa dos mais desfavorecidos, criticando quando o tinha de o fazer sem ser nunca o política ou socialmente correto, como é apanágio da maioria dos que se julgam políticos de hoje.

Pela verdade, pela justiça, pela democracia sempre, Dr. Ginja!

Ai quem o tentasse desviar deste rumo!...

Que grande admiração por este Homem, de uma cultura muito acima da média, estando sempre disponível e com um “à vontade” e um “saber”, para discutir qualquer assunto que surgisse.

Senhor de uma expressão muito sua e que eu herdei, aprendi e que tento praticar na minha caminhada da vida, em todas as suas vertentes: “Eu não tenho dono, sou dono de mim mesmo, respeito toda a gente por igual, desde que o façam o mesmo comigo”...

E, é este o paradigma praticado pelos que se julgam políticos, nos dias de hoje?

Por outras palavras, irei explicar:

Deu imenso à Política e ao seu Partido Socialista, foi Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Vila Real, foi Delegado Regional da Cultura do Norte.

É um símbolo deste Partido Socialista, quer no panorama Regional, quer no panorama Nacional, nas áreas políticas e culturais. Mas esta política foi muito ingrata com ele que não

merecia passar por esta indiferença tão grande a que foi votado e, pior ainda o tê-lo sentido de uma forma tão injusta, tão amarga, tão fria.

Dr. Ginja que tanto deu, que tanto lutou e que tanto defendeu os seus princípios, quer nas lutas académicas da década de 60, que contribuíram de uma forma fundamental para o aparecimento do 25 de Abril de 1974.

E em troca o que recebeu?

Ingratidão, desapego, indiferença, que retratam finalmente a teoria abominável, execrável do “disposable”, isto é “usa enquanto é útil, deita fora quando não for necessário”.

Que tristeza, que grande desilusão, pior ainda, que grande mágoa e arrependimento traduzidas pelo conselho que sempre e repetidamente me dava: “João, fazes mal em te filiares num partido porque uma pessoa como tu, deverá ser sempre independente. Não caias nesse erro!”

Como o compreendo agora Dr. Ginja!...

Mas um Homem como ele de grande coragem, resiliência, porque acreditava veementemente nos princípios de defendia, nunca desistiu, antes pelo contrário, demonstrava sempre um grande alento em discordar, continuamente a lutar, com polémica, aliás a sua imagem de marca.

Foi pedra importante em vários programas de discussão política em sessões radiofónicas de natureza política, cívica e cultural.

Foi Deputado desta Assembleia Municipal. Que honra sinto e tenho de respirar o seu ar.

Médico de várias vertentes, clínicas, quer de família, quer como Especialista de Cirurgia Geral, oriundo de uma escola de virtudes, quer Humanas, quer Académicas, como é o Hospital de Santo António do Porto, formou e continua a formar tantos Cirurgiões de referência, pela qualidade e pela sabedoria.

É precisamente neste trajeto, que eu tive a sorte e a felicidade de me cruzar com o Dr. Ginja.

Quando entrei para a Especialidade de cirurgia geral, foi o meu orientador de Internato de especialidade, meu tutor e meu responsável. Foram seis anos como interno e o triplo do tempo como Especialista que partilhamos o mesmo serviço, o mesmo gabinete, a mesma equipa de urgência, a mesma sala de bloco operatório, vivendo as horas boas e algumas muito más, que construíram o médico, mas construiu principalmente a pessoa que sou.

Grande cumplicidade tivemos e partilhamos.

Um conselheiro nas horas difíceis da vida, autenticamente o meu orientador.

Dr. Ginja, meu grande chefe, que sempre me soube ouvir, fosse em que assunto fosse.

Tanto mas tanto me ajudou, assim como a outros colegas.

Perdemos todo um grande valor de extrema Seriedade, Honestidade, Lealdade, Amizade, Humanidade de Democracia, a Lutar sempre pela Liberdade.

Sigamos todos estes valores!

Olhamos todos para este exemplo!

Dr. Ginja, aceite o nosso humilde reconhecimento e a nossa sentida homenagem”.

---- Proclamou também um minuto de silêncio pelo Doutor Ginja.-----

---- Deu entrada nesta Mesa da Assembleia Municipal 3 Votos de Louvor, ambos subscritos pelos Partidos com representação nesta Assembleia Municipal, PSD, CDDs e PS. -----

-- Passou a ler o primeiro voto de Louvor o representante do Partido Social Democrata, Senhor Deputado Vasco Amorim. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD):** - No uso da palavra, disse: **VOTO DE LOUVOR AO SPORT CLUBE DE VILA REAL**

“Em 20 de maio de 1920, pela vontade de cidadãos, comerciantes e desportistas do Município, fundaram o Sport Clube de Vila Real festejando o seu centenário de existência, em condições difíceis perante esta pandemia contemporânea e singular.

Ao longo de um século de vasta e rica história sempre se destacou pela promoção de valores desportivos universais que dignificam a nossa cidade.

A Assembleia Municipal de Vila Real felicita toda a coletividade e louva toda a sua história e desempenho, que desde a sua existência foi levando bem longe o nome de Vila Real, nas mais diversas atividades desportivas, mas também pelas suas manifestações de cultura e convivência, tornando-se um embaixador reconhecido da nossa região”. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passo a ler o voto de Louvor - **SEGUNDO - VOTO DE LOUVOR A LUÍS MANUEL RIBEIRO DE CASTRO**

“Luís Manuel Ribeiro de Castro, Vila-realense da Freguesia de Mondrões, ex-futebolista e atual treinador de futebol, acrescentou ao seu palmarés, mais uma conquista importante, resultado do seu elevado profissionalismo, associado a uma competência de eleição, tornando-o num dos melhores treinadores da atualidade, com bastante mercado de trabalho, sendo muito cobiçado pelos melhores clubes do mundo.

O trabalho realizado nos diferentes clubes por onde passou em Portugal, como por exemplo, a Sanjoanense, Penafiel, Águeda, Mealhada, Estarreja, Futebol Clube do Porto, onde, inclusivamente, com a equipa B foi Campeão Nacional da II liga.

Também foi treinador do Desportivo de Chaves e Vitória de Guimarães, clubes de grande carisma, mística e projeção a nível nacional.

Paradigma dos “experts” em qualquer área de atuação, subiu os degraus com o que construiu o seu profissionalismo, sempre em sentido ascendente, etapa por etapa, o que lhe conferiu um skill na sua área muito distinto.

Este reconhecimento chegou à Ucrânia e foi convidado e aceitou ser treinador de um grande clube de futebol.

Europeu e Mundial – Shaktar Donetsk

Aqui, é idolatrado, tendo-se sagrado campeão da Ucrânia no passado sábado, dia 20 de junho. Mais um português de sucesso com o reconhecimento internacional, na sua área que faz eco da nossa cidade, por esse mundo, assim como do nome do nosso País, pelos melhores motivos.

Amigo no verdadeiro significado da palavra, de alguns de nós, aqui presentes, sendo por isso também um sentimento de orgulho e de gratidão incomensuráveis.

Mas, o Professor Luís de Castro distingue-se não só por ser um profissional de qualidade mas, e também e, por isso, é um Homem de grande afabilidade, elegendo os valores da amizade, humildade, seriedade e afetividade como suas bandeiras de vida que o torna numa pessoa muito querida e de grande aceitação. Amigo do seu amigo, sem renegar ninguém.

Homem de família, fortalecendo e elegendo esta vertente como o fiel da sua vida, sacrificando-se por ela com tudo o que for capaz, inclusivamente recusando contratos milionários e nunca dela abdicando, seja por que valor for.

Professor Luís Castro, grande amigo, esperamos que os grandes clubes do nosso País o convençam aceitar um convite e assim poder voltar ao seu Portugal que tanto admira e adora e, contribuir com a sua mais-valia para o enriquecimento continuado do nosso espólio desportivo.

A Assembleia Municipal de Vila Real regozija-se pelo seu sucesso e parabeniza-o também com grande fervor.

Muito obrigado pelo que tem feito por nós e pela sua cidade”.

---- TERCEIRO- VOTO DE LOUVOR RELACIONADO COM A NOSSA SOCIEDADE, NAS SUAS MAIS DIFERENTES VERTENTES E RELATIVAMENTE À PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS

“Depois do interregno político, a nível da Assembleia Municipal, provocado pela pandemia do COVID-19, estamos de volta às lides de discussão e retórica política.

Pandemia esta, que nos angustia tanto, pelos efeitos arrasadores que vai tendo ao nível da população que tanto dizimou, provocando o desmembramento de tantas famílias, de tantas instituições e da sociedade em geral.

Angustia-nos também, porque reina uma incerteza total, sobre o fim da dita, que ninguém sabe quando acontecerá.

Também nos vai angustiado, por ser uma doença nova, que não tem nenhum livro de instruções, para nos orientar no seu tratamento, na sua profilaxia e não sua imunidade sequelar.

Por estes últimos factos assistimos diariamente, através dos meios de comunicação social, a um reportório de contra informações e contra indicações acerca do modo de atuar com esta doença.

Louve-se o Povo Português que assistindo incrédulo a este espetáculo, optou pelo certo, pelo seguro, pelo consensual, que foi o confinar em suas casas, até pelo medo que a doença provocava. Pelo cumprimento das instruções que foram sendo dadas.

Este foi o primeiro facto dos bons resultados que tivemos, para além do ensinamento que íamos retirando dos Países que levaram algum avanço temporal na vivência da pandemia.

Por este facto, louve-se também os políticos por saberem ouvir, acatar e implementar as indicações que os meios científicos nacionais e não só, aconselharam neste contexto, mediante as demonstrações de estudos que iam fazendo.

Neste elencar de individualidades, não podemos deixar, de louvar com todo o ênfase, porque é a nossa obrigação, porque se não o fizermos é sermos desonestos intelectualmente, e de uma injustiça atroz – todo o comportamento da oposição política ao Governo Português.



É de admirar, todo o “status quo” por eles imposto, de não-agressão e antes pelo contrário de cooperação na defesa do Povo Português.

Todo este patriotismo demonstrado e, é de louvar mas atenção, que isto está muito longe de chegar ao fim...

Não basta ajudar uma criança a dar os primeiros passos, é necessário continuarmos a dar todo o apoio no seu crescimento e desenvolvimento, para a tornar forte, compacta e saudável.

Esta será a metodologia a seguir: defender sempre a Democracia, a Liberdade e o respeito pelo próximo.

Louve-se também, outro elemento fundamental, que contribuiu para que a desorganização não acontecesse; referimo-nos às forças de Segurança Pública, Proteção Civil, Forças Armadas, Bombeiros e outras instituições de defesa dos cidadãos quer públicas quer privadas, ora a nível institucional, ora a nível individual.

Deixa-mos para o fim, por uma questão de respeito, de cumplicidade, de lealdade, de inclusão, tratando todos por igual, ricos ou pobres, novos ou velhos, negros ou brancos, nacionais ou estrangeiros, honestos ou desonestos, que é o nosso Sistema Nacional de Saúde.

Contra factos não há argumentos e o SNS demonstrou ser uma estrutura forte, coesa, com gente de qualidade, que deve ser mantida e até reforçada, que suportou os cuidados de saúde prestados à população e até suportou e sustentou as instituições de saúde privada, mesmo com fornecimento de pessoal especializado.

Os resultados obtidos, devem-se ao SNS, aos seus profissionais que com grande esforço e abnegação, não olhando a quaisquer limitações, a não ser as que lhe foram impostas, conseguiram prestar o que de melhor existe em saúde.

Sem qualquer interesse encapotado, foram um dos heróis deste teatro de autêntica guerra. Privaram a família do seu apoio e da sua presença dando-lhe em troca, o pavor, a angústia pela incerteza do fim.

Pondo em isco as suas próprias vidas, e alguns pagaram o seu heroísmo com o que de mais valioso existe, a Vida.

Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais, Telefonistas, seguranças, que nunca regatearam qualquer esforço para servir o seu SNS, o seu Povo, o seu País.

Para o SNS, o mais importante são os resultados obtidos, o reconhecimento prestado pela nação ao seu desempenho, com várias iniciativas. Este sim, é o melhor prémio, a melhor compensação que lhe podemos dar. Deixamo-nos de “fait-divers”.

Este é princípio de vida valoroso: que sejam os outros a dar o valor e não o autoelogio, o colocar em “bicos de pés”.

Tal como foi referenciado atrás, devemos continuar a proteger e a intensificar o SNS, porque com ele estamos seguros e muito bem servidos.

Todo o investimento deverá ser realizado nele, para ser ainda melhor.

E isto ainda não acabou!...

Nem sabemos como irá e quando acabar.

Afinal não é uma simples gripe!...

Sentimo-nos orgulhosos do nosso SNS.

Estejamos confortáveis e seguros com o seu desempenho. Mas como é da História da Humanidade, em períodos de crise, de descontrolo social, há sempre quem se aproveite do facto, em várias vertentes, das mais ecléticas imagináveis.

Prestemos também o nosso louvor a estes últimos, por se terem mostrado, por lhes ter caído a máscara e os podermos conhecer, tal como são e não nos enganaram mais.

Aproveitamentos houve em várias capítulos possíveis e até impossíveis!...

Para terminar, como começamos, isto ainda não acabou!.. Mas sejamos sérios.

O pior estará para chegar, esperamos que a previsível crise económica, não mate mais que a doença.

Ajude-mos e contribuamos para uma Nação forte, bem como para que o Sistema Nacional de Saúde continue a ser eficaz.

Viva Vila Real!

Viva Portugal!

Viva o Sistema Nacional de Saúde!"

---- Continuou o Senhor Presidente, acabados estes instrumentos, vamos abrir o período de intervenções dedicado aos interesses municipais da autarquia e do concelho. -----

---- Aproveito esta oportunidade também, para cumprimentar todos aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal em suas casas através da Utadtv e a todos os Senhores dos órgãos da comunicação social. -----

---- Senhores Deputados, estão abertas as inscrições para uso da palavra. -----

---- Senhor Deputado Patrique faça o favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP):** No uso da palavra, disse: Eu tenho uma questão relativamente simples e rápida que gostava de colocar. -----

---- Senhor Presidente, soubemos por estes dias que o Governo Português assinou dezasseis contratos a dar direitos aos promotores, no âmbito da exploração mineira, em vésperas de aprovar legislação que vai aumentar as condicionantes ambientais e dar mais poder aos Municípios, atestando a ligeireza com que o Governo olha para o território, para as suas gentes e para a salvaguarda das questões ambientais. -----

---- Em vinte de janeiro de dois mil e vinte dá-se conhecimento público do contrato MNPP00519 e a denominação de Mouços, celebrado em oito de outubro de dois mil e dezanove, entre o Estado e a Mineralia – Minas geotécnica e construções, Lda. -----

---- Atribuindo a esta, direitos de prospeção e pesquisa de depósitos de minerais de comestano, estanho e outros minerais metálicos, numa área de oitenta e cinco quilómetros quadrados, nos Concelhos de Vila Real e Santa Marta de Penaguião. -----

----- Senhor Presidente estando em causa um assunto, que se sabe sensível, pelos mais que previsíveis impactos ambientais, sociais, económicos da fase de exploração, mas também na fase de prospeção, será essa que terá lugar agora, questionamos Vossa Excelência sobre este assunto. -----

----- Eu não me recordo e peço perdão se estiver equivocado, não recordo ter visto informação alguma na documentação que foi distribuída a esta Assembleia, nomeadamente a Informação do Senhor Presidente, se lá estava não vi, portanto, daí a questão. -----

----- E, a questão tem a ver também sobre o facto de ser dado ou não conhecimento às Juntas de Freguesia e às populações da área afetada pelos trabalhos de prospeção, que trabalhos já foram realizados e a que nível está o Município acompanhar estes mesmos trabalhos, se é que eles já estão no terreno. Era isto que eu gostava ver aqui esclarecido. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Pergunto se há mais alguém que queira usar da palavra? Não. Senhor Presidente faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS)** no uso da palavra disse: muito obrigado, Senhor Presidente e respetiva Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente do Conselho de Administração da Vila Real Social, dirigentes do Município a todos cumprimento, cumprimento também aqueles que nos acompanham, quer presencialmente, quer em casa através da UTADTV nesta noite de Assembleia Municipal, cumprimento também a comunicação social, os trabalhadores da Autarquia e da Utd aqui presentes. -----

----- Senhor Presidente antes de responder em concreto a esta questão do Senhor Deputado Patrique Alves, deixe-me dizer que o Município que circunstancialmente represento, se revê e muito nos votos de pesar que aqui acabaram de ser votados, referentes ao desaparecimento do Senhor Padre Portelinha, do Luís Pedro Pimentel, permitam-me que o trate assim porque sempre o tratei assim e do Doutor Jorge Ginja. Cada um à sua maneira marcou a nossa vida coletiva. Parabéns, Senhor Presidente pela forma lúcida com que os caracterizou e interpretou. -----

---- A solidariedade, o respeito, o carinho, a confiança entre nós, entre a sua bancada, o seu partido, o nosso partido, mas também, o reconhecimento de outras bancadas deixam claro que temos um magnifico Presidente da Assembleia Municipal, excelentemente acompanhado pelo Senhor Professor Henrique Morgado e pela Senhora Professora Fátima Mouriz. -----

---- Assim, fossemos todos os que estão na política e se oferecem para servir as nossas populações. -----

---- Portanto, Senhor Presidente muito obrigado. -----

---- Dito isto, queria responder de forma rápida ao Senhor Deputado Patrique Alves. -----

---- Ligeireza, ligeireza foi assinar da praia a resolução do Banco Espírito Santo, isso sim, isso foi uma grande ligeireza. Sobre o resto não interpreto como ligeireza, interpreto como um ato de gestão de quem governa de confiança dos portugueses. -----

---- Este tipo de licenciamento que aqui referiu nada tem a ver com as autarquias, como sabe até ao momento, é da Administração Central. Que eu tenha conhecimento ainda não existe qualquer atividade relacionada com esta dita autorização para prospeção. Muito obrigado. --

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: muito obrigado em nome desta Mesa da Assembleia Municipal que está consigo, pelas palavras elogiosas que usou a nosso respeito, muito obrigado. -----

---- Mais alguém querará usar da palavra neste período? Dado que ninguém se manifesta, vamos entrar na Ordem do Dia, propriamente dita. -----

ORDEM DO DIA

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - Continuou e disse: Começamos pelo, **PRIMEIRO PONTO**

Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, Senhor Presidente da Câmara Municipal tem a palavra, faça favor. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradecer e disse: Eu julgo que a informação é clara, transparente, concisa, obviamente que estamos disponíveis para responder a qualquer questão e se não a podermos responder aqui, transmitiremos essa resposta por escrito se assim tiver que ser. Muito obrigado. -----

---- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Está aberto o período para discussão e apreciação deste ponto. Não havendo qualquer intenção de o fazer, a deliberação é tomado conhecimento. -----

----- DELIBERAÇÃO: - Tomado conhecimento. -----

----- Nota: Anexa-se fotocópia da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real enviado a todos os Senhores Deputados, em devido tempo, que faz parte integrante da Ata. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: houve uma proposta consensual, por aceitação por unanimidade entre os líderes, para agilizar o decorrer desta Assembleia e também para não provocar mais incómodos à empresa que está encarregue do desenvolvimento do procedimento, fazer uma alteração da Ordem de Trabalhos. -----

----- Iriamos passar o oitavo e nono ponto da Ordem do Dia, passaria a ficar como segundo e o terceiro pontos, respetivamente. -----

---- Consequentemente seguiremos depois com a ordem já pré-estabelecida. -----

---- Em primeiro iria dar oportunidade à distinta Comissão de Finanças desta Assembleia que teve uma reunião prévia e preparatória, com a presença do Senhor Diretor Financeiro que, por amabilidade também do nosso Executivo foi disponibilizado para participar nesta



reunião. Convidada então a dita Comissão de Finanças para expressar o seu relatório na nossa Assembleia Municipal. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL E SECRETÁRIO DA COMISSÃO ESPECIALIZADA DE FINANÇAS -

TIAGO MONTEIRO (PS): - No uso da palavra, disse: Inicio a minha intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia, Doutor João Gaspar, e em si a restante Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Rui Santos, na sua pessoa saudar também os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, quem assiste a esta Assembleia aqui e lá em casa. -----

“Comissão de Finanças, Actividades Económicas e Recursos Humanos

Ata nº2/2020

Aos vinte e três dias do mês de Junho de dois mil e com início as dezoito horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Finanças, Actividades Económicas e Recursos Humanos na Câmara Municipal de Vila Real, estando presentes Artur Carvalho, Tiago Monteiro, José Gomes, Sónia Cruz, Vasco Amorim, Abílio Guedes e Rodrigo Sá em substituição de Francisco Nogueira.

Nesta reunião esteve presente o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Vila Real, o Dr. Eduardo Varela.

A ordem de trabalhos da reunião foi a apreciação na especialidade, nos termos da alínea a) do Artigo trigésimo quinto do Regimento, dos assuntos submetidos pelo executivo da Câmara Municipal para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sendo analisados os pontos três a sete, inclusive e doze a catorze, inclusive, que constam na ordem do dia da convocatória da sessão acima descrita.

O coordenador da Comissão Artur Carvalho deu início aos trabalhos passando de imediato a palavra ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro para que prestasse todos os esclarecimentos necessários sobre os pontos que constam na ordem de trabalhos.

Ponto três – Relatório de gestão e contas do município.

O Director do DAF esclareceu que o relatório de gestão e contas, genericamente demonstra que o município em 31 de Dezembro de 2019 possuía uma situação financeira saudável. Relatou que o número de trabalhadores aumentou para 375, mais 6 que no final do ano anterior, sendo que este aumento se justifica pela regularização extraordinária de vínculos precários da área da educação. A despesa com salários teve um aumento de 5,3%, justificada com o descongelamento das carreiras.

A despesa global foi de 31,7 milhões de euros, sendo que no período de 2016 a 2019 registou um aumento anual de 8,9%, por outro lado a receita apresenta um crescimento anual médio no mesmo período de 11,2%. Ao nível da despesa destacasse o montante de 23 milhões 113 mil euros em despesas estruturais, no mesmo período e justificadas em projectos do PAM.

O diferencial entre a despesa paga e as receitas arrecadadas é de 8 milhões 209 mil 827 euros, sendo que este transita para o saldo de 2020. A 31 de Dezembro de 2019 existiam 101 facturas em conferência, no valor de 67560€ e o prazo médio de pagamentos foi de 2 dias,

de acordo com a fórmula prevista no despacho do ministro das finanças publicada na II série do DR nº 71 de 13/04/2009.

Relativamente ao balanço o mesmo regista um activo líquido de 209,6 milhões de euros, mais 12,4 milhões que em 2018.

A câmara municipal cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental previsto na lei das finanças locais, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes e amortizações em 8,6 milhões de euros.

O resultado líquido de 2019 foi negativo em 1 milhão 130 mil euros, justificado pelo impacto do processo de internalização da EMARVR e sua integração na ADIN, tendo que todo o imobilizado teve de ser ajustado às regras do POCAL.

À semelhança dos anos anteriores a sociedade de revisores de contas reiterou da certificação legal de contas a reserva que sempre colocou sobre o património do domínio público municipal.

Ponto quatro- Aprovar a 3ª revisão do orçamento e GOPS.

O director do DAF referiu que as alterações se referem a projectos aprovados e relacionados com a melhoria do ambiente.

Ponto cinco: Contratação de empréstimo bancário.

O Director do DAF disse que se trata de um empréstimo destinado à aquisição de terrenos para prolongamento da zona industrial de Constantim.

Ponto seis/sete – Contratos programa com a Vila Real Social e Régia Douro Parque.

O Director do DAF esclareceu que se trata de contratos iguais aos celebrados em anos anteriores.

Ponto oito – Concurso público da concessão de transportes públicos.

O director do DAF esclareceu das razões da abertura e fins a que se destina o concurso.

Ponto nove – abertura de concurso da construção e exploração do parque de estacionamento no seminário.

O director do DAF esclareceu da forma e necessidade do concurso.

O deputado Vasco Amorim questionou sobre a legalidade de lançar um concurso sem que o município seja o proprietário do terreno. O director do DAF esclareceu que a titularidade é exigida no acto de lançamento do concurso de construção. Que as negociações com o proprietário estão bem encaminhadas.

Pontos doze e treze. Abertura de concursos.

O director do DAF esclareceu sobre a forma dos mesmos e que é obrigatório a aprovação da assembleia.

Sobre o ponto 14 nada há a referir.

E, nada mais havendo a tratar, o Coordenador da Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos deu a reunião por encerrada, eram dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata". -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: passemos ao

OITAVO PONTO (passou a 2º ponto) - Aprovar as condições gerais para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular (Urbanos e Interurbanos) e Flexível, por modo Rodoviário, no Concelho e Vila Real, nos termos do artigo 6º do Anexo a que se refere o artigo 2º da Lei 52/2015 de 9/06, conjugado com a alínea p) do nº 1 artigo 25º do Anexo I Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

----- **ASSUNTO:** - Abertura de procedimento de um Concurso Público Internacional para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e Flexível de Passageiros por modo Rodoviário no Concelho e Vila Real -----

- Presente à reunião proposta do Vereador Adriano Sousa, do seguinte teor:

“Na distribuição modal registada ao longo das últimas quatro décadas é notório o claro predomínio da preferência pelo automóvel, em grande parte como resultado do tradicional investimento feito em novas rodovias. Durante esse mesmo período de tempo, negligenciou-se por completo a aposta nos transportes públicos, fazendo com que muitas das deslocações urbanas de curta duração, a chamada last mile, continuassem a ser feitas em transporte individual.

Perante o fracasso das políticas de mobilidade e transportes que vigoraram durante décadas, enveredou-se, mais recentemente, por uma estratégia diferente, assente num tipo de mobilidade mais sustentável e mais descarbonizada, que garanta níveis elevados de mobilidade aos cidadãos, mas que deixe de depender excessivamente do automóvel.

Tal só é possível através de uma aposta significativa no transporte público de qualidade, que garanta uma adequada cobertura espacial, frequências ajustadas à procura, uma exploração assente no cumprimento dos horários estabelecidos e material circulante confortável e adequado à cidade onde se insere.

Após o Tribunal de Contas ter recusado o visto no contrato de prorrogação da concessão inicial, celebrado em 2012, o município decidiu, em 2015, abrir novo concurso para a adjudicação da exploração da rede de transportes urbanos da cidade de Vila Real, que previa o aumento da cobertura espacial, mas mantendo as frequências inalteradas.

Como resultado do concurso havido em 2016, foi celebrado o contrato de concessão entre o município e os Transportes Urbanos de Vila Real (TUVR), que veio, depois, a ser suspenso pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, face à providência cautelar submetida por um dos concorrentes.

Desse constrangimento veio a resultar um contrato de prestação de serviços, por ajuste direto, que por imposição do Tribunal obrigou a que fosse feito nos precisos termos da concessão inicial, portanto, sem qualquer possibilidade de alargamento da rede então estabelecida.

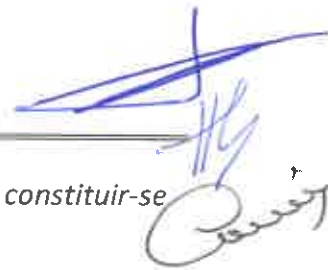
Relativamente ao cenário do transporte interurbano, ele sempre assentou na exploração linha a linha, através de pedidos individuais formulados pelos diferentes operadores à entidade da Administração Central que, nos termos do anterior Regulamento de Transportes de Passageiros (RTA), era responsável pela emissão das licenças e pela fiscalização da conformidade do serviço prestado aos cidadãos com os termos da licença atribuída (percursos e horários).

No âmbito da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, relativa ao novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), vem referido que a gestão e atribuição do serviço de transportes públicos passará a ser feita pelas Autoridades de Transporte constituídas. Como resultado de Vila Real se ter assumido como autoridade de transporte concelhia, o serviço público de transportes de passageiros no território municipal passou a ser da responsabilidade do município de Vila Real.

Em face desta nova realidade e tendo por base a estratégia que vimos seguindo, assente numa correta integração e articulação das políticas de planeamento urbano com as políticas de mobilidade e transportes, foi decidido lançar um único concurso para a nova concessão de transportes públicos de passageiros do concelho de Vila Real.

Este concurso compreende os seguintes serviços:

- a) Rede de transporte urbano – direcionada para a zona urbana da cidade de Vila Real e para alguns territórios periurbanos cujo nível de procura já justifica este tipo de serviço;*
- b) Rede de transporte interurbano – que integra as diversas linhas interurbanas existentes, que se desenvolvem exclusivamente dentro dos limites do concelho. De referir que a rede municipal de transportes interurbanos foi devidamente articulada com a concessão a lançar pela CIMDOURO no que se refere às linhas intermunicipais que, não obstante terem início e*



fim fora do concelho de Vila Real, atravessam o nosso território, acabando por constituir-se num reforço da oferta.

c) Rede de transporte flexível – é complementar à rede interurbana e tem como principal função responder às necessidades de mobilidade das pessoas que vivem em locais isolados, de reduzido número de habitantes e que distam mais de 750 metros de um ponto de paragem da rede de transporte interurbano.

A integração e articulação destes três tipos de serviços, por certo que não deixará de representar uma mais-valia e uma melhoria da oferta do transporte público em relação à que hoje existe.

Em face do exposto, proponho que a Câmara Municipal:

1 – Aprove o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos que fixam as condições gerais para abertura do concurso público internacional para a Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e Flexível por modo rodoviário, no Município de Vila Real, nos termos da informação dos serviços anexa à presente proposta;

2 – Submeta à aprovação da Assembleia Municipal as condições gerais para abertura do concurso público internacional, com publicação no JOUE, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.

O Chefe dos Serviços de Planeamento e Mobilidade emitiu a seguinte informação:

1. Designação do procedimento

Concurso Público para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e Flexível de Passageiros por modo Rodoviário.

2. Fundamentação

O novo enquadramento legal, definido pela n.º Lei 52/2015, que aprovou o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), constitui os Municípios (ou CIMs e AMs caso exista delegação de competências) como as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros (SPTP) municipais.

No âmbito da prossecução das suas funções foi atribuído às autoridades de transportes um conjunto de competências, que passam pela organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados, a definição do regime de exploração, a determinação de obrigações de serviço público, bem como a determinação das condições de funcionamento, incluindo a aprovação dos regimes tarifários, fiscalização e monitorização, entre outros.

O Município de Vila Real, decidiu assumir as competências enquanto Autoridade de Transporte, fruto da existência de uma já longa experiência no desenvolvimento de um serviço público transporte de passageiros, até ao momento, de âmbito urbano.

Existindo já uma concessão de serviço público de transporte de passageiros de âmbito urbano no Município de Vila Real e sendo necessário contraturalizar a execução destes serviços de âmbito interurbano, entende o Município que a articulação destas duas redes, que até ao momento presente são executadas de forma independente, representará um significativo passo no alcance dos vetores estratégicos do município para a mobilidade do Concelho.

Neste sentido, tendo em conta a necessidade de lançar um novo concurso relativo às linhas interurbanas e à necessidade de melhorar o serviço urbano, o Município pretende lançar o presente concurso público Internacional para a exploração da rede de transportes urbana e interurbana do concelho de Vila Real.

Considerando que o contrato é superior a 5.000.000,00€ (nº3 do artigo 36º do CCP) remete-se a fundamentação da avaliação de custo/benefício para o Estudo de Viabilidade Económica que se encontra anexo ao presente documento.

3. Escolha do procedimento (38.º; 20.º/a))

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
valor	Consentâneo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	Aquisição de serviços de valor superior a 75.000 € e superior aos montantes dos limiares europeus

4. Fundamentação da não Contratação por lotes (n.º 2 do art. 46º - A do CCP)

A gestão de um único contrato que inclui a rede urbana e a rede interurbana revela-se mais eficiente para a entidade adjudicante e apresenta as seguintes vantagens:

- Aproveitamento de economias de escala, nomeadamente na partilha de custos fixos e negociação com fornecedores;
- Possibilidade de articulação dos horários entre as duas redes;
- Articulação dos sistemas de bilhética, permitindo a integração bilhética ao longo de toda a rede;
- Eliminação de eventuais sobreposições de paragens, em caso de gestão autonomizada da rede;
- Possibilidade de utilização da informação da rede como um todo, permitindo uma melhoria continua do sistema de transportes como um todo.

5. Órgão competente para decisão da contratação

Câmara Municipal de Vila Real com autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

6. Verificação do cumprimento do limite previsto no art.º 113 do CCP relativamente às empresas a convidar

Não aplicável

7. Peças do procedimento (40.º/1/c))

- a. Programa de Concurso
- b. Caderno de Encargos
- c. Peças anexas, que fazem parte integrante do Caderno de Encargos

8. Preço base

O valor base para o procedimento é de € 8.000.000,00 (Oito milhões de euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Este valor base teve por base a realização de um Estudo de Viabilidade Económico-financeira.

9. Preço anormalmente baixo (art.º 71 do CCP)

Não aplicável.

10. Prazo

O período de vigência do contrato será de 10 anos (dez anos), a contar da data do Visto do Tribunal de Contas.

11. Admissão de Propostas Variantes (art.º 59 do CCP)

Não são admitidas propostas variantes.

12. Critério de adjudicação (art.º 74 do CCP)

Para efeitos de adjudicação é adotada a melhor relação qualidade-preço, na qual o critério de adjudicação é composto por um conjunto de fatores relacionados com diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, conforme artigo 13º do Programa de Concurso.

13. Lista de pareceres legalmente exigíveis (n.º 5 do art.º 36 do CCP)

Parecer da AMT ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º dos Estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

14. Lista de elementos que acompanham o projeto (n.º 5 do art.º 43 do CCP)

Não aplicável

15. Júri do procedimento (67º do CCP)

Função	Identificação	Carreira / cargo
Presidente	Joaquim Manuel Almeida Correia de Magalhães	Chefe de Serviços
1.º vogal	Amadeu Duarte da Silva Borges	Professor Universitário
2.º vogal	Eduardo Luís Varela Rodrigues	Diretor de Departamento
1.º vogal suplente	André Rebelo Medeiros	Técnico Superior
2.º vogal	António Conceição Ferreira Viana	Técnico Superior

suplente	
----------	--

16. Gestor do Contrato e respetivo vínculo à Câmara Municipal (art.º 290 - A do CCP)

Gestor do Contrato	Vínculo à Câmara Municipal
Joaquim Manuel Almeida Correia de Magalhães	Técnico Superior dos Quadros da Câmara Municipal

17. Financiamento Comunitário

Não aplicável

18. Previsão de repartição de encargos plurianuais

Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Ano 2029	Ano 2030	Total
800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	800 000,00 €	8 000 000,00 €

A compensação anual por obrigações de serviço público, não pode ser superior a 800.000€ (oitocentos mil euros) por ano, acrescida do IVA à taxa legal em vigor, sendo a previsão para o início do contrato janeiro de 2021.

19. Número do projeto do PAM e Cabimento orçamental

PAM: 2018/A/172

Cabimento Orçamental:

20. Visto prévio do Tribunal de Contas

Sujeito	Isento	Fundamentação	
		Direito	Facto
x		Nos termos do artigo 318.º da Lei do Orçamento de Estado para 2020.	Dado o valor do contrato ser superior a 350.000 €

21. Caução

Exigível	Não exigível	Fundamentação	
		Direito	Facto
x		Nos termos do nº 1 do artigo 88.º do CCP	Dado o valor do contrato ser superior a 200.000 €

22. Propostas de aprovação:

- Decisão de contratar e decisão de autorização da despesa (36.º)
- Escolha do procedimento (38.º)
- Aprovação do Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Peças anexas, que fazem parte integrante do Caderno de Encargos (40.º/2)
- Designação do júri (67.º/1)

e. Gestor do contrato (290º-A)

Em 09/06/2020 o **Diretor do Departamento do DPGT** emitiu o seguinte parecer:

“Ao Sr. Vereador. Proponho o envio à Reunião de Câmara com a vista deliberar no sentido de:

- a) Aprovar a proposta de abertura do procedimento, nos termos da presente informação;
- b) Submeter à autorização da Assembleia Municipal a proposta de abertura do procedimento, nos termos da presente informação.”-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal as condições gerais fixadas no Programa de Concurso e Caderno de Encargos para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, da Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular (Urbanos e Interurbanos) e Flexível, por modo Rodoviário, no Concelho e Vila Real, nos termos do artigo 6º do Anexo a que se refere o artigo 2º da Lei 52/2015 de 9/06, conjugado com a alínea p) do nº 1 artigo 25º do Anexo I Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.--

Os Vereadores do PSD abstiveram-se e apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Social Democrata, abstêm-se neste ponto da Ordem de Trabalhos, manifestando as seguintes preocupações:

Conforme se constata pelo caderno de encargos deste concurso, a Câmara Municipal irá ter encargos muito superiores aos que tem atualmente. Apesar desta situação que o mercado confirmará ou não, entendemos que deverá haver uma preocupação que este serviço sirva efetivamente os interesses da população local sendo uma real alternativa ao transporte individual. Para isso deverá contemplar linhas e horários adequados às reais necessidades da população. Deverá ainda salvaguardar a possibilidade de utilização pelos alunos das escolas podendo constituir uma diminuição dos encargos no âmbito do transporte escolar”.--

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 29 de junho de 2020»,-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: esta alteração dos pontos da Ordem do Dia, também se deve ao facto da presença desta reunião da Assembleia Municipal, em regime de videoconferência da empresa que está a fazer o procedimento do desenvolvimento destes pontos. -----

----- E para nós não sujeitarmos as pessoas a estar até altas horas da noite, o que é incómodo e inconveniente, eles disponibilizaram-se, pela segunda vez, para estarem presentes na reunião. -----

---- E, é com grande tristeza que eu digo isto e, se o Senhor Presidente da Câmara me permitir, por uma questão de educação, de lealdade, de amizade e de respeito, assim como,

o Senhor Engenheiro Adriano Sousa e o Senhor Engenheiro Joaquim que também penso que estará presente, eu faço aqui um agradecimento público a essa empresa, pela disponibilidade que tem dado à nossa Assembleia. E porquê? Porque todos nós nos sentimos incomodados quando existe algum sinal de que, esta Assembleia não é convenientemente respeitada nem dignificada, por atitudes de pessoas que vêm cá falar depois da ordem do dia e não só. -----

---- Ora, não podemos ser nós a dar esse mau exemplo de não dignificação desta Assembleia e porquê? E esta não foi a minha ideia, foi uma ideia surgida e bem e louve-se também, a ideia que surgiu de pessoas entendidas e envolvidas neste “métier”, de fazermos uma reunião prévia a esta Assembleia, com o intuito de tornar a Assembleia mais fluída, e para evitar tanta controvérsia e, portanto, para tornar uma Assembleia muito mais sintética e muito mais objetiva. -----

---- Estava eu a dizer que pessoas despertaram-me para realizarmos a reunião que lhe chamamos numa de tripartida, numa reunião que habitualmente existe previamente à Assembleia que é a reunião de líderes. -----

----- Essas pessoas, que se disponibilizaram para estar nessa reunião, seriam o Senhor Engenheiro Adriano, o Senhor Engenheiro Joaquim e a empresa de Lisboa em presença em videoconferência. -----

---- Foi dado aos líderes das bancadas a alternativa que tinham três datas, terça, quarta e quinta para a realizar e a hora. Foi consensualmente dito que a reunião realizar-se-ia na terça-feira passada e às dezoito horas. -----

---- Compareceram então as pessoas que foram convocadas para essa reunião. Por motivos vários, não me caberá a mim a estar aqui a escarpelizar nem tão pouco a justificar, a única das pessoas das bancadas que compareceu nessa reunião foi o Senhor Deputado Patrique Alves, a quem eu também agradeço a disponibilidade de o ter feito. -----

---- Por isso, caros amigos, só respeitando é que somos respeitados. A razão por que não houve essa assembleia, aliás eu passo até a ler, se me permitem a convocatória para a dita reunião. “Caríssimo amigo Adriano de Sousa, com conhecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal. João Manuel Ferreira Gaspar, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real, vem por este meio solicitar a Vossa Excelência a realização de uma reunião com os seguintes intervenientes: Excelentíssimo Senhor Engenheiro Adriano, Excelentíssimo Senhor Engenheiro Joaquim, Excelentíssima Comissão Especializada do Ordenamento, Território e Mobilidade em estado presencial, na sala de reuniões alternativa, no edifício da Câmara Municipal, a realizar na terça-feira, dia vinte e três de junho de dois mil e vinte, pelas dezoito horas, horário consensualizado por todos os interveniente, incluindo os líderes das bancadas partidárias desta Assembleia Municipal em reunião dos mesmos, realizada no dia dezassete do corrente. -----

-----E ainda a empresa responsável pelo desenvolvimento do procedimento em regime de videoconferência. O objetivo desta reunião será o de otimizar a formação e assim contribuir para uma reunião de Assembleia Municipal mais fluída e menos controversa. E seria no

mesmo contexto, agradecia também ao Excelentíssimo Senhor Vereador Adriano Sousa que efetivasse toda a logística necessária para o evento. -----

---- Sentidamente, muito agradecido pela compreensão e disponibilidade, despeço-me com muita estima e votos sinceros de amizade, João Manuel ferreira Gaspar”. -----

---- Foi a convocatória lida para esta reunião para a Comissão do Ordenamento e Território.

---- Senhor Deputado Vasco Amorim faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: eu soube há relativamente pouco tempo que a reunião que agora referiu estava deserta e, portanto, também fiquei espantado. Quando terminamos a nossa reunião era até para ser juntamente a Comissão de Finanças com essa Comissão e tratarmos todos esses assuntos. -----

---- Entretanto, eu não me apercebi que tinham sido marcadas as reuniões, pelos vistos para a mesma hora mas em salas diferentes, eu não tive conhecimento, só quando cheguei lá. Estive presente na Comissão de Finanças, como ouvi aqui ler o relatório da mesma, eu e o Senhor Deputado Abílio Guedes somos os únicos com assento na Comissão de Finanças e estivemos presentes e estávamos convencidíssimos que estariam os nossos representantes do PSD na outra reunião, embora eu inicialmente estava convencido que era reunião comum, primeiro, finanças e depois a outra comissão. -----

---- Como eu só me apercebi na altura, eu não me apercebi que de facto os meus companheiros não podiam ir e, portanto, se tivesse sabido que eles não poderiam ir eu trataria de promover uma substituição. E, portanto, eu lamento pelo PSD esse facto, foi com certeza uma situação fora do vulgar, não é nada costume isso acontecer. E eu queria pelo menos pelos companheiros deputados que não puderam estar presentes, peço desculpa por eles, obviamente e eu não pude ajudar porque eu também não me apercebi desta situação. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: por não ser usual é que nós fizemos esta pequena observação. -----

---- Faça favor Senhor Deputado Rodrigo Sá. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apenas para corroborar aquilo que foi dito pelo Deputado Vasco Amorim. -----

---- De facto, após a nossa reunião de líderes não era aquele modelo que estava articulado, o que estava articulado era uma reunião tripartida em que teríamos a Comissão de Finanças, teríamos a Comissão do Ordenamento do Território e os representantes do Município e da empresa e, terá havido então uma alteração de logística, uma alteração de modelo que levou a essa confusão. -----

---- Ambos os líderes, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata estavam presentes onde deveriam estar que era na reunião da Comissão de Finanças. Os camaradas que deveriam ter estado na reunião da Ordenamento do Território, eventualmente, não terão

também recebido essa informação, tal como nós não nos apercebemos que ela teria acontecido. -----

---- Portanto, enfim é um solavanco, mas hoje, novamente temos aqui a empresa, espero que seja possível recuperar essa informação. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: os votos e os pedidos de desculpa são aceites na forma apresentada. Muito obrigado. -----

---- Passamos agora à discussão do oitavo ponto que passou a segundo ponto, *“aprovar as condições gerais para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular (Urbanos e Interurbanos) e Flexível, por modo Rodoviário, no Concelho de Vila Real”*. Senhor Presidente convidava-o a fazer a introdução, se assim o pretender. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: julgo que os documentos são claros. Nós a alguns a esta parte não estamos satisfeitos com os transportes urbanos, interurbanos e flexíveis que temos a servir as nossas populações. -----

---- Lançamos um concurso público há mais de quatro anos e meio, fizemos adjudicação desse concurso, com as regras da época, com certeza que se esse concurso fosse levado até ao fim, provavelmente, tínhamos hoje melhores transportes públicos do que aqueles que temos. Infelizmente o processo foi para tribunal, os tribunais em Portugal, lamentavelmente, demoram tempo de mais a tratar de processos que mereciam absoluta urgência, como é este processo. -----

---- Tivemos felizmente a capacidade de manter os transportes públicos urbanos nos moldes anteriores até ao dia de hoje, sem os mexer. Entretanto saiu nova legislação e aproveitando essa nova legislação, aproveitando também o facto de poderemos chegar a um acordo que nos permitiu rescindir o contrato, que ainda hoje, está em tribunal com a empresa que à época, há três anos e meio ganhou o concurso, lançar um novo concurso. -----

---- Este concurso, como disse, tem como objetivo ter mais autocarros, ter uma área maior em termos de cobertura, ter menos tempos de espera entre a passagem dos autocarros, ter autocarros mais cómodos, ter autocarros mais pequenos nalguns locais onde é necessário que existam esses autocarros para poderem circular melhor, e para impedir que situações como esta que, vamos vivendo, e que prejudicam Vila Real, mas prejudicam também todos os concelhos vizinhos nos transportes interurbanos porque as empresas concessionárias que têm atribuído, já do tempo do Instituto da Mobilidade e Transporte algumas linhas que entraram em lay-off, não é em Vila Real é em todo lado do país, ainda há pouco via aqui uma notícia que também noutros locais, nomeadamente na área metropolitana do Porto, a rodoviária que serve meio milhão de habitantes no Norte mantém o lay-off. E para que estas situações não se voltem a repetir lançamos este concurso que abrange uma parte significativa do nosso território ao mesmo tempo que a Comunidade Intermunicipal do Douro prepara um outro para que as questões que têm que ser articuladas com concelhos vizinhos o possam ser de forma a servirmos melhor as nossas populações. -----

---- Mas melhor do que eu, depois poderá ser explicada toda esta situação por parte do Senhor Vereador Adriano Sousa e pelas empresas que nos assessoraram neste processo difícil e complexo. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Após à sua introdução a este segundo ponto, está aberto o período de discussão sobre este ponto. Inscreveram-se os seguintes Deputados. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Eu começo, obviamente, por pedir desculpa nomeadamente ao Senhor Vereador Adriano Sousa porque, na intervenção que eu aqui vou fazer, vou formular aqui algumas questões que formulei na hipotética reunião na Comissão de Ordenamento do Território que formalmente não aconteceu, eu ponderei inicialmente vir-me embora mas já tínhamos começado. Vi uma entidade terceira à Câmara Municipal que inclusivamente estava lá para prestar alguns esclarecimentos e, portanto, a reunião formalmente não aconteceu, não foi lavrada a ata. Há algumas dúvidas e eu peço-lhe desculpa por efetivamente repetir aqui algumas questões, sendo certo que desse episódio fiquei também inibido de poder participar na reunião da Comissão de Finanças. Acho que foi um incidente, os incidentes acontecem desde que não se repitam, acho que são perfeitamente compreensíveis. Mas voltando aqui ao assunto, Senhor Presidente, o serviço público de transporte de passageiros é para o CDS de extrema importância, tal como temos reiteradamente referido nesta Assembleia. -----

---- São vitais as seguintes questões: -----

. O envolvimento da comunidade, nomeadamente os Presidentes de Junta, as Associações de Pais, os Agrupamentos de Escolas, entre outros. São fundamentais para o desenho da nova rede. -----

. Garantir que os meios mais rurais vão manter ou ver melhoradas as frequências dos transportes e melhorada a qualidade do serviço prestado, mas também a articulação com a restante rede de transportes públicos, nomeadamente as ligações inter-regionais cujo desenho estará a cargo da Comunidade Intermunicipal do Douro, ao que sabemos ainda não está devidamente ultimado, é assim necessário garantir esta articulação, que é uma situação que nos parece para já de difícil concretização. -----

. Relativamente à estruturação do concurso, não contemplando a existência de lotes, que maximiza o importante fator escala, devemos reconhecê-lo, mas no nosso ponto de vista inibe que pequenos operadores locais se possam candidatar, nomeadamente, ao transporte flexível o que poderia ser uma maior valia para as empresas da nossa região. -----

---- Depois, Senhor Presidente, vem a questão de um milhão de euros que a concessionária terá que pagar à cabeça onde se incluem os veículos atuais da concessão e, do nosso ponto de vista, poderá ser um fator de oneração do próprio contrato. -----

---- O concurso que agora se pretende abrir é no nosso ponto de vista pouco ambicioso em termos ambientais. Não valoriza a introdução, desde já, de autocarros elétricos, híbridos, movidos a gaz natural ou a hidrogénio, valorando em sede de fator de material circulante

apenas veículos portadores de motor de combustão interna das classes euro quatro, cinco e seis. -----

---- Acresce ainda o facto de, no que confere às questões ambientais, (cláusula trinta do caderno de encargos), apenas se referir a necessidade de cumprir a lei, o que coloca em causa, no nosso ponto de vista, ambição em termos ambientais para esta concessão. Poder-se-ia ter exigido outras questões na área ambiental, por exemplo, eventualmente uma certificação no âmbito da ISO catorze mil e um ou outros requisitos ambientais, mas sugere-se apenas o cumprimento da lei que é uma obrigação, quer em termos ambientais, quer em qualquer uma das outras áreas. -----

---- Sobre o material circulante, poderá ter dezasseis a dezoito anos dependendo se se tratam de veículos que vão operar nas linhas urbanas ou nas interurbanas. Após esclarecimento foi-nos dito que nas linhas urbanas apenas podiam ser integrados autocarros novos, para além dos já existentes, o que implica do nosso ponto de vista que se altera a redação nomeadamente da alínea a), parte b) da página três do anexo quatro, que na nossa opinião não veda a utilização de veículos até aos dezasseis anos. -----

---- Sobre o serviço urbano, Senhor Presidente, destacamos a extensão dos percursos, percebendo que pode ser difícil encurtar tempos de viagem e reconhecemos que obviamente que é um exercício difícil de se conseguir, mas cerca de quarenta minutos da Utad a Lordelo, na linha um, parece-nos muito tempo para quem, por exemplo, seja aluno de enfermagem e precise de se deslocar entre a Utad e o Hospital. -----

---- Relativamente à linha noturna, propomos, desde já, que se faça uma alteração ao traçado. Numa das suas extremidades da rotunda da Araucária, passando esta extremidade para a envolvente da Biblioteca Municipal, servindo esta infraestrutura pelo menos até às vinte e três horas, hora a que este equipamento municipal encerra. -----

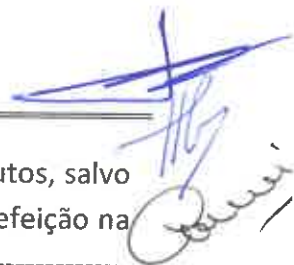
---- Relativamente ao serviço interurbano, foi-nos transmitido que apenas Lamas de Olo perderia a ligação atual, o que não é disso menos, pois os ali residentes vão continuar a pagar os mesmos impostos do que os habitantes da Avenida Carvalho Araújo pagam, passando aquela localidade a ser servida por transportes flexível e, futuramente, por uma ligação inter-regional que ainda não está confirmada. -----

---- Contudo, é referido na página quinze do estudo de viabilidade económico-financeira existirem atualmente dezanove linhas no serviço interurbano, estando apenas preconizadas treze no programa de concurso, pela contagem que eu fiz e corrija-me se eu estiver enganado. -----

---- E, portanto, eu gostava de vos perguntar se esta contabilização que eu fiz está bem-feita, quais é que são as localidades que perdem estas ligações ou se há ligações novas com mais do que uma preexistente. -----

---- Sobre os horários, especialmente ao que confere ao transporte escolar. -----

---- Eu questiono se foi feita a articulação com os agrupamentos de escolas com a definição de horários, de forma a servirem os interesses dos alunos. Pelo menos na nossa opinião, no caso da linha Águas Santas/Vila Real, tomando esta como exemplo, tal parece-nos pouca acautelado, pois, estamos a falar de uma viagem que tem cerca de cinquenta minutos e



estamos a falar de uma viagem que se inicia na cidade às treze horas e trinta minutos, salvo erro. E, portanto, os alunos que tomarem parte nessa linha vão ter que tomar a refeição na escola, em casa a fazê-lo será a horas tardias. -----

---- Senhor Presidente, relativamente ao transporte flexível, na nossa opinião não garante o acesso a esta forma de transporte em condições equivalentes de preço, ao ditar o pagamento de um suplemento de cinquenta cêntimos por viagem às pessoas que habitam em zonas mais remotas e, portanto, entendemos que estas não podem ser discriminadas por essa via. -----

---- Ainda, relativamente, ao transporte flexível, a definição de uma janela temporal entre as sete e as doze horas e entre as catorze e as vinte pode, no nosso entender, em fase de exploração deixar nas mãos da concessionária a realização do transporte dentro deste período, não acautelando as verdadeiras necessidades dos Municípios. -----

---- Por fim e relativamente à questão tarifária, no nosso ponto de vista, não reflete uma política de valorização do meio rural. Um passe mensal sénior no meio urbano custará dezassete euros e cinquenta, ao passo que, um passe também sénior na área rural pode custar sessenta e seis euros e meio. Nós temos noção das distâncias do que está em causa, mas tem de haver apostas políticas relativamente a estas questões e tem de haver uma aposta política relativamente à valorização do meio rural. -----

---- E não nos podemos esquecer quem vai pagar mais vai ser quem vai ter pior qualidade de serviço e referi-me exclusivamente aqui à questão dos autocarros. Vamos ter autocarros, não é desejável mas é compreensível, mais velhos a operar nas linhas interurbanas. -----

---- Senhor Presidente, no nosso entender, continuámos a ter um país a duas velocidades, dou-lhe um exemplo, a Câmara do Porto aprovou muito recentemente um título de transporte que se chama “Porto treze quinze”, alargando até ao dezoito anos a isenção de pagamento dos titulares deste transporte. E, eu pergunto, e nós? O que é que o Senhor propõe implementar nesta área? Não podemos continuar a pagar impostos para financiar os STCP e continuarmos na nossa terra a não usufruir das mesmas regalias. -----

---- De referir ainda, Senhor Presidente, que o preço dos passes em cidades como Viseu e Braga são em média mais baratos, dou-lhe um exemplo, o passe sénior em Braga pode ter um preço por uma coroa de quatro euros e sessenta e para três coroas salvo erro, oito euros e quarenta. E em Viseu esse mesmo passe oscilará em termos de valores entre os doze euros e cinquenta e vinte euros e vinte. -----

---- E, portanto, estas eram as reflexões que nós trazemos aqui sobre este contrato de concessão que o seu executivo traz a esta Assembleia. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Precisamente na última Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro, falamos de muitas coisas e a propósito do concurso dos autocarros, nós sabíamos porque já tínhamos conversado internamente no PSD, que este processo iria para a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. E já tinha eu próprio também, trabalhado um pouco neste dossier o suficiente

para ficar com muitas preocupações e na última Assembleia até disse, enfim, estando noutro estado emotivo que não estou hoje. -----

---- Mas diria que seria importante haver um período para nós apresentarmos sugestões, contributos e de alguma maneira fazemos propostas de melhoria antes de ir para concurso.

---- No “calor da batalha” cheguei mesmo a dizer que iriam usar a maioria da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e nada se iria alterar. Se calhar mais emocionado, na última reunião terei acertado na previsão futura, mas eu neste caso corroboro totalmente as notas que foram apresentadas aqui pelo grupo do CDS. -----

--- E, sabendo que de pouco vai servir este tipo de notas, eu gostaria de questionar se este trabalho que foi desenvolvido e que tenho a certeza que foi longo e que foi intenso e com competência, se tiveram em atenção a estratégia nacional para a introdução do hidrogénio em Portugal, se tiveram em atenção o plano nacional para o combate das alterações climáticas, para a diminuição do CO2, para a descarbonização da economia, que vai levar a que o Estado Português e também através de fundos europeus financiem autocarros, veículos pesados de passageiros que imitam muito menos CO2 e muito menos partículas e outros compostos químicos que hoje em dia afetam muito a saúde das pessoas e em particular nas cidades. -----

---- Por causa, precisamente, do tipo de movimento que é muito “para-arranca”, que é muito lento, que há pouca circulação do ar ruas das cidades e, portanto, provoca muitas doenças respiratórias. -----

---- Estima-se que em Portugal haja cerca de seis mil mortos por ano de doenças respiratórias.

---- E, se a pandemia trouxe alguma coisa de bom, por incrível que pareça, foi obrigar o tráfego automóvel a reduzir-se de uma tal maneira, que existem hoje vários especialistas que estão a estudar a diminuição da poluição em função da redução de tráfego. -----

---- E, hoje, as pessoas com asma, com problemas respiratórios estão atualmente com uma saúde muito melhor do que estariam em situações normais, há menos ocorrências de saúde por essa via. Foi o único benefício, acho eu, que trouxe esta pandemia. -----

---- Portanto, a questão era, se não era possível já ter enquadrado uma perspetiva de integrar autocarros menos poluentes, nomeadamente no centro da cidade. -----

---- Se pensaram em circuitos, os STCP utilizam atualmente muito este sistema, de circuitos em anel, que de elevada frequência e de grande cobertura do território, eu presumo que, este modelo acaba por ser um prolongamento de linhas muito longas, que já foi aqui falado, fala-se quarenta minutos. -----

---- Os meus alunos, eu sou professor na universidade para quem não sabe, e os meus alunos dizem que a linha um demora imenso tempo, demora muito mais do que o que está previsto e, até já fizeram uns trabalhos porque eu insisti que não basta só ter uma ocorrência é preciso fazer um estudo estatístico. -----

---- Eles fizeram um trabalho muito engraçado que teve a seguinte conclusão: Senhor Professor há três horários, há o horário que está na paragem, há o horário que está na

aplicação e há o horário em que o autocarro passa. E, eu depois daquilo arrumaram-me, nunca mais andei a dizer que os autocarros funcionavam muito bem. -----

---- Às vezes vou atrás destes autocarros, que a brincar chama-se os “zeferinos”, devido a chamar-se ZF e libertam enormes nuvens de poluentes, nem é preciso tirar curso, nem é preciso ver bem, basta meter o “nariz” e não é preciso nenhum aparelho muito sofisticado que percebemos que aquilo está muito mal. -----

---- E, portanto, nós desejamos rapidamente que haja novos autocarros mas gostávamos muito que gradualmente, não todos porque isso é impossível ou seria muito caro, mas que já fossem logo à partida e gradualmente introduzido veículos elétricos, veículos elétricos, a hidrogénio ou até porque temos aqui boas condições para isso a disponibilidade de autocarros a gaz que poluem cerca menos de quarenta por cento do que os autocarros a diesel. -----

---- Norma euro quatro, enfim só se for mesmo para usados, penso que os novos são pelo menos euro seis, penso eu, e, portanto, no início funciona tudo muito bem e depois gradualmente eles vão-se degradando e passam a poluir muito mais e de uma forma insustentável, hoje em dia. -----

---- Portanto, ficaram aqui algumas das minhas reflexões que são as reflexões do grupo do PSD que tem trabalhado sobre esta matéria. Os trajetos muito longos e, que não estão orientados para as principais necessidades dos cidadãos que é um fator de preocupação. -----

---- Também queria deixar uma nota final de coisas que me parecem positivas. -----

---- O transporte flexível que já ouço falar há muito e muitos anos neste Município, acho que é uma boa ideia e, poderá ser de facto, um auxílio muito grande para as populações que estão mais distantes do centro da cidade. -----

---- Os custos, que também foram aqui apresentados pelo Membro da Assembleia Patrique, são de facto assustadores. Eu julgo que tem que se fazer um esforço para diminuir estes valores e isso imediatamente provocar um aumento de número de passageiros. Não é com preços reais e muito elevados que vamos trazer as pessoas para os autocarros. É evidente que passam a contactar familiares, a fazerem boleias entre vizinhos porque ninguém quer passar por um passe de setenta euros, não é possível. -----

---- E, portanto, eu acho que tem que se pensar num modelo de apoio de sustentabilidade e tentar trazer, de facto, as pessoas que estão mais desfavorecidas para o centro da cidade para poderem ter igualdade de condições. Isto era muito importante e acho que era mais uma pergunta que eu gostava de deixar, se esse exercício foi feito nesse ensaio tarifário de compensação. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: dado que não existe mais ninguém para uso da palavra, daria a palavra ao Senhor Presidente para responder, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu tentarei dar aqui uma primeira explicação e depois pedirei ao Senhor Vereador Adriano Sousa que explicita alguns pormenores e também um outro conhecimento que ele tem de todo este processo. -----

---- Senhor Deputado Patrique Alves começou de forma excelente, deixe que lhe dê os parabéns. Começou por dizer que a empresa concessionária pagará, aquela que vier a ganhar o concurso um milhão aos atuais concessionários. -----

---- E essa é uma afirmação extraordinária porque na última Assembleia Municipal havia aqui quem dissesse, e ainda bem que veio à razão, que quem pagaria esse valor era a Câmara Municipal. -----

---- E, portanto, registo que o CDS hoje venha ao encontro daquela que era a posição do PS e admita a verdade. -----

---- Parabéns por ter começado a intervenção, ela está gravada, basta escutá-la. -----

---- Depois dizer que o CDS apresenta uma equação que eu direi que é quase impossível. Diz-nos que devemos descer a receita da Câmara Municipal, baixando significativamente os impostos, que devemos aumentar a despesa drasticamente e que devemos ter um melhor serviço. Ora, isso é o milagre dos pães, é impossível de fazer. -----

---- É impossível diminuir a receita, aumentar a despesas e ter contas certas, não é possível e o Senhor Deputado sabe disso. -----

---- E diz-nos também, disse aqui que tinha que haver uma opção política, e há uma opção política, sabe porquê? Porque nós hoje pagamos uma compensação indemnizatória, porque já agora dizer que estes valores do pares já hoje existem, se só acordaram agora, nós pensamos nisto há muito tempo, estes são os valores que hoje são pagos, são estes os valores que hoje são pagos em grosso modo. -----

---- Hoje pagamos uma compensação indemnizatória de duzentos mil euros e predispomos-nos à partida a pagar mais seiscentos mil, isso significa que a concessão passa a ser de oitocentos mil e, portanto, obviamente que estes oitocentos mil euros é para que os valores que os frequentadores, os utentes dos autocarros possam pagar não seja ao preço de mercado, por isso é que temos uma compensação indemnizatória, caso contrário não havia compensação indemnizatória se fossem ao preço real. -----

---- Acho que esta questão, respondi assim ao Senhor Deputado Patrique Alves dizendo que a ligação de Lamas de Olo vai melhorar muito porque passam a ter transportes flexíveis e isso é uma grande mais-valia para a população. -----

---- Deixa de ter uma carreira que passa de xis em xis horas, passa a ter transportes flexíveis, isto é à hora que requisitados, desde que devidamente marcados. -----

---- Senhor Deputado Vasco Amorim, eu lembrava que este processo teve visto prévio da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, isto significa que este concurso obedece a todas as regras ambientais e outras que a legislação portuguesa obriga. -----

---- Acresce ainda que temos a expectativa, e isso também está aí escrito, que através do Fundo Ambiental a própria Autarquia possa adquirir autocarros com Fundos Comunitários, muito mais baratos e que os possa introduzir com a devida compensação na concessão. -----

---- Agora deixe-me dizer-lhe, se nós tivéssemos só transportes elétricos ou mais transportes elétricos, ou mais transportes a gaz natural a compensação indemnizatória não era de oitocentos mil euros, era de um milhão, um milhão e duzentos, um milhão e trezentos, um milhão e quatrocentos ou de dois ou três milhões. -----

---- Portanto, temos que fazer contas e fazer aqui um equilíbrio e tendo nós presente que é possível através do Fundo Ambiental, com apoio comunitário ir buscar, comprar um preço muito mais reduzido autocarros, vamos esperar que surja essa oportunidade para não onerar esta compensação indemnizatória porque infelizmente o dinheiro não “nasce nas árvores” e o dinheiro é aquele que temos e julgo que, já é um esforço muito considerável este esforço que estamos a fazer de aumentar de duzentos para oitocentos mil euros o apoio aos transportes no Concelho de Vila Real. -----

---- Deixe-me, também dizer-lhe que, há pouco o Senhor Deputado Patrique Alves falou que a Câmara X diminuía. Nós já deliberamos na Câmara Municipal que na escolaridade obrigatória os passes passam a ser gratuitos, não sei se sabia. Fizemos mais do que a Câmara que aqui citou. É para todos, escolaridade obrigatória, passes gratuitos, estou a dizer bem Senhor Vereador? Corrija-me por favor se estou aqui a cometer algum lapso. -----

---- E sobre os seniores, lembre-se que nós temos um cartão sénior, está bem. -----

---- Eu passava a palavra ao Senhor Vereador Adriano Sousa e se achar necessário pode solicitar a intervenção à empresa que nos ajudou a construir este processo, que foi longo, que foi maturado, que foi difícil, que exigiu capacidade para alocar recursos financeiros a este processo e para alocar recursos financeiros a este processo, obviamente, que tivemos que tirar recursos financeiros de outro lado porque o dinheiro não se multiplica e, portanto, há que fazer escolhas e esta foi uma escolha política. -----

---- E tem toda a razão, continuamos insatisfeitos com os horários dos autocarros que temos, exatamente, por isso é que vamos avançar com este concurso. E quem nos dera a nós que o concurso anterior tivesse sido decidido atempadamente pelo tribunal, que hoje já não tínhamos autocarros, como muito bem o Senhor Deputado Vasco Amorim aqui refere, como ambientalmente pouco recomendável. Muito obrigado. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: cumprimento o Senhor Presidente e a Excelentíssima Mesa, Senhoras e Senhores Deputados. -----

---- Em resposta ao Senhor Deputado Patrique Alves, vai acontecer pela primeira vez uma coisa muito curiosa é que o Senhor já saber o que é que eu lhe vou responder porque já lhe respondi a essas perguntas na reunião da Comissão Especializada. -----

---- Para não maçar a Assembleia vou tentar resumir as minhas respostas, até porque fico um bocado constrangido por estar a dizer-lhe duas vezes a mesma coisa. -----

---- A primeira questão: falou da garantia da articulação dos transportes. É verdade que, pela primeira vez, nós vamos ter no concelho de Vila Real uma efetiva articulação dos transportes públicos de passageiros. Isto porquê? Nós só tínhamos, até à entrada da lei que revogou o RTA, legitimidade para gerir os transportes urbanos. -----

---- Os transportes interurbanos eram geridos antes pela DGTT, depois pelo IMTT e agora pelo IMT: Não havia nenhuma articulação entre os transportes urbanos e os transportes interurbanos. -----

---- As linhas interurbanas eram solicitadas diretamente ao IMT que por sua vez autorizava essas linhas em função do percurso e dos horários requeridos pelos diferentes operadores. --

---- O que é que nós fizemos? Constituímo-nos como autoridade de transportes e neste momento temos a possibilidade de articular o transporte urbano com o transporte interurbano. -----

---- Mas fomos mais longe. Porque também entendemos que hoje em dia o acesso à mobilidade é uma garantia que deve ser dada a todos os cidadãos, independentemente do sítio onde moram. -----

---- Isso não quer dizer que nós possamos ir a todos os lugares da mesma forma, ou seja, irmos a uma localidade em que existem quatro habitações com um autocarro de cinquenta lugares. Isto seria um desperdício de recursos financeiros. -----

---- Por isso, introduzimos também nesta nova concessão, aquilo que na gíria se diz “o transporte flexível ou o transporte a pedido”. -----

---- Esse transporte flexível permite que os cidadãos que vivam a mais de setecentos e cinquenta metros de um local de paragem, possam solicitar através de uma chamada telefónica, que em hora a acordar, possam ser recolhidos na sua habitação e sejam colocados no local de paragem da linha interurbana mais próxima para o levar ao destino final. -----

E isso também justifica o facto dos cinquenta cêntimos pela chamada telefónica, porque vejamos uma coisa, se efetivamente o transporte tivesse que ir à porta da pessoa, é óbvio que o custo por quilómetro seria muito superior. -----

---- Nós tentamos evitar que isso aconteça, através da introdução de um adicional de cinquenta cêntimos, que pouco representa, mas que significa uma melhoria do serviço prestado do ponto de vista do conforto como do cumprimento do horário que mais convenha à pessoa que faz o pedido. -----

---- Depois, sobre a questão do milhão de euros já não vale a pena falar porque tantas vezes já ter sido explicada. -----

---- Sobre a questão dos veículos com energias limpas: também já aqui falamos que tivemos essa preocupação. Efetivamente aquilo que nós fizemos e que o Senhor Presidente até já referiu aqui, foi reservamo-nos, para quando houver financiamento, quer através de fundos comunitários, quer do fundo ambiental, possamos adquirir veículos não poluentes com financiamento e depois internalizar esses mesmos veículos na concessão nas condições estabelecidas no caderno de encargos. -----

---- Portanto, há aqui uma preocupação ambiental. Não é por os veículos serem do tipo euro quatro, cinco ou seis que deixamos de ter ambição ambiental. Porque o simples facto de defendermos o aumento da frequência dos transportes urbanos e a obrigatoriedade de os veículos serem todos novos vai certamente aumentar a atratividade do transporte e

aumentando a atratividade do transporte estamos a provocar a transferência modal do transporte individual para o transporte coletivo. -----

---- O que é que estamos a fazer? Estamos a retirar carros do espaço público e a transferir esses cidadãos para o transporte público muito mais atrativo e muito mais eficaz. Portanto, aí também se prova, de facto, que há ambição ambiental. Haverá efetivamente uma redução de poluição na cidade, como referiu e bem o Senhor Deputado Vasco Amorim.-----

---- Depois havia aqui outra questão que era a idade dos veículos. A idade dos veículos está perfeitamente referida no caderno de encargos. Nos transportes urbanos, todos os veículos serão adquiridos em estado novo. Há uma idade máxima dos veículos de dezasseis anos e, é óbvio que, os transportes interurbanos continuam a ter a mesma qualidade que têm neste momento. -----

---- Agora, nós podemos chegar ao ponto de querer também nas carreiras interurbanas os veículos todos novos porque isso implicaria estarmos a falar de valores muito mais elevados no que toca à indemnização compensatória.-----

---- Sobre a questão das linhas e os tempos de percurso, Senhor Deputado importa referir que há diversos parâmetros em jogo que podem influenciar o cumprimento dos horários, nomeadamente a existência ou não estacionamento ilegal. Não basta dizer que um tempo de viagem de Lordelo à Utad demora x minutos pois, efetivamente, o autocarro não faz esse trajeto tendo em conta apenas a origem e destino. Terá diversas paragens e terá de tocar em diversos ponto da rede proposta para satisfazer a procura potencial.-----

---- Sobre a questão da linha noturna: esta concessão, como as concessões anteriores, os operadores podem a partir do momento em que há adjudicação da concessão ir alterando as linhas em função da procura. E foi isso que aconteceu com os transportes urbanos em Vila Real, os operadores foram à procura dos passageiros e não ficaram ali à espera de uma linha estática ao longo de vinte anos de concessão. -----

As linhas podem ser alteradas e devem ser alteradas em função da procura. -----

---- Falou-se aqui da questão de Lamas de Olo. Não há alteração nem retirada de serviço à população de Lamas de Olo. Aliás, eu referi há pouco que, todo o território concelhio com o transporte flexível praticamente fica servido, o que não acontecia antigamente, que havia franjas da população que, de facto, tinham que recorrer a um táxi para vir fazer as suas situações à cidade. -----

---- Agora, neste momento, com o transporte flexível, todas as pessoas terão possibilidade de, com um simples telefonema, de marcar a hora e o dia para virem à cidade fazer as suas tarefas. -----

---- A questão dos transportes escolares: isto foi já referido ao Senhor Deputado, houve, efetivamente, a preocupação de articular os transportes interurbanos com o transporte escolar. É óbvio que nós não podemos querer chegar ao minuto, e aquela questão que o Senhor Deputado falou de Águas Santas é uma situação que o Senhor compreende perfeitamente, e que decorre do tempo de percurso e dos quilómetros que demora a vir de Águas Santas para uma Escola em Vila Real. Se uma pessoa morar em Mateus, por exemplo, demora muito menos tempo, como é óbvio. -----

----- Quanto à estrutura tarifária: praticamente não mexemos na estrutura tarifária. Agora é importante dizer que como há um número de lugares oferecidos que é muito superior ao número de lugares que efetivamente ocupados, esse diferencial tem de ser pago por alguém, ou seja, pela Câmara Municipal.-----

Relativamente ao Senhor Deputado Vasco Amorim, já praticamente foi referido aqui a questão do financiamento dos veículos não poluentes, efetivamente, isso também está nas nossas preocupações. -----

----- As questões ambientais também, com a transferência modal em perspetiva.-----

---- E, depois a questão dos horários, é verdade que às vezes há um desfazamento dos horários que estão nas paragens dos autocarros e efetivamente dos horários que são praticados. -----

---- Nós temos a noção disso. Aliás, temos reports dos próprios motoristas a dizer que um dos grandes problemas que ainda existe em Vila Real é precisamente o estacionamento ilegal que muitas vezes impede que os autocarros possam fazer o serviço nos horários que estão determinados. -----

----- Quanto às linhas extensas, as linhas são em função da geometria da geografia da cidade de Vila Real. Portanto, é natural que para irmos de Lordelo à Utd a linha vá pela Avenida 1.ª de Maio e vai pela ponte, portanto, é óbvio que tem de chegar fazendo todo esse percurso e operar ao longo das paragens pré-estabelecidas, a uma velocidade média de cerca vinte a vinte e cinco quilómetros por hora. -----

----Penso que, respondi mais ou menos a tudo. Não sei se o Doutor Hernâni pretende referir alguma questão que, eventualmente me tivesse escapado e que o Senhor Deputado Patrique Alves ou o Senhor Deputado Vasco Amorim tivessem referido. -----

---- **Inteiveio o Senhor Doutor Hernâni** da Empresa que assessorou estes procedimentos, disse: Penso que, das notas que fui tomando, as diferentes questões foram sido expandidas. Continuou o Senhor Vereador, dizendo, muito bem, muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: desculpem, só mais uma questão: na linha Povoação- Vila Real. Portanto, faz Povoação e passa relativamente perto de Nogueira, mas não vai mesmo a Nogueira. Nogueira vai ser servida de que forma? Esta a três folhas do fim das linhas interurbanas. -----

----- O que é que está previsto para servir Nogueira? **Respondeu o Senhor Vereador Adriano Sousa**, disse: essa linha é uma linha intermunicipal, portanto, é uma linha que é regulada pela CIM e está articulado. Nós tentamos articular e tivemos várias reuniões com a CIMDouro no sentido de, das linhas que são intermunicipais, pudessem efetivamente servir também as preocupações e os anseios das populações que estão ao longo dessas linhas no nosso concelho. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja intervir? Senhor Engenheiro Adriano, Senhor representante da empresa. Dado que ninguém

se manifesta, Senhor Presidente queira encerrar o ponto se fizer o favor. Não. Dado que não há mais nenhuma intervenção, coloco este segundo ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** as condições gerais para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, para Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular (Urbanos e Interurbanos) e Flexível, por modo Rodoviário, no Concelho e Vila Real

Apuramento dos Votos:

Contra: 1 voto do Presidente da União de Freguesias de Borbela e Lamas de Olo, José Armando Ribeiro de Sousa

Abstenções: 9 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PSD e CDS-PP; Do PSD: Vítor Hugo Correia Mesquita, Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos, Eurico Vasco Ferreira Amorim, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Fátima Manuela dos Santos Duão Rodrigues, Abílio de Mesquita Araújo Guedes, Marília Teresa Teixeira Ferreira, Pedro Miguel Magano Silva Pinheiro. **Do CDS-PP:** Patrique José Luís Alves.

A favor: 36 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PS e PSD. Do PSD: 4 votos das Juntas de Freguesia e Fernando António Pádua Correia de Azevedo **e PS: 32 votos**

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, agradeceu e disse: Senhores Deputados. Passemos para

9º. Ponto (passou a 3º ponto) - Aprovar as condições gerais para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, da concessão, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e serviço público do futuro parque de estacionamento “Seminário”, dos atuais Parques de Estacionamento Públicos para viaturas ligeiras situados na Avenida Carvalho Araújo e no Pavilhão dos Desportos, bem como concessão de exploração e fiscalização de lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcometros coletivos, na Cidade de Vila Real, pelo prazo de 30 anos, nos termos da alínea p) do nº 1 artigo 25º do Anexo I Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

----- ASSUNTO: - Abertura de procedimento de um Concurso para celebração de um contrato de conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e serviço público do futuro parque de estacionamento, de dois parques de estacionamento existentes e dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade de Vila Real -----

- Presente à reunião proposta do Vereador Adriano Sousa, do seguinte teor:

“O aumento significativo do parque automóvel, a partir dos anos 80, e o predomínio do seu uso para as deslocações urbanas tiveram como consequências um aumento das emissões de gases com efeito de estufa, acréscimos significativos dos congestionamentos e da sinistralidade rodoviária e um crescente défice de estacionamento nas cidades.

A solução adotada para responder à crescente taxa de motorização passou, invariavelmente, pelo aumento da oferta até satisfazer a procura, não olhando à sustentabilidade dessa estratégia.

O resultado traduziu-se num aumento brutal do tráfego rodoviário, numa deterioração da qualidade de vida das cidades, de quem lá vive e trabalha e na não resolução dos problemas de mobilidade.

Em relação ao estacionamento assistiu-se a um fenómeno contrário. As cidades não conseguem acompanhar os constantes aumentos da procura, simplesmente porque não estavam (nem nunca estarão) preparadas para acolher a enormidade de automóveis que a elas afluem diariamente.

A existência de um elevado défice entre a oferta e a procura de lugares de estacionamento levou a que muita da infraestrutura pedonal fosse literalmente invadida pelo automóvel, penalizando principalmente os peões e contribuindo para a degradação do ambiente urbano. Daí ter-se optado por políticas de tarifação do estacionamento de modo a melhor regular a oferta existente de lugares de estacionamento face a uma procura que não tem parado de crescer e que muito dificilmente se conseguirá satisfazer de forma totalmente gratuita.

A cidade de Vila Real, para além de registar uma taxa de motorização superior à média nacional, evidencia, nalgumas zonas onde a pressão é maior, uma procura superior à oferta instalada. Isto mesmo é referido no estudo encomendado pelo município à Associação para o Desenvolvimento da Engenharia Civil (ACIV), com finalidade de fazer um diagnóstico da situação e produzir um conjunto de recomendações com vista a uma melhor e mais sustentada tomada de decisão.

Sabemos que uma política de estacionamento coerente deve ser sempre considerada como uma componente fundamental de qualquer política de mobilidade urbana.

Nesse sentido é intenção do município ir melhorando, de forma gradual, o modelo de oferta de estacionamento, já que é por demais evidente a dificuldade de a cidade dar resposta a um excesso de procura quando comparada com a oferta existente, devido às limitações próprias da cidade e das políticas de planeamento e mobilidade adotadas ao longo de décadas.

A nova concessão que se pretende lançar tem como objetivos (i) garantir uma oferta adequada em função dos níveis de procura, (ii) promover a desejável rotatividade na utilização dos lugares de estacionamento existentes na via pública, (iii) garantir estacionamento aos moradores, nas zonas próximas das suas residências, desde que demonstrem não ter lugar de garagem afeto à habitação, (iv) garantir lugares para as operações de cargas e descargas.

Para além destes objetivos principais, pretende-se também desincentivar o uso excessivo do automóvel, reduzir o estacionamento de longa duração nas zonas de maior procura, potenciando, assim, uma melhoria na oferta para o acesso ao comércio tradicional e, não menos importante, incentivar a fixação de novos residentes no centro histórico.

Em simultâneo ao lançamento desta concessão, vamos também disponibilizar parques de estacionamento de utilização gratuita, em alguns locais da cidade servidos de Transporte Público, de modo a permitir às pessoas que não desejem utilizar os lugares com estacionamento tarifado, poderem ali deixar o carro e fazerem a última parte do percurso até ao destino final a pé ou de transporte público.

Em face do exposto proponho que a Câmara Municipal:

1 – Aprove o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, que fixam as condições gerais para abertura do concurso público para a conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e serviço público do futuro parque de estacionamento, de dois parques de estacionamento existentes e dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade de Vila Real, nos termos da informação dos serviços anexa à presente proposta.

2 – Submeta à aprovação da Assembleia Municipal as condições gerais para abertura do concurso público internacional, com publicação no JOUE, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

O Chefe dos Serviços de Planeamento e Mobilidade emitiu a seguinte informação:

1. Designação do procedimento

Concurso Público para a celebração de um contrato de conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e serviço público do futuro parque de estacionamento, de dois parques de estacionamento existentes e dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade de Vila Real

2. Fundamentação

A gestão do sistema de estacionamento público afirma-se com um instrumento relevante de gestão da infraestrutura rodoviária e da procura de tráfego urbano. O estudo e implementação de políticas de estacionamento integradas e coordenadas com as diferentes

estratégias de mobilidade pressupõe e caracterização do estacionamento na cidade, quer ao nível da oferta existente quer no que diz respeito à procura.

A elaboração do Estudo sobre a “Definição de uma Política e de Princípios de Organização e de Gestão do Sistema de Estacionamento Públicos em Vila Real de Estacionamento para a Cidade de Vila Real” permitiu dotar o município de um documento de carácter técnico, que contribui para uma melhor tomada de decisão nestas matérias.

Por sua vez, importa referir que a atual concessão do estacionamento da cidade de Vila Real, adjudicada à empresa PeVR – Parques e Estacionamento de Vila Real, S.A., desde 1999, já terminou e é pois evidente a necessidade do Município de Vila Real iniciar os procedimentos adequados com vista ao lançamento do concurso para a nova concessão da gestão e exploração do estacionamento público na cidade de Vila Real.

Considerando que o contrato é superior a 5.000.000,00€ (n.º3 do artigo 36º do CCP) remete-se a fundamentação da avaliação de custo/benefício para o Estudo de Viabilidade Económica que se encontra anexo ao presente documento.

3. Escolha do procedimento (31.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Tipo de contrato	Artigo 31º - Escolha do procedimento em função do contrato	Contrato de concessão de obras públicas e de serviços públicos

4. Fundamentação da não Contratação por lotes (n.º 2 do art. 46º - A do CCP)

Não aplicável

5. Órgão competente para decisão da contratação

Câmara Municipal de Vila Real com autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

6. Verificação do cumprimento do limite previsto no art.º 113 do CCP relativamente às empresas a convidar

Não aplicável

7. Peças do procedimento (40.º/1/c))

- a. Programa de procedimento
- b. Caderno de Encargos

8. Renda Mínima Anual

A Concessionária pagará ao Concedente o valor da Renda Fixa Anual previsto na sua proposta, o qual não poderá ser inferior a 200.000,00€ (duzentos mil euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, caso tal seja aplicável. Este valor teve por base a realização de um Estudo de Viabilidade Económico-financeira.

9. Preço anormalmente baixo (art.º 71 do CCP)

Não aplicável.

10. Prazo

O período de vigência do contrato será de 30 anos (trinta anos), a contar do dia 1 de mês seguinte ao da sua celebração.

11. Admissão de Propostas Variantes (art.º 59 do CCP)

Não são admitidas propostas variantes.

12. Critério de adjudicação (art.º 74 do CCP)

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do melhor preço a pagar ao Concedente, nos termos da alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, conforme artigo 18º do Programa de Procedimento.

13. Lista de pareceres legalmente exigíveis

É da responsabilidade da Concessionária a obtenção das autorizações e licenças, emitidas por entidades distintas da Concedente, necessárias à realização dos trabalhos incluídos no objeto da presente Concessão, nomeadamente no que diz respeito ao Parque de Estacionamento a construir.

14. Lista de elementos que acompanham o projeto (n.º 5 do art.º 43 do CCP)

Não aplicável

15. Júri do procedimento (67º do CCP)

Função	Identificação	Carreira / cargo
Presidente	Joaquim Manuel Almeida Correia de Magalhães	Chefe de Serviços
1.º vogal	Amadeu Duarte da Silva Borges	Professor Universitário
2.º vogal	Eduardo Luís Varela Rodrigues	Diretor Departamento
1.º vogal suplente	André Rebelo Medeiros	Técnico Superior
2.º vogal suplente	António Conceição Ferreira Viana	Técnico Superior

16. Gestor do Contrato e respetivo vínculo à Câmara Municipal (art.º 290 - A do CCP)

Gestor do Contrato	Vínculo à Câmara Municipal
Joaquim Manuel Almeida Correia de Magalhães	Técnico Superior dos Quadros da Câmara Municipal

17. Financiamento Comunitário

Não aplicável

18. Previsão de repartição de encargos plurianuais

Não aplicável

19. Número do projeto do PAM e Cabimento orçamental

PAM: 2018/A/171

Cabimento Orçamental:

20. Visto prévio do Tribunal de Contas

Sujeito	Isento	Fundamentação	
		Direito	Facto
x		Nos termos do artigo 318.º da Lei do Orçamento de Estado para 2020.	Dado o valor do contrato ser superior a 350.000 €

21. Caução

Exigível	Não exigível	Fundamentação	
		Direito	Facto
x		Nos termos do nº 1 do artigo 88.º do CCP	Dado o valor do contrato ser superior a 200.000 €

22. Propostas de aprovação:

- Decisão de contratar e decisão de autorização da despesa (36.º)
- Escolha do procedimento (38.º)
- Aprovação do Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Peças anexas, que fazem parte integrante do Caderno de Encargos (40.º/2)
- Designação do júri (67.º/1)
- Gestor do contrato (290º-A)

Em 09/06/2020 o **Diretor do Departamento do DPGT** emitiu o seguinte parecer:

“Ao Sr. Vereador. Proponho o envio à Reunião de Câmara com a vista deliberar no sentido de:

- Aprovar a proposta de abertura do procedimento, nos termos da presente informação;
- Submeter à autorização da Assembleia Municipal a proposta de abertura do procedimento, nos termos da presente informação.”-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal as condições gerais fixadas no Programa de Concurso e Caderno de Encargos para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, da conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e serviço público do futuro parque de estacionamento “Seminário”, dos atuais Parques de Estacionamento Públicos para viaturas ligeiras situados na Avenida Carvalho Araújo e no Pavilhão dos Desportos, bem como concessão de exploração e fiscalização de lugares de estacionamento tarifado na via pública,

através de parcometros coletivos, na Cidade de Vila Real, pelo prazo de 30 anos, nos termos da alínea p) do nº 1 artigo 25º do Anexo I Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Os Vereadores do PSD votaram contra e apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Social Democrata votam contra neste ponto da Ordem de Trabalhos, de acordo com os considerandos que passam a enunciar:

- Sempre defenderam uma solução diferente da apresentada, que passa por construir um parque de estacionamento com grande capacidade e ao mesmo tempo reconstruir um mercado moderno no lugar do atual Mercado Municipal.
- Seria a oportunidade para construir um bom parque de estacionamento com fáceis condições de acesso, e resolver os constrangimentos atuais de estacionamento, não só do Mercado, mas de toda a envolvente, em particular do Centro Histórico.
- Permitiria ainda a execução faseada da obra, possibilitando a manutenção em funcionamento das atividades no mercado.
- Esta solução, levada a cabo num espaço que já é municipal e a necessitar de requalificação, comparada com a construção de um parque nos terrenos do Seminário, que é necessário adquirir, é sem dúvida alguma, uma solução, que melhor serve o interesse dos Vilarealenses e do próprio Seminário, resolvendo vários problemas, sem criar outros novos.
- Ao contrário, um parque de estacionamento nos terrenos do Seminário não resolve o problema. É desde logo condicionador da reabilitação do edifício do Seminário, uma vez que qualquer utilização futura, será ela própria, consumidora de estacionamento, como o prova a instalação das Águas do Norte, que já ocupam um piso do dito parque.
- Esta concessão é lançada a concurso sem que a Câmara Municipal tenha a posse do terreno onde o parque será construído e no nosso entender é prejudicial para o próprio Seminário.
- O Parque subterrâneo da Avenida Carvalho Araújo, já propriedade da Câmara desde 2019, está a ser incluído neste concurso hipotecando-se aqui a possibilidade de ser um instrumento de apoio ao comércio local, como defendemos.
- Esta concessão inclui ainda um aumento do parque taxado à superfície que se cifra em mais 308 lugares. Abrange entre outros lugares o Pioledo, a Av. D. Dinis, a Praça Diogo Cão, a Rua Morgado de Mateus, a Rua D. Afonso III, a Avenida 1º de Maio, a Rua Miguel Torga, o que vai criar naturalmente dificuldades acrescidas aos seus moradores.
- A nova concessão, levada a cabo numa altura em que tudo acontece muito rapidamente, feita por um período de 30 anos é exagerada e vai muito para além do período normal deste tipo de concessões que é de 20 anos.
- Para além do tempo de concessão, hipoteca todos os parques existentes e alarga sem justificação o perímetro do estacionamento tarifado, de superfície, comprometendo desnecessariamente o futuro.

Os Vereadores do PSD entendem que a nova concessão não serve os interesses de Vila Real, não aproveita as condições existentes para apoiar o comércio local e compromete por um período tempo exagerado as obrigações do Município, pelo que votam contra, neste ponto da Ordem de Trabalhos”. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 29 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente faça favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu tentaria antecipar já algumas questões, até porque elas vieram a público. -----

---- E dizer que esta concessão serve os interesses dos Vila-realenses. Serve os interesses dos Vila-realenses porque há uma articulação entre parques de estacionamento gratuito, entre estacionamento à superfície pago e gratuito, estacionamento em parques ou em silo-auto também pago. -----

---- Uma atenção especial para os moradores onde é necessário haver essa atenção e, há um investimento fortíssimo de quatro vírgula três a quatro e quatro vírgula quatro a cinco milhões de euros do futuro concessionário, bem como, o pagamento de uma renda que no mínimo será duzentos mil euros à Câmara Municipal para quem venha a fazer a exploração de todo este complexo, processo de concessão de estacionamento em Vila Real. -----

----- O PSD tem dito que a nova concessão de estacionamento não serve os interesses de Vila Real. A pergunta que eu aqui deixava era, quais interesses? -----

---- É que alguém sabe o que vai na cabeça do PSD sobre esta matéria? Algum dia nos disseram o que é que pensam sobre isto em concreto? Qual a sua estratégia? Não ouvi. -----

---- Dizem também que, não aproveita as condições existentes para apoiar o comércio local. Apoiar como? Alguém sabe o que vai na cabeça do PSD sobre esta matéria? É entregar o parque e deixar o parque gratuito? É isso que têm em mente? O que é que é? Também nunca ouvimos nenhuma proposta. -----

---- Dizem que é muito mau aumentar em trezentos e oito o número de lugares a taxar nas ruas da cidade. Sobre esta matéria gostaríamos de conhecer a proposta do PSD para resolver o défice existente, entre a oferta e a procura de estacionamento existente em Vila Real, sabendo todos que o espaço público é de todos e não apenas para quem chega primeiro e deixa lá o carro todo o dia. -----

---- Estranha-se também esta posição porque a declaração de voto do PSD de vinte e um de janeiro de dois mil e dezanove, que aprovou o estudo sobre de estacionamento para a Cidade de Vila Real, estudo esse que serviu de base à proposta de concessão, que agora, pretendemos lançar a concurso, referir que os Vereadores do PSD e estou a citar: “concordam em grande medida com o diagnóstico que o estudo apresenta, mas entendem que as propostas para a solução dos problemas, por necessidade, deveriam ser bem mais ambiciosas”. -----

• Estariam a pretender tarifar ainda mais lugares de estacionamento?

. Pretendiam construir mais parques de estacionamento tarifados?

. Defendiam o aumento das tarifas?

---- Ficamos sem saber em concreto o que é que significa essa ambição. Em regra a oposição quando tem que dizer qualquer coisa e não sabe muito bem como é que há-de fundamentar aquilo que diz, utiliza duas palavras-chave, falta de ambição e falta de estratégia. Não tem estratégia não tem ambição, parece-me que aqui é um bocadinho isto. -----

---- A nova concessão vai criar naturalmente dificuldades acrescidas aos seus moradores. Só se pode entender esta afirmação do PSD há luz do desconhecimento profundo, nos termos do caderno de encargos. Pois, uma coisa que fizemos questão que ficasse acautelada nesta concessão foi o direito dos moradores, que vivendo nas zonas de estacionamento tarifado e não tendo garagem ou lugar de garagem integrado na fração habitação em puderem estacionar nessa zona ou numa das zonas adjacentes. -----

---- Por último, dizem que soube integrar o parque da Carvalho Araújo na concessão, que estamos a hipotecar a possibilidade de ser instrumento de apoio ao comércio local, já tinha dito isso em cima. -----

---- Mais uma vez, desconhecemos a estratégia ou a proposta concreta do PSD sobre esta matéria. -----

---- Sublinhava ainda que: -----

. Vamos construir um parque com oitenta e quatro lugares gratuito abaixo do Centro de Saúde número um;

. Vamos construir um parque com mais de duzentos e oitenta lugares gratuito ao lado da Biblioteca;

. Vamos construir também uma bolsa de estacionamento num aglomerado, que há muito defendia que isso acontecesse, tudo isto está em concurso, no Bairro de Santa Maria;

. Vamos também regularizar o parque de estacionamento, que hoje é selvagem, no sentido em que não está organizado, ao pé do Centro de Saúde número dois;

. E pretendemos também fazer uma pequena intervenção que maximize aquilo que hoje não é um parque de estacionamento, mas é usado quase como tal, abaixo da Burger King, aquele terreno que vai para a Freguesia de Parada de Cunhos, ao lado direito;

---- E, portanto, isto não é feito de forma desgarrada, foi pensado, foi estudado, foi acompanhado, foi maturado e julgo que chegamos a uma boa solução, evitando ainda aquilo que para nós era um erro. -----

---- O PSD defendia a destruição do mercado municipal, defendia que o mercado municipal fosse destruído para aí construir um parque de estacionamento. -----

---- Eu lembrava que o PSD já teve essa ideia, no tempo do Doutor Manuel Martins e desistiu dela. Desistiu porque achava-a inoportuna financeiramente e desistiu porque achava um erro prejudicar todos aqueles que vivem da sua atividade comercial no mercado e que têm lojas permanentes no mercado e todos os pequenos agricultores que semanalmente se deslocam ao mercado para vender. -----

---- E, portanto, destruir o mercado para ali fazer um parque era um processo longo, era um processo muito mais caro, nós calculamos que fosse quatro vezes mais caro porque um

parque subterrâneo é muito mais caro do que um parque à superfície e acresce ainda que era preciso indemnizar durante muitos e longos meses os comerciantes que ali fazem o seu negócio diário, pelo tempo de inatividade que o mercado deixaria de funcionar. E depois era preciso reconstruir o mercado, um mercado parecido ou um outro mercado. -----

---- Também com a solução que encontramos, respondemos aos comerciantes do mercado, às pessoas que frequentam o mercado porque ficam a dois ou três minutos do mercado municipal, respondemos também à proximidade ao centro histórico, não incomodamos durante a construção a população, ambientalmente (falam tanto do ambiente), como sabem o silo-auto ambientalmente é muito mais sustentável do que um parque subterrâneo e encontramos uma boa solução para o estacionamento em Vila Real. -----

---- Há ainda aqueles que dizem que é um problema pagar ao seminário, à igreja. Quero dizer a todos que, a minha convicção que nós podemos e devemos pagar e podemos e devemos ajudar o seminário a encontrar viabilidade para um espaço central na cidade, um espaço vital na cidade, um espaço que tem de ser preservado, que tem que ser mantido porque é demasiado importante no centro da cidade para ser abandonado. Já chega os anos em que estive ao abandono. -----

--- E, portanto, a mim não me custa, rigorosamente, nada fazer este acordo com o seminário, é um acordo, obviamente, validado por peritos que fazem as avaliações respetivas no terreno e é um acordo que é feito numa aproximação entre partes. -----

---- Mas, se tivéssemos que ceder para além do que era razoável, quero-lhe dizer que não tinha nenhum problema em o fazer porque para mim a igreja e o seminário são instituições de bem, merecem ser ajudadas e aquele edifício em concreto é demasiado importante para a cidade para o deixarmos ao abandono. -----

---- E aquele espaço é demasiado importante para a cidade para não ser enquadrado e tratado, quero que isso fique absolutamente claro, não me preocupa rigorosamente nada com críticas daqueles que vão insinuando que pode haver, “querem comprar ao seminário porque estão a fazer um favor ao seminário”. Não estamos a fazer favor nenhum, estamos a comprar pelo preço justo, mas mesmo que estivéssemos numa lógica transparente, numa lógica de avaliação clara e transparente, se tivéssemos que dar um subsídio, se tivéssemos que fazer o que quer que fosse, podíamos e devíamos-lo fazer porque aquele espaço é vital para a cidade, é muito importante para a cidade. -----

---- E ajudar a viabilizar aquele espaço não é de somenos importância, estou convencido disso e acredito profundamente nesta solução. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhores Deputados está aberto o período de discussão deste ponto. Inscreveram-se os seguintes Deputados. ----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Um dia vou ter saudades de vir fazer isto, mas o Senhor Presidente faz muitas vezes provocar um exercício de memória. -----

--- O PSD não diz o que quer, não sabe o que pensa sobre isto, não diz nada e, sobre o estacionamento, eu não sei quantas vezes, eu é que não tenho tempo não sou profissional da política, mas eu gostava de ter tempo ou ter alguém que pudesse pagar para ir só pesquisar nas Assembleias Municipais nos últimos quinze anos, quantas vezes é que eu falei, por exemplo, na Cidade de Viana do Castelo que até é muito parecida com Vila Real em determinados aspetos que criou, e, eu disse-o aqui, deve estar nas atas, milhares de lugares de estacionamento. Não me diga Senhor Presidente honestamente que não se recorda de eu falar nisso. -----

--- Milhares, o PSD nunca falou sobre isto? Milhares mas não é preciso ir lá, basta ir à internet e vêem quantos parques estão disponíveis. -----

--- E, sei porque vou lá muitas vezes por outras razões, desportivas aliás, que vi a modificação que ocorreu ao longo dos anos e, que gerou alguma entropia às obras, gera sempre alguma entropia. -----

--- Mas, o mercado que ocorre por cima de um parque enorme subterrâneo, com dois pisos, é uma coisa do outro mundo. Agora que já podemos sair do concelho, faça-se lá uma viagem a Viana do Castelo, só para experimentar. -----

--- Nunca o PSD, eu representante do PSD nunca falamos nisso aqui? Sinceramente Senhor Presidente, está bem para a comunicação social, depois publiquem nas redes sociais e fica toda a gente a bater palmas. O Senhor Presidente deu uma lição ao PSD? Pois, de facto, eles não sabem nada disto, andam a dormir, ninguém diz nada, ninguém sabe o que eles pensam. -----

--- E torceu tudo até agora, quer dizer, eu até podia falar de algumas coisas úteis, mas simplesmente vou retificar incorreções e distorções que o Senhor Presidente fez aqui. -----

--- Os preços em Viana do Castelo, quando há a tal feira semanal, são grátis. As pessoas vão logo para lá, não há trânsito, não andam à procura de estacionamento, rapidamente vão fazer o que têm para fazer e vão embora e mesmo assim, têm muita folga. -----

--- E, na zona central, todas as pessoas que saem ali e vão andar à beira mar e vão comer os pastéis típicos e vão à beira rio, e vão ao Gil Eanes porquê? Porque tem estacionamento lá, Senhor Presidente. -----

--- E os desníveis que eu defendo aqui para Vila Real nas rotundas? Os desníveis, já há muito tempo por causa da Nacional treze que era um calvário, os desníveis das rotundas, quantas vezes falei aqui? Mesmo quando estávamos no poder é só ter alguém para pesquisar, que eu nem tenho para pagar nem sou profissional disto, mas pode ser que um dia possa fazer uns apontamentos sobre isso, mas enfim, também não é isso que é importante agora por que todos nós sabemos qual é a estratégia aqui. -----

--- Vamos por os pontos nos is, já estou farto de falar de estacionamento. E, mais, vamos, por exemplo, a Amarante verificamos que os preços são muito mais baixos e eles têm melhor poder de compra do que nós, no entanto, isso estimula a dinâmica do comércio. Não é por ter valores mais elevados que vamos aumentar o comércio e também não vão andar mais de autocarro, sabe o que acontece Senhor Presidente? Acontece como em muitos Municípios por ai fora e, há bons exemplos, as pessoas vão a outros Municípios, vão a outros

sítios, cansam-se. Além da viagem ainda têm que pagar uma taxa elevada ou ficar muito longe dos seus objetivos e, claro, inevitavelmente vão parar ao centro comercial. O centro comercial agradece. Não que eu esteja contra o centro comercial, mas eles tinham todas as condições para tarifar e não o põem, devem ser menos inteligentes, devem estar à espera que as pessoas vão lá de autocarro. -----

--- E, portanto, dentro desta deturpação toda que, chega quase a ser cómica e só engana quem andar muito longe de Vila Real e da assistência destas Assembleias Municipais, espero que pela Utadtv não esteja tudo a dormir, pelo menos possam assistir a esta explicação. -----

---- O estudo que foi feito que está muito bem resumido, está um diagnóstico feito, mas as soluções não são exatamente aquelas que nós defendemos e, nós já falamos sobre isso, na altura própria, não se pode dizer que o PSD não sabe, não diz. -----

---- Quanto às palavras “ambição” e “estratégia”, “ambição” por acaso não me recordo bem no tempo que o Senhor Presidente da Câmara era oposição, falava muito de “falta de estratégia”. E eu cheguei a dizer, nas Assembleias Municipais, o Partido Socialista utilizava muito isso, não é que nós tivéssemos falta de estratégia, nós tínhamos uma estratégia que o Senhor não concordava, o Partido Socialista não concordava. -----

---- Até aí estávamos de acordo, agora não ter, não é verdade. E basta ver o que o PSD fez para chegarmos até dois mil e doze, nas condições que dois mil e doze ocorreu. -----

---- Depois claro, não está tudo feito, é preciso fazer mais e o Senhor Presidente da Câmara teve uma grande vantagem, nunca teve tanta disponibilidade de meios como neste período, e, ainda bem para Vila Real e ainda bem que, depois de resolver os problemas provocados pela vinda da troika, não falta disponibilidade financeira e, houve até, um forte crescimento da economia até ao ano passado. -----

---- Destruição do mercado Senhor Presidente, nunca. Quando nós no programa e eu coordenei o programa, sei o que é que lá está escrito e sei quem é que sugeriu pela primeira vez isso, não vou agora dizer que isto é um trabalho coletivo, mas sugeriu pela primeira vez fazer um novo mercado. -----

---- O novo mercado era para integrar lá o estacionamento, que já sabemos há muito tempo que era deficitário, já há muito tempo. -----

--- E, portanto, fazer um mercado novo, não é como o Senhor Presidente diz que o PSD defende a destruição do mercado, isso é uma maneira negativa de olhar para o assunto. -----

----- Um edifício com sessenta anos só vai dar dores, dores de idade, eu já tenho cinquenta. Olhei para o Luís pedro Pimentel e pensei, sou três meses mais velho do que ele, faleceu três meses depois de eu ter nascido, ninguém vai para novo, qualquer coisa pode acontecer, enquanto andarmos cá, temos que fazer por estarmos direitinhos, eu gosto de estar direitinho. -----

---- No nosso programa nunca esteve destruição do mercado, esteve construir um novo, um mercado espetacular, onde os comerciantes pudessem entrar com uma via perfeitamente acessível, rapidamente descarregar a mercadoria junto das suas lojas. Nem é preciso ir muito longe, estou-me a lembrar de Torres Vedras tem um parque de estacionamento debaixo do

mercado, impecável, novinho. Isto parece que é uma coisa do outro planeta, mas com uma vantagem, o terreno é nosso. -----

---- E é esta uma das questões que esta desde o início, entre fazer um parque ao lado ou fazer no mercado que nós defendemos e, toda a gente sabe o que é que o PSD defende. Defende em vez de gastar dinheiro no terreno, seiscentos mil talvez ou mais, e, depois gastar um milhão e tal a requalificar um imóvel que está, não está em ruínas mas também não está como novo. Eu sei que há pessoas chegam aos sessenta e acham que estão para as curvas, mas um edifício com sessenta anos também dói, também tem as cruces deles, basta mexer-lhe um bocadinho que cai logo um pedaço do teto. -----

---- Um milhão e tal, mais seiscentos e tal, lá vai andando e já se estava a fazer um pé-de-meia, mais o que custa fazer o silo-auto, que talvez, feitas as contas bem feitinhas já estávamos perto de um mercado novo, com muito mais lojas, muito mais condições para os comerciantes e ainda com um estacionamento brutal, muito possivelmente o dobro do que vai ser feito, o dobro, tem espaço para isso. -----

---- E é essa a nossa ambição e era isso que nós gostávamos mesmo de fazer, e mais, nós nem nos importamos em fazer, mas nós gostamos de convencer-vos a fazer, isto é que era fantástico. -----

---- Mas não se consegue, nós nem conseguimos acertar numa ata. -----

---- Quatro vezes mais, diz um companheiro meu, isto são coisas à PS. Quando é para as obras do PSD custa quatro vezes mais, mas se fosse o PS era mesmo o número certo, estava mesmo atomizado, estava mesmo fantástico, estava excelente. -----

---- Estávamos habituados e é preciso gostar mesmo de política para andarmos a fazer estas coisas. -----

---- Quanto ao mercado atual, honestamente o Partido Socialista podia afirmar aqui, nós temos, todos os dias, sempre que podemos prejudicar o mercado, como? Impedimos o estacionamento nas proximidades, dizemos que é ilegal, sempre que tiverem carros naquela rua, e na debaixo, tinha largura e agora está mais estreita, e agora não se pode ir por ali, quer dizer, um pandemónio. E eu sei, quando passo por lá, eu ando muito a pé e lá vejo as Senhoras com idade com os cestos, com as sacas enormes, param um bocadinho, já me ofereci para levar sacos às Senhoras por que estão em casa do diabo, aquelas pick up de carga aberta estão longe e lá vão eles, coitados, enfim sempre a prejudicar. E andar a pé é bom, mas é no verão e não pode ser naqueles dias de trinta e cinco, quarenta, é aqueles ótimos ali nos dezanove, vinte graus. -----

---- Mas, Vila Real é bem conhecido por todos e no inverno é duro e quando é ventoso e frio afasta muita gente. -----

Portanto, depois de ter torcido tudo, talvez para a próxima reunião diga que o PSD não diz o que quer, ninguém sabe o que é que pensa sobre o estacionamento e, voltamos a repetir isto outra vez, como já fizemos isso noutros dossiers. -----

---- Mas imaginem só comigo um bocadinho, imaginem o que é começar a construir da parte debaixo onde os Senhores querem diminuir muito o largo e fazer aquilo bem estreitinho para se algum autocarro avariar de todos aqueles que ainda andam aí, coitados, se avariar

impede o trânsito todo até ao hospital, assim bem estreitinho. Imaginem que essa área toda desse largo, começavam a fazer o início do estacionamento e do mercado e começavam gradualmente a fazer por fases de maneira que faziam o primeiro terço e dois terços para cima deixavam como está, e, começavam a preparar o primeiro terço e depois começavam a fazer por fases. -----

---- Não vamos mais longe, acho que as pessoas vão de vez em quando a uma loja o “Ikea”, vejam como ampliou o estacionamento do Ikea, não fechou as portas para ampliar o edifício. Aquilo é betão, agora a gente entra lá, já não se consegue perceber onde era a parte antiga e a parte nova e conseguiram fazê-lo, essa ampliação já feita alguns anos a parte mais antiga, não é assim tão difícil como isso. -----

--- Mas, mesmo que fosse preciso retirar todos os comerciantes e colocá-los noutra local, mesmo assim era muito vantajoso. Custava algum dinheiro mas também foi assim que se fizeram as obras nas escolas, colocaram um espaço alternativo para as pessoas. -----

---- O Lidl neste momento estava a pensar a utilizar o tal espaço junto à biblioteca provisoriamente, desistiu porque a velocidade com que estão a construir é de tal ordem que, dependendo à pandemia e o outras, praticamente suspenderam ali operação, devem ter dado férias aos funcionários, o lay-off, etc., tudo ajudou, imagino eu para que não tivessem necessidade de montar num sítio à parte. -----

---- Portanto, acho que tecnicamente há excelentes condições para fazer ali um novo mercado. -----

---- E a pergunta que eu deixava para a empresa que apoiou este projeto, eu gostava mesmo, verdadeiramente que respondesse e, não gostava de muitos intérpretes pelo caminho, agora a pergunta é técnica, depois politicamente o Senhor Presidente tem sempre razão, eu estou sempre errado, o Senhor Presidente ganha sempre, eu nesse aspeto estou convencidíssimo e até tenho papel assinado, veja bem, olhe para o que eu lhe digo. -----

----- Portanto, eu sei que perco sempre, mas deixe ou menos o Excelentíssimo técnico que está aqui a fazer um esforço para acompanhar, diga se foi feito um estudo comparativo entre fazer o silo-auto naquele terreno com aqueles custos ou fazer um novo estacionamento integrado para o mercado, não pagando agora a remodelação que foi iniciada no mercado que vai dar uma lavagem e uma polidela mas não é estrutural. -----

---- O novo terreno que tem de ser adquirido que ainda não está, portanto isto junto, mais o custo do silo-auto, se foi estudado fazer o mercado novo, era essa a pergunta. -----

---- Muito concreto me dissesse os números, se é quatro vezes, dez vezes, honestamente se foi feito, que guiasse o estudo e que me diga qual é o valor, que é para nós sabermos. É por isso que a Câmara Municipal pagou a verba necessária para fazer este estudo. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, relativamente a esta questão já foram aqui levantados alguns assuntos, portanto, não quererei repetir muito, mas há aqui alguma coisa que não esta a bater exatamente certo. -----

---- O Executivo Municipal ao longo destes anos, pelo menos que eu acompanho Assembleia, diz-nos que tem uma estratégia e que é a vossa estratégia, que é tão respeitável como uma outra de criação, e o Senhor Presidente já o referiu há pouco, de parques na periferia da cidade, se me permitem usar a expressão. -----

---- Estamos hoje aqui, já discutimos no ponto anterior, uma nova rede de transportes que se prevê mais eficiente, e eu acredito que sim, mas depois, temos a necessidade de alargar o estacionamento pago a quase toda a cidade e, temos a necessidade de construir um novo parque de estacionamento. -----

---- É verdade e eu tenho de ser objetivo que a nossa cidade tem um problema de estacionamento, acho que todos nós percebemos isso. Mas, se nós vamos construir parques na periferia e vamos ter uma nova rede de transportes, alguma coisa nós deveríamos conseguir aliviar. -----

---- Depois há aqui uma outra questão que para nós é fundamental. -----

---- Senhor Presidente vai-me permitir que eu use aqui a incipiência popular, para lhe dizer que no dia de hoje, nós não nos podemos permitir aprovar a construção de parque de estacionamento que é, desculpem-me a expressão “fazer o filho em mulher alheia”, porque o terreno ainda não é nosso, neste caso do Município. -----

---- E, portanto, só por aí não nos permitirá a nós CDS votar favoravelmente, esta é a primeira nota. -----

---- Mas ainda tenho mais duas notas Senhor Presidente e o Senhor vai-me dizer que, lá estamos nós a aumentar despesa. Mas não vou ficar por aqui hoje, vou voltar aos impostos municipais ainda hoje. -----

---- Para lhe dizer o seguinte, acho que é uma oportunidade perdida, se nós definirmos um contrato de concessão de estacionamento à superfície nos parques de estacionamento, sem que esse contrato possamos incluir medidas de ajuda ao comércio tradicional pela via do estacionamento, nomeadamente criando isenções, lá está o CDS a propor mais uma isenção, propondo isenções nos parques de estacionamento, há várias soluções e, mexendo no nosso ponto de vista ainda mais no diferencial que existe em termos de tarifa entre os parques de estacionamento. -----

---- O caderno de encargos prevê que haja um diferencial de preço entre o parque do Seixo e os outros dois parques, pelo menos no que diz respeito à tarifa máxima diária, que nos outros dois será de nove euros e no parque do Seixo é de seis euros. -----

---- Mas eu acho que é possível ir mais além, ó Senhor Presidente repare uma coisa, o que o Senhor me diz é muito fácil de dizer, o Senhor também acha o que eu digo também é fácil, aí estamos em igualdade de circunstâncias. Mas eu respondo-lhe com a prática Senhor Presidente, há outros Municípios onde é possível e se nos outros é possível porque não é possível em Vila Real? Eu vou-lhe dar mais um exemplo, cidade de Braga. -----

---- Na cidade de Braga há um parque na estação, sabe qual é a tarifa máxima nesse parque? Três euros e meio, portanto, se nós queremos incentivar a utilização do parque do Seixo, temos que fazer um esforço maior. -----

--- Se nós acreditamos na nossa rede de transportes, se acreditamos que os cidadãos de Vila Real podem viajar para fora do concelho usando os meios de transportes rodoviários que pára lá no terminal rodoviário, então temos que dar o sinal claro e inequívoco para que as pessoas possam deixar lá o seu carro. Estou a dar-vos exemplos mas não são exemplos de retórica, são exemplos práticos, estou a dar um exemplo prático do parque de estacionamento de Braga- Estação. -----

--- E, portanto Senhor presidente a questão é muito simples, claro que há vários cenários em relação ao parque silo-auto ou ao parque subterrâneo. Assim a olho nu fica-se com a sensação que se fizesse o parque no mercado poupariam no mínimo seiscentos mil euros que é o valor que supostamente vão dar pelo terreno. -----

---- Eu fico feliz pelo facto do Senhor Presidente ter aderido também à democracia cristã, é onde o CDS também se enquadra, pela vossa preocupação relativamente ao Seminário, estou amplamente solidário com isso. Mas eu gostaria muito que vocês apresentassem a esta assembleia o estudo comparativo, porque eu acredito que o fizeram, relativamente às diferentes soluções que equacionaram para fazer o parque de estacionamento. -----

---- Mas volto a referir, relativamente a este ponto votaremos contra porque não podemos aprovar a inclusão de uma construção num terreno que há data de hoje não é propriedade do Município do Vila Real. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: É muito rápido porque havia aqui uma nota que me passou e que tinha a ver com a eventual especulação de que, eventualmente o PSD estaria contra aquisição do imóvel pelo seminário. -----

---- De maneira nenhuma, as pessoas de bem podem perfeitamente fazer os negócios e o Seminário tem toda a nossa admiração e o nosso carinho. -----

---- Também não gostei da maneira como o Senhor Presidente acaba por pôr como uma espécie de caridade. Eu acho que as coisas têm de ser pelo valor correto. Nestas coisas também acho que não valeria a pena pôr as coisas no existencialismo. -----

---- Portanto, o Seminário tem a sua dignidade e a Igreja com certeza. Era só esta nota de esclarecimento, confesso que não pretendo voltar aqui nas diatribes por que se não íamos alongar muito a nossa reunião e eu sei que no final perco sempre. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: dado que não há mais inscrições, Senhor Presidente faça favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu começava por uma das últimas coisa que o Senhor Deputado Vasco Amorim aqui disse. -----

---- E o Senhor Deputado Vasco Amorim disse que se tem oferecido, como um bom samaritano, com certeza como um bom cristão, tem-se oferecido para ajudar as velhinhas atravessar e a levar as compras e, mostra-se indignado porque agora existem lá passeios seguros. Se calhar era mais interessantes ver as velhinhas a caminhar pelo meio da estrada, sem passeios seguros, sem segurança. Na altura isso era muito mais digno e tenho a certeza

que nessa altura elas não precisavam da sua ajuda para atravessar e para carregar as compras. -----

---- Depois dizer-lhe que sim, é verdade, eu ouço-o falar em estacionamento mas eu ouço-o a falar de estacionamento de forma abstrata. Olhe, falou no mercado de Viana do Castelo, é um bom exemplo, sabe quando é que o estacionamento do mercado de Viana do Castelo foi feito? É capaz de nos dizer? Já que estudou tanto. Olhe, foi no tempo da Polis e onde é que o senhor estava no tempo da Polis? Estava no poder e o que é que o Senhor aconselhou na altura a Câmara de então que estudou a possibilidade de fazer um parque de estacionamento debaixo do mercado? Apoiou que não se fizesse. -----

---- Portanto, o Senhor Deputado é fácil fazer esse discurso, de bom samaritano, que ajuda a velhinha, que fala muito em estacionamento. -----

---- Olhe o que eu gostava de lhe dizer era o seguinte: nós na campanha eleitoral dissemos onde íamos fazer o parque de estacionamento. Dissemos que íamos fazer o parque de estacionamento no Seminário e, Vossas Excelências disseram que iam fazer ao pé do mercado, os Vila-realenses disseram onde queriam que nós fizéssemos o parque de estacionamento. -----

----- O Senhor Deputado não nos disse aqui quanto custa a demolição do mercado, sabe? Estudou isso? Se tinha essa proposta, não, não, nós não fizemos esse estudo sabe porquê? Nós, politicamente dissemos onde íamos fazer e sufragamos essa possibilidade, levamo-la a votos. Vocês, levando a votos outra alternativa, deveriam dizer quanto é que custa. -----

----- Quanto custa a demolição do mercado? Quanto custa a transferência do mercado? Isto é, de todos aqueles que tem ali lojas e vão ali vender regularmente às terças, sextas e alguns ao sábado, quanto custa transferir isso? E, já agora, em que terreno? Para onde? Para onde levavam essas pessoas? É capaz de nos dizer? Algum dia alguém nos disse alguma coisa sobre isso? Não disse. Não nunca nos disse. -----

---- O Senhor Deputado sabe que nós temos cinco mil, novecentos e sessenta e três lugares na cidade, segundo o estudo que disse que estava bem feito. Sabe que só treze vírgula sete por cento desses lugares são pagos, isto é oitenta e seis vírgula três por cento desses lugares não são pagos. -----

--- O Senhor Deputado Patrique Alves disse-nos aqui uma coisa extraordinária, disse, “os parque dissuasores em Braga só custam três euros”, os parques dissuasores em Vila Real custam zero, não custam três custam zero. É melhor do que em Braga Nós em Vila Real fazemos aquilo que em Braga não consegue fazer. -----

---- É que os nossos parques dissuasores custam zero, não custam três. Aquilo que nós propomos é que os parques dissuasores não se cobram. -----

---- Você dá um bom exemplo de Braga porque custam três euros, olhe na minha opinião, prefiro não pagar e poder ajudar os nossos Municípios a não pagar quando isso é possível do que lhes cobrar três euros. -----

---- Depois o Senhor Deputado fala no Centro Comercial, a pergunta que eu faço é a seguinte: quem é que prometeu aos comerciantes apoiá-los em alternativa à construção do Centro Comercial? Onde é que estava o Senhor Deputado Vasco Amorim? Não estava em

Vila Real, estava na Utad a fazer estudos e, portanto, nunca veio aqui a esta Assembleia perguntar ou então ao executivo, qual foi ajuda que, afinal deram quando instalaram o shopping aos comerciantes, qual foi ajuda? -----

--- Eu vou dizer qual foi ajuda que nós demos e estamos a dar, olhe, levamos para lá a Unidade de Saúde Familiar Nuno Grande, num edifício que vocês deixaram abandonado e destruído; as Águas do Norte para dar vida ao Seminário, para dar vida ao edifício que é central na cidade. -----

--- Temos na reunião a seguir o relatório final da Loja do cidadão, sim, sim temos. Sabe quantas visitas tem a Loja do Cidadão? Quantas pessoas vão à Loja do Cidadão por ano? Mais de cento e vinte mil, portanto, cento e vinte mil atendimentos. Portanto, isso é significativo para ajudar o Centro Histórico, isso é relevante. -----

--- O Hospital da Luz, aquele edifício magnífico, mereceu um prémio na área da reabilitação, também foi para o Centro Histórico. É assim que se ajuda. -----

--- Qual foi a vossa ajuda? Retiraram o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) do Centro da Cidade, do largo da Capela Nova, essa foi a vossa ajuda. -----

--- E sabe o que me disseram na altura? É indiferente estar na Capela Nova ou estar onde é a Segurança Social, é tudo Centro da Cidade. -----

--- E agora o parque de estacionamento que nós propomos fazer que fica a uma rua, é atravessar uma rua, demoramos quê três minutos, dois minutos e meio, se for uma das Senhoras que você ajuda a levar as compras, se calhar demora trinta segundos se não demora menos, que demore trinta segundos atravessar a rua, é mal feito, não pode ser, é uma coisa muito mal feita. -----

--- Mais, sabe, há quantos anos foi recuperado o Mercado Municipal de Vila Real? Não foi há sessenta. Vocês fizeram uma recuperação do Mercado Municipal à pouco mais de quinze anos e deixaram-no de tal forma que, hoje é preciso meter lá mais de um milhão de euros para o recuperar, por que, águas pluviais mal feitas, saneamento, casas de banho, acessibilidades, etc.. -----

--- Eu desculpe, eu não gosto nunca de confrontar o passado e o presente, acho que há coisas que se fizeram no passado bem-feitas, há coisas que no passado eu tive razão, há coisas que no passado eu não tive e vice-versa. Não tenho nenhum estigma, nenhuma ideia de que tenho sempre razão, não longe disso, nem pensar. -----

--- Agora, aquilo que eu gostava era de poder discutir em alternativa com coisas concretas. Nós fizemos uma opção política, dissemos qual era, avancemos com essa opção política legitimados, aquilo que vocês dizem é, não, nós temos uma outra solução que é muito melhor, então cabia-vos apresentar-nos essa solução que era melhor de forma fundamentada, não é dizer, vocês estudem a vossa, estudem a nossa, estudem a do CDS, se calhar estudem a de um outro qualquer cidadão que tem direito de a apresentar e, depois, vamos ver qual é a melhor. E, se for possível, até façam isto depois de dois mil e vinte e um ou dois mil e vinte e dois ou dois mil e cinquenta, eu sei que isso vos dava jeito. -----

--- Olhe, nós vamos fazer o parque de estacionamento se tudo correr bem e espero que o concurso seja um sucesso, vamos também permitir que os utentes do mercado, em

resultado das obras que lá vão ser feitas usem o parque de estacionamento, que hoje já lá existe, embora pequeno, que tenha controlo eletrónico, que as pessoas usem esse parque durante um período de tempo de forma gratuita, vamos permitir que isso aconteça porque existe lá um parque há superfície pequeno, mas existe um parque há superfície. E, vamos, julgo eu, com estas soluções porque nem todos são parques dissuasores, o da Unidade de Saúde Familiar, o Centro de Saúde número um não é um parque dissuasor, é ao pé da Escola Diogo Cão. -----

---- Com este conjunto de espaços estamos convencidos que vamos propiciar condições, para que haja mais estacionamento em Vila Real, complementando esse estacionamento, os transportes públicos, aumentando a segurança para que peões possam circular em condições. Por que esse seu discurso, Senhor Deputado Vasco Amorim, o seu discurso muda em função do interlocutor, se ia lá uma Senhora dizer, eu ia passar com o carrinho de bebé e não consegui passar, é logo os passeios estão uma porcaria, esta Câmara não faz passeios decentes, mas se for alguém que lhe diga, não, eu não consegui ali parar, logo dizem, esta Câmara é indecente porque roubou um lugar de estacionamento. -----

---- O problema é que você sabe como eu sei, que não é possível nalgumas circunstâncias ter o melhor dos dois mundos porque as ruas não esticam, não alargam, estamos numa cidade com espaços consolidados. -----

---- Eu quero dizer uma coisa ao Senhor Deputado Vasco Amorim, eu sei que você é muito melhor do que aquilo que tem demonstrado aqui, porque pensa muito melhor do que por aqui vai dizendo e porque já o vi fazer coisas muito melhores. Muito obrigado. -----

---- Houve uma troca de palavras ente o Senhor Presidente e o Senhor Deputado Vasco Amorim mas que não ficou gravado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Pelo menos uma resposta tivemos, o estudo não foi feito porque já tinham decidido não fazer, assim as ideias são mesmo más da oposição. -----

----- Tem razão numa coisa, a vossa proposta foi vencedora, aí os Vila-realenses não se podem queixar, têm que aguentar e ainda vão ter que sofrer mais, isto é só as primeiras dores do problema. -----

---- Eu não gosto muito quando põem palavras na minha boca, eu nunca falei com Senhoras com carrinhos de bebé nem nunca andei a fazer política assim, aliás quem me conhece sabe que eu não faço política assim. É outro defeito, os bons fazem isto, mas eu sou mesmo mau.

----- Mas, há uma coisa que eu tenho de dizer ao Senhor Presidente, quando me diz que eu mudo de opinião com quem falo, eu agora, peço desculpa foi aqui um momento espelhado. Então é assim, então o Senhor presidente vem-me falar dos passeios e das acessibilidades e depois vem-me falar do IEFP. Quando nós retiramos o IEFP é por que Vossas Excelências e bem criticavam e toda a gente criticava que aquelas escadas eram inacessíveis, é verdade ou não é? Melhoravam-nas quê? Faziam uma rampa, silo-auto. -----

---- Desculpem lá, aquele edifício não tinha condições para aquilo e havia outro local que era benéfico e de fácil acessibilidade, não foi tão mau como isso, mau, mau é que os passeios

que tinham um metro ou um metro e pico, nalguns casos tinham menos, passaram a três ou quatro metros de um lado e de outro e que tiraram faixas de estacionamento e, que obrigaram, do ponto de vista ambiental é mau, a fazer percursos que antigamente se fazia em cinquenta metros a fazer mil e cinquenta metros. Precisamente, vindo do mercado já não pode ir para a Avenida Cidade de Orense, tem de voltar ao Seixo, dar a volta nos semáforos e volta ao mercado, é verdade ou é mentira? Tem lá o sentido proibido que Vossas Excelências suprimiram uma faixa de rodagem, desde que eu me lembro e estou em Vila Real sempre lá existiu, desculpem, são opções vossas, não vale a pena discutir, vocês têm razão, têm o poder e têm o dinheiro e vão fazê-lo e não há ninguém que vos faça mudar de ideias. -----

---- Agora, voltemos ao estacionamento, só para isto, o valor acumulado das melhorias que vão fazer no mercado, mais o que vão dar pelo terreno, não tem problema nenhum ser o seminário, ser outra entidade idónea qualquer, desde que seja o valor justo, não tem problema nenhum. -----

---- Os valores acumulados, investidos com mais o valor necessário por concessão, obviamente, do valor necessário para construir o silo-auto, com toda a herança positiva, foi do parque da Avenida, que foi uma ajuda, foi uma ajuda aos comerciantes por que quando apareceu o parque as pessoas podiam estacionar lá e ir às lojas. Por exemplo, algumas lojas, “o pingo doce”, permitia depois de um determinado montante de compras gastas, oferecer o parque, essa opção estava disponível e foi proposta por todos os comerciantes, era possível e é. Então estão a dizer que o PSD não fez nada, eu sei que nunca fez nada para vós porque é a mesma dialética, se disserem muitas vezes e puserem os cartazes isto até vai lá, a gente até conhece a história da água, os outros é que estavam mal e agora os outros é que têm que igualar os nossos preços, isso é fantástico. -----

---- E, portanto, a vida é assim e temos que viver nela e a vida passa. -----

---- Agora, eu gostava mesmo e o Senhor Presidente da Câmara fugiu bem, falou mais vinte temas e mandou ali mais umas pedradas e, disse que, eu aqui estou mesmo mal, já me viu fazer melhor. -----

---- Eu gostava mesmo, foi tudo ruído para esconder a proposta que nós fizemos, por que razão não foi estudado, utilizar o terreno que é da Câmara Municipal, fazer por exemplo um terço ou um quarto, talvez um terço fosse melhor do novo mercado que o PSD defende e gradualmente ir fazendo a transferência, como aliás, se fez nas escolas, ia-se requalificando uma parte e depois fazia-se rodar os alunos, por que razão não pensaram sobre isso? Dei o exemplo do Ikea. -----

---- O Senhor Presidente fugiu às propostas que nós apresentamos, portanto, era perfeitamente possível conciliar uma construção faseada e que no final ia resultar num edifício novo. -----

---- Já agora pergunto, então não vale a pena reparar um imóvel e um espaço nobre ali na cidade? Vejam o Porto a recuperar o Mercado do Bolhão, vejam por exemplo, tem que se fazer, as coisas não duram para sempre. Daqui a trinta anos vai ter uma grande quantidade de estacionamento com um silo-auto e um mercado que também levou ali lavadela, trinta

anos depois, com noventa anos e duas remodelações de quinze em quinze anos vai ficar obsoleto. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: mais alguém deseja usar da palavra? Darei a palavra ao Senhor Presidente faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu não vou continuar com uma discussão, porque sinceramente me desilude porque pensei que era mais consistente, pensei que chegavam aqui com uma proposta concreta, objetiva e diziam ao que vinham. ----

---- Falar em generalidades é fácil, olhe daqui a sessenta anos, teremos com certeza, um parque de estacionamento a trinta ou quarenta metros do mercado que, vai ser agora requalificado, julgo que isso é relevante e é importante. -----

---- Dizer que, relativamente ao passado há coisas boas que foram feitas, houve coisas más que foram feitas e houve coisas que não foram feitas e que podiam ter sido feitas. -----

---- Olhe, Viana do Castelo o seu grande exemplo, fez no âmbito do Polis um parque de estacionamento debaixo do mercado, a Câmara Municipal de Vila Real decidiu no âmbito do Polis desistir desse parque de estacionamento que, era para ser feito ao pé do mercado ou debaixo do mercado, são opções, são contextualizadas à época. -----

---- Agora, para mim são absolutamente claro que este é um bom caminho, este é um caminho que serve os Vila-realenses, é um caminho que serve Vila Real e, que, o dito parque que ajuda muito o comércio local, até por que quem fizer compras pode dar horas gratuitas, etc., as condições não mudaram rigorosamente nada durante estes últimos seis anos e meio.

---- E, portanto, se era bom na altura e se na altura ajudava o comércio local agora continua lá e pode continuar ajudar o comércio local. Mas, eu acho que a questão do comércio local é mais profundo do que só o estacionamento, enquanto quiser discutir isso eu discutirei isso consigo com gosto. -----

---- Acho que há um problema de estacionamento, é verdade, mas sabe também que, ao contrário do que foi prometido quando o shopping foi construído, abandonaram o comércio local, sabe também que as lojas no shopping pagam através das rendas o estacionamento, ninguém oferece nada a ninguém, sabe um conjunto de outras coisas, por isso é que eu lhe digo, que alguém com a sua formação, com o seu conhecimento, com a sua vivência é capaz de fazer muito melhor do que aquilo que aqui tem feito. -----

---- Se quiser construir, se quiser trocar bolas, ok continua a fazer aquilo que faz e cá continuaremos a fazer este debate, mas que no fundo não é tão substantivo e tão importante para a Cidade de Vila Real como podia ser se o Senhor Deputado Vasco Amorim tivesse mesmo empenhado em discutir isto à séria. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhores Deputados, eu tenho uma petição que entrou na Mesa, do Senhor Vereador da oposição do PSD, Senhor António Batista de Carvalho, que eu iria solicitar autorização ao Senhor Presidente, para o Senhor Vereador usar da palavra.-----

---- Mas, antes disso, porque as pessoas já estão há muito tempo a participar nesta reunião com grande cooperação e, para nossa ajuda nos esclarecimentos destas questões e, de uma forma completamente abnegada, eu em nome desta Assembleia Municipal agradecia muito o vosso contributo para os esclarecimentos destes pontos. Muito obrigado, desculpem o incómodo e disponham sempre de nós, Bom fim-de-semana e muito obrigada. -----

---- Então iria dar agora a palavra ao Senhor Vereador da oposição, António de Carvalho faça o favor. -----

----- **O VEREADOR MUNICIPAL (ANTÓNIO CARVALHO)**, No uso da palavra, disse: Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento toda gente da Assembleia. Senhor Presidente da Câmara, desde já agradeço também a possibilidade de esclarecer alguns pontos que aqui foram levantados. -----

---- E, posso dizer que como se queixou sempre que nunca lhe deram a palavra quando era oposição, que há coisas boas que se fazem e coisas más que se façam e esta é uma das coisas boas que ele tem feito, permitir que, o Vereador da oposição, quando sentir que, está a ser posta em causa algumas das coisas que são ditas sobre este assunto possa fazer. -----

---- E é relativamente a este assunto se ouvissem o Senhor Presidente da Câmara, iam dizer assim a este propósito: o PSD a única coisa que falou foi dizer que nas queriam dar dinheiro aos Padres e queria ter o parque de estacionamento da Avenida Carvalho Araújo sempre aberto. -----

---- Isto parece que foi alguma coisa que transmitiu, ora, isto nunca nós dissemos. -----

---- E eu vou dizer o que o Senhor Presidente da Câmara me disse a mim e a nós Vereadores do PSD, quando sobre alguns destes assuntos, nós levantamos algumas questões. Nomeadamente vou dizer assim, quando terminou a concessão do parque da Avenida Carvalho Araújo, que terminou há um ano e, se levantou hipótese de levar a sessão de Câmara, a possibilidade de fazer um contrato de aluguer para esta situação, nós dissemos: não seria melhor a Vila Real Social explorar este parque? E assumir no fundo também, mais um parque de estacionamento? Para que, de alguma maneira também pudesse ser uma forma de apoio ao comércio local? -----

---- O Senhor Presidente da Câmara na altura respondeu ou nos respondeu a nós foi efetivamente o seguinte: nós não temos condições para fiscalização, é complicado, a logística é complicada, é preferível alugar a outros do que estarmos nós a gerir. -----

----- E, portanto, significa que sobre esse assunto falamos. -----

---- Quando levantamos a questão, por exemplo, de dizer que relativamente ao parque no seminário, independentemente ser no seminário quer a quem se compre, não interessa, a questão era se não seria melhor fazer um parque subterrâneo no espaço frontal ao mercado e, também, em parte do mercado não estando a ocupar o mercado todo, limitando-nos àquela primeira parte, aquelas primeiras lojas do “barbeiro”, o que o Senhor Presidente da Câmara respondeu foi, os parque subterrâneos são muito mais caros e, portanto, é preferível construir não um subterrâneo mas a um à superfície. -----

----- E, portanto, sobre este assunto e sobre estes nós levantamos sempre muitas questões relacionadas com isto. -----

---- Claro que não apresentamos nenhum estudo de viabilidade-económica, como não tínhamos condições sequer de estar a fazer um estudo que consta muitos milhares de euros e, o Senhor Presidente da Câmara sabe, relativamente a esta situação. -----

----- Agora, se a Câmara Municipal de Vila Real quer prestar cada vez, porque há coisas boas que se fizeram no passado, coisas más que também se fizeram no passado, que aos olhos de alguns de hoje se fizessem de forma diferente, mas coisas boas que se fazem agora, que podiam ser melhores se eventualmente acolhêssemos muitas das sugestões que vêm de outros, que podem ser entendidos como oposição mas, cuja preocupação é contribuir para que cada vez sirva melhor os Vila-realenses. -----

---- Quando falamos, por exemplo, de transportes urbanos, nós dissemos: atenção, tudo bem, está-se a fazer uma interação entre os transportes urbanos e os transportes interurbanos, acho que está muito bem pensado. -----

---- Agora há coisas que é importante acautelar e, dissemos sempre, a questão da duração das linhas, o tempo que demora, os serviços que prestam, os horários, para que seja compensador para a empresa que vai gerir e, sendo compensador para a empresa que vai gerir tarará menos encargos no futuro e no presente para a Câmara Municipal. -----

---- Estas questões foram sempre questões que a gente levantou e que a propósito deste assunto quero dizer que, a Câmara Municipal acolheu e disse que ia ter em consideração esta análise criteriosa para que o serviço fosse cada vez melhor. -----

---- Relativamente a esta situação e da exploração do parque eu quero clarificar e quero aqui também fazer o meio culpa, eu quando erro, quando digo alguma inverdade ou se quiserem mentira que pode não ser propositada, gosto de dar a mão à palmatória. -----

---- E na conferência de imprensa a propósito do Relatório e Contas dissemos que o resultado negativo era histórico e que não conhecia resultado idêntico. E quero aqui dizer perante a comunicação social e perante todos que, efetivamente em dois mil e nove houve também um resultado idêntico, muito próximo deste e daí, desde já, um pedido de desculpa por esta situação. -----

--- Eu assumo as minhas falhas, mas só falha quem faz porque quem não faz nunca falhou, podem ter a certeza. Se eu não tivesse dito nada, não errava, é possível que no calor de algum entusiasmo da forma como se está a dizer, pôr falhas, eventualmente alguma informação que nos é prestada, podemos cometer alguns erros, mas está aqui assumido. ----

---- Mas, relativamente ao restante, a questão que levantamos foi simplesmente esta, o que é que é pegar no parque da Avenida Carvalho Araújo e tentar apoiar o comércio local. Era dizer assim, se a Câmara Municipal, mesmo em sede deste concurso, fizesse e acautelasse que alguns dos lugares que estão no parque, pudessem ser direcionados para aquela hora ou meia hora ou uma hora ou duas horas de parque gratuito, para quem utilizasse o comércio local, poder ser feito. -----

---- Se a Câmara Municipal utilizasse isso dessa forma, estava a usá-lo. Como vai fazer um concurso onde vai colocar tudo nas mãos do concessionário que vai ganhar, isto não significa

que, a Câmara Municipal vai dar grandes benesses a quem vai apresentar a proposta. E a proposta prevê o mínimo duzentos mil euros, mas pode aparecer uma empresa que dá quatrocentos ou quinhentos, o mercado é que funcionará. -----

--- Mas, efetivamente, se tivesse acautelado isso estava a dar uma ideia diferente relativamente à visão que tem sobre o comércio local. -----

--- E não quero dizer que é falta de estratégia, esta estratégia é a estratégia que estão a utilizar e, o Senhor Presidente diz muitas vezes e diz o seguinte: nós propusemos um parque no seminário, vocês propuseram um parque em sede de construção de novo mercado municipal, os Vila-realenses votaram nas nossas propostas, portanto são as nossas propostas. -----

--- Isso não é, logicamente que é, votaram no que o Partido Socialista quis apresentar e, portanto, o Partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara tem todo o direito de levar por diante aquilo que foram as suas propostas. -----

--- Mas, também têm todo o direito em perceber se, em determinado momento, as propostas que os outros apresentam têm alguma melhoria de as aceitar, de as acatar e, incorporá-las nas suas propostas. -----

--- Nunca em momento algum, nós tivemos e dizemos assim: então o que aconteceu? Para uma construção de um parque que vai ter duzentos e oitenta e cinco lugares, com cinquenta cativos, o que significa que na prática, praticamente os mesmos lugares que tem o parque da Avenida Carvalho Araújo. Para a Avenida Carvalho Araújo fez-se uma concessão por vinte anos e, com quinhentos e oito lugares à superfície, para este, está-se a fazer o mesmo parque da Avenida Carvalho Araújo, está-se a dar a concessão do outro, está-se a dar o do Seixo, está-se a dar mais trezentos e oito lugares de superfície e, quer dizer, não estão a dar benesse nenhuma. -----

--- Mas, estão a tentar no fundo e dizer assim: o parque construído em frente ao mercado municipal, naquele espaço público do “Miraneve” para cima e aquele espaço todo com a facilidade com que tinham de acessos de entrada e de saída pelas ruas adjacentes que existem ali e, com um crescimento, não proporcionaria os mesmos lugares de estacionamento? Não proporcionaria lugares idênticos em função da área que existe na Avenida Carvalho Araújo? -----

--- Então significa que, utilizando aquele, e, independentemente das razões que possam levar e o estudo que leve à construção do que está a ser feito e do que está a ser lançado nesta concessão, não quer dizer que seja melhor ou que seja pior, eram as sugestões que apresentávamos. -----

--- Foram estas coisas que sempre falamos e, que, acolhidas ou não, a Câmara Municipal, resolve levar por diante aquilo que entende. -----

--- Isto para dizer que o PSD, os Vereadores do PSD tiveram sempre posição sobre as coisas e muitas vezes posição de concordância com o PS em situações em que estão a fazer as coisas e, claramente não há aqui uma preocupação em dizer assim vamos votar contra porque queremos ser contra. -----

---- Eu posso dizer que já fui contra no passado com coisas que aconteceram no passado e, hoje, analisando bem as coisas, se calhar, aquilo que eu votei no passado favoravelmente também foi mal votado, também tenho consciência disso. Muitas coisas que se fizeram no passado poderiam ter sido feitas de forma diferente. -----

---- Mas eu lembro ao Senhor Presidente que, por exemplo, eu estive a ver a declaração de voto do Partido Socialista de dois mil e nove, a propósito daquele relatório e contas que também teve resultado negativo e, que faziam parte o Engenheiro Rui Santos, o Professor Henrique Morgado e a Professora Eugénia Almeida e, a declaração de voto vai, efetivamente bastante extensa, onde dizem muitas coisas entre outras, aquelas questões relacionadas com os impostos. -----

---- Dizer que o IMI, os impostos diretos, que a Câmara Municipal não utiliza devidamente, para atrair população, etc.. Aquele discurso que o Senhor Presidente utilizava àquela data, acredito que hoje possa dizer assim: bem, pensando bem no assunto eu podia ter dito aquilo, mas, olhando bem para as coisas, estando por dentro do assunto, se calhar, era capaz de não defender hoje da mesma forma como defendia naquela altura. -----

---- Acredito que há conjunturas, há momentos diferentes, há situações diferentes, há conhecimentos diferentes, que nos levam a tomar posições às vezes algo diferentes, que não quer dizer que sejam contrárias, a nossa era esta relativamente a esta construção. -----

---- Portanto, eu não gosto que, constantemente se diga que nós não dizemos nada, é que nós não dizemos com a consistência de dizer assim: eu e o Engenheiro trindade Moreira não podemos chegar e dizer aqui está o projeto, vamos pedir o estudo de viabilidade-económica à Deloitte ou seja a quem for para apresentar isto, vamos gastar milhares nisto e naquilo para apresentarmos e sem consistência. -----

---- Não, compete-nos a nós dizer assim: nós apresentamos estas propostas, a população de Vila Real não quis as nossas propostas, ok, quer as propostas do Partido Socialista e, nós na oposição temos por obrigação de chamar atenção para aquilo que achamos que está mal, mesmo achando que nós estávamos a ver mal as coisas, mas é nossa obrigação. -----

---- Portanto, tem sido esta a postura e era este esclarecimento que eu queria deixar e, desde já, relativamente àquela questão, faço questão que a comunicação social saiba que, relativamente situação houve uma falha da nossa parte. Quando dissemos que era historicamente, existiam em dois mil e nove um resultado idêntico. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Vereador António Carvalho, eu peço desculpa, não fui bem percebido. -----

---- Por que aquilo que eu disse não foi que não fizeram proposta nenhuma. Aquilo que eu disse foi que não conhecíamos profundamente algumas das questões que aqui foram determinadas e levantadas. Por exemplo, uma das coisas que foi dita e bem e, eu percebo-a, é dizer assim: pode-se arranjar uma hora para o comércio local no parque subterrâneo da

Avenida? E como se faz esse controlo? E porquê que é na Avenida e não é noutra? O comércio local também é na Senhora da Conceição. Já agora. Quem é que inventou aquela rotunda enorme, estamos a falar de dar uma volta enorme, quem está na Senhora da Conceição também tem de dar uma volta enorme de carro, tem que a dar, é assim. -----

---- Portanto, o que eu digo é que não houve, houve alguns princípios que foram abordados e tratados, mas às respostas concretas, não houve uma proposta consistente, na minha opinião. -----

---- E, há aqui duas coisas que eu gostava aqui de referir e que são importantes. -----

---- Eu ouço sempre falar em muitas das obras que fazemos, as questões ambientais e de património, salvaguardar o património e salvaguardar as questões ambientais. -----

---- Então, o silo-auto em termos ambientais é muito melhor do que um parque subterrâneo, não vale a pena sequer explicar. Nesta discussão isso não vale? Não vale a pena abordar esse tema? Isso não interessa. -----

---- Em termos de património, então o mercado tem até um autor bem conhecido em Portugal, um Arquiteto, é um Património Histórico da Cidade, tem lá um mural que temos que reabilitar, aqui já não vale a pena o património? Já podíamos deitar abaixo o mercado, acabou o património não valia? -----

---- E, aquilo que ouvi, não do Senhor Vereador António Carvalho, mas aquilo que eu ouvi da proposta do PSD foi assim: um projeto é um estacionamento subterrâneo com as seguintes características técnicas - enorme (enorme não sei o que isso significa) e um novo mercado que teria segundo aquilo que nos foi apresentado a seguinte característica técnica, é brutal. -

---- Isso não chega para sustentar uma proposta alternativa, desculpem, não considero que isso, que um parque estacionamento alternativo é – é enorme e o novo mercado como é que vai ser - vai ser brutal. Discutimos estes termos e fica a discussão feita, parece-me que é pouco, só isso. -----

---- Relativamente ao Senhor Vereador António Carvalho, sim, temos discutido e sempre de forma construtiva, que fique absolutamente claro e quero transmitir isso. Muito obrigado. ---

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhores Deputados alguém quer usar da palavra em relação a este ponto. -----

---- Quero comunicar que, vamos já com quatro horas desta Assembleia, agora em conversa com os líderes da bancada, nós iremos suspender esta Assembleia, que irá ser continuada com o mesmo elenco, neste momento deste espaço físico, no mesmo local. -----

---- Estive a questionar também as pessoas responsáveis temporais deste espaço, que têm agenda disponível para terça-feira próxima, dia trinta de junho, impreterivelmente às vinte horas e trinta minutos. -----

--- Coloco de imediato à votação este ponto nono que (passou a terceiro ponto) da Ordem do Dia. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria** as condições gerais para abertura do Concurso Público, com publicação no JOUE, da conceção, construção, exploração, gestão, manutenção

e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e serviço público do futuro parque de estacionamento “Seminário”, dos atuais Parques de Estacionamento Públicos para viaturas ligeiras situados na Avenida Carvalho Araújo e no Pavilhão dos Desportos, bem como concessão de exploração e fiscalização de lugares de estacionamento tarifado na via pública, através de parcometros coletivos, na Cidade de Vila Real

Apuramento dos Votos:

Contra: 10 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do PSD e CDS-PP; Do PSD: Vítor Hugo Correia Mesquita, Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos, Eurico Vasco Ferreira Amorim, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues, Abílio de Mesquita Araújo Guedes, Marília Teresa Teixeira Ferreira, Pedro Miguel Magano Silva Pinheiro, Fernando António Pádua Correia de Azevedo. **Do CDS-PP:** Patrique José Luís Alves.

Abstenções: 3 votos do PSD, União de Freguesias de Vila Cova/Pena/Quintã, Maria Adília Barrias Clemente; União de Freguesias de Nogueira/Ermida, Manuel João Musqueira Pombal; Freguesia de Parada de Cunhos, Daniel Francisco Simão Rosas de Carvalho.

A favor: 33 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS

Apresentou declaração de voto o representante do PSD,

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD),** Disse: Para efeitos de Declaração de Voto, o Partido Social Democrata é defensor de uma proposta diferente para o novo estacionamento em Vila Real. -----

---- Defendemos uma solução que passa por uma construção de um Parque de Estacionamento subterrâneo, construído simultaneamente com uma intervenção profunda no Mercado Municipal. -----

---- Desde logo, seria possível fazê-lo sem custos de aquisição de terreno para a sua construção. -----

---- Esta concessão é lançada a concurso, sem que a Câmara Municipal tenha a posse do terreno onde o parque está a ser construído. -----

---- O parque subterrâneo da Avenida Carvalho Araújo, já proprietária da Câmara desde de dois mil e dezanove, está a ser incluído neste concurso, hipotecando-se aqui a possibilidade de ser um instrumento de apoio ao comércio local, como defendemos. -----

---- Esta concessão inclui ainda um aumento do parque deixado à superfície que cifra mais de trezentos e oito lugares, abrange entre outros lugares, o Pioledo, Praça Diogo Cão, Rua Morgado de Mateus, Rua D. Afonso III, Avenida 1º de Maio, Rua Miguel Torga, o que vai criar, naturalmente, dificuldades acrescidas aos seus moradores. -----

---- Comparativamente à concessão do parque da Avenida Carvalho Araújo, cuja construção do novo parque, o Executivo Municipal alarga a concessão de vinte para trinta anos, inclui para além do parque que será construído, o parque da Avenida Carvalho Araújo, o parque o Seixo e aumenta para trezentos e oito o número de lugares a taxar na via pública. -----

---- Os números que ajudam a perceber melhor este assunto, são números de lugares pagos na superfície, oitocentos e cinquenta mais trezentos e oito lugares. No novo parque

duzentos e oitenta e cinco, com cinquenta lugares cativos e o parque Carvalho Araújo duzentos e sessenta lugares, com trinta e quatro lugares cativos, no parque do Seixo com cento e vinte lugares. -----

--- A nova concessão não serve os interesses de Vila Real, não aproveita as condições existentes para apoiar o comércio local e compromete por um período de tempo exagerado as obrigações do Município. -----

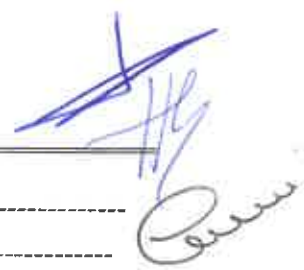
----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhores Deputados, fica suspensa a reunião, que começará no dia trinta de junho de dois mil e vinte, às vinte horas e trinta minutos, neste mesmo local. Muito obrigado. -----

A SESSÃO FOI INTERROMPIDA NOS TERMOS DO REGIMENTO, RENICIANDO-SE PELAS VINTE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS, NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE NO GRANDE AUDITÓRIO DO TEATRO DE VILA REAL

----- No dia trinta de junho de dois mil e vinte, no Grande Auditório do Teatro Municipal de Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. ---

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Vítor Hugo Correia Mesquita (PSD), Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos (PSD), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), António Heleno (PS), Eurico Vasco Ferreira Amorim (PSD), Zita Maria Lameirão Pires (PS), Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS), José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), Tiago José Rodrigues Monteiro (PS), Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues (PSD), Martina da Conceição Doutel Correia (PS), Abílio de Mesquita Araújo Guedes (PSD), Sónia Isabel Esteves Cruz (PS), Patrique José Luís Alves (CDS-PP), Fernando António Pádua Correia de Azevedo (PSD), João Paulo Gonçalves da Nóbrega (PS), Almerinda Maria Machado Coutinho (PS), Marília Teresa Teixeira Ferreira (PSD), Cristiano da Silva Pereira Moreira (PS), Almiro Amaro Pereira Campos Ponteira (PS), Pedro Miguel Magano Silva Pinheiro (PSD), Luís Filipe Borges Brigas (PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Mais e Melhor), José Armando Ribeiro de Sousa (PS), Jorge Luís Jorge Maio (PS), Francisco José Moreiras Nogueira (PS), Manuel João Musqueira Pombal (PSD), Manuel Adolfo Salgueiro Libório (PS), Paulo Alexandre Portela Correia (PS), Francisco Alcino Varandas Coutinho (Sentir), Helder Albertino Carneiro Afonso (PS), José Duarte de Carvalho Gomes (Amar Lordelo), Artur Ribeiro de Carvalho (PS), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (PS), António Augusto Cardoso Ribeiro (PS), Daniel Francisco Simão Rosas de Carvalho (PSD), Maria Adília Barrias Clemente (PSD), Maria do Rosário Leite Moura (PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (PS). -----

----- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----



---- José Joaquim Abraão (PS), por António Heleno (PS). -----

---- José Monteiro dos Santos (PS), não se fez substituir. -----

---- Jorge Manuel do Souto Alves (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Andráes, não se fez substituir. -----

---- Francisco José Ferreira da Rocha (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real, por António Augusto Cardoso Ribeiro (Vogal da mesma). -----

---- **Faltas injustificadas:** Não houve. -----

---- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Rui Jorge Çordeiro Gonçalves dos Santos e pelos Senhores Vereadores do PS: Adriano António Pinto de Sousa, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida, José Maria Guedes Correia de Magalhães, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, Ana Mafalda Vaz de Carvalho e Nuno Miguel Félix Pinto Augusto. Do PSD estiveram presentes os Senhores Vereadores, António Batista de Carvalho e Manuel Carlos Trindade Moreira. -----

----- **Hora de abertura:** Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a segunda reunião da Sessão Ordinária. --

ORDEM DO DIA

2º. Ponto (passou para 4º) - Apreciar informação sobre atos praticados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, nos termos do nº 2 do artigo 7º-B da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, alterada pela Lei nº 12/2020, de 7 de maio (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).-

3º. Ponto (passou para 5º) - Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do município, referentes ao exercício de 2019, e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea I) do nº. 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

4º. Ponto (passou para 6º) - Aprovar a 3ª Revisão do Orçamento de 2020 e das G.O.P.'s (Grandes Opções do Plano) para o período 2020-2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

5º. Ponto (passou para 7º) - Aprovar a contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos, até ao valor de 1 000 000 € junto do Banco BPI, SA, para financiar a aquisição de Terrenos do Polo II da Zona Industrial de Constantim, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

6º. Ponto (passou para 8º) - Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habituação, E.M., SA, ao abrigo dos artigos 48º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da

Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. **(deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020).**

7º. Ponto(passou para 9º) - Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, ao abrigo dos artigos 47º e 59º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. **(deliberação da Câmara Municipal de 23 de março de 2020).**

10º. Ponto - Tomar conhecimento do Regulamento Municipal que aprova a Redução das Tarifas Variáveis, de Abastecimento de Água e de Saneamento, aos Consumidores Domésticos praticadas pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A., nos termos do artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril **(deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2020).**

11º. Ponto - Aprovar a prorrogação, pelo prazo de um ano a contar da data de publicação no Diário da República, da suspensão do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e respetivas medidas preventivas, ao abrigo do nº7 do artigo 141ª, da alínea b) do n.º 1 e nºs 2, 6 e 7 do artigo 126º e do nº 1 do artigo 137º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugados com a alínea r) nº 1º do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020).**

12º. Ponto - Aprovar a proposta de composição do Júri do procedimento concursal para recrutamento do Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau – Diretor do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI), nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de Agosto **(deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020.--**

13º.Ponto - Aprovar a proposta de composição do Júri dos procedimentos concursais para recrutamento de Cargos de Direção Intermédia do 4º Grau: Coordenador dos Serviços de Gestão da Residência de Estudantes e Coordenador dos Serviços de Gestão dos Museus Municipais, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de agosto **(deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**

14º. Ponto - Aprovar a celebração de Contrato-Programa com a União de Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020).**

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra disse: Muito boa noite minhas Senhores e meus Senhores, muito boa noite aos órgãos de comunicação social aqui presentes, incluindo a Utadtv, da qual temos o privilégio para ser nossa cooperante na transmissão deste evento, às Senhoras e Senhores Deputados, no Senhor Presidente da Câmara eu cumprimento todo o Executivo da Câmara Municipal, Senhores Vereadores assim como os Senhores Vereadores da oposição. -----

---- Visto, neste momento termos o quórum necessário e suficiente para iniciarmos a conclusão, esperemos, desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, vamos então dar início à mesma. -----

---- Eu não posso deixar de dizer que, todos nós hoje temos o mesmo objetivo comum que será terminar esta Sessão da Assembleia. Eu lanço-vos um desafio, até à meia-noite vamos ter que terminar esta Assembleia, por isso, pedia-vos a vossa compreensão, pedia-vos a vossa colaboração. Muito obrigado. -----

----- Senhores Deputados. Visto ser a continuação da Ordem do Dia, vamos entrar no,

SEGUNTO PONTO (passou a 4º)

Apreciar informação sobre atos praticados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, nos termos do nº 2 do artigo 7º-B da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, alterada pela Lei nº 12/2020, de 7 de maio (deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «**DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - Principais Atos Administrativos COVID - 19** -----

- Presente à reunião informação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro sobre atos praticados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, com vista a ser apreciada pela Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 7º-B da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, alterada pela Lei nº 12/2020, de 7 de maio, do seguinte teor:

I.Principais deliberações de reuniões das CM relacionadas com a Pandemia COVID 19

- a. **09/03/2020** – Aprovar o Plano de Contingência no âmbito da Prevenção e Controlo do novo Coronavírus.
- b. **23/03/2020** - Aprovar as medidas de atualização ao Plano COVID 19.
- c. **23/03/2020** - Aprovar as normas de Prestação Laboral em Regime de Teletrabalho;
- d. **06/04/2020** - Aprovar a parceria com o Rotary Club de Vila Real numa candidatura para aquisição de material de proteção e de rastreio COVID destinado às IPSS's e Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

- e. **06/04/2020** - Aprovar o apoio Extraordinário de 5000 € a cada Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.
- f. **06/04/2020** - Autorizar a suspensão do pagamento de renda mensal, durante os meses de Março, Abril e Maio nos equipamentos encerrados ao público pela Câmara Municipal.
- g. **06/04/2020** - Aprovar as alterações de horários e funcionamento dos Transportes Urbanos de Vila Real, nomeadamente a suspensão da validação dos passes e bilhetes no interior dos autocarros. Aprovar a suspensão da fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado à superfície.
- h. **20/04/2020** – Aceitar a doação ao município efetuada pela Fundação Belmiro de Azevedo de 63 100 Máscaras Cirúrgicas, no valor de 25 240 €.
- i. **20/04/2020** - Aprovar o Regulamento Municipal de Redução das Tarifas Variáveis, de Abastecimento de Água e de Saneamento, aos Consumidores Domésticos de Vila Real, praticadas pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A..
- j. **20/04/2020** - Apreciar informação da Divisão de Ação Social e Saúde sobre as medidas de reforço do Apoio Social prestado na sequência da Pandemia COVID19, de que se destaca: o fornecimento de cabazes alimentares às pessoas mais necessitadas; a criação de uma “Linha de Apoio Psicológico”.
- k. **04/05/2020** – Aceitar as doações ao município efetuadas pela NORVIA, no valor de 15 000€ e pelo Eng.º Tomás Maria Espírito Santo, Administrador da NORVIA, no valor de 1 500€.
- l. **04/05/2020** – Aceitar as doações ao município (materiais de proteção individual e bens alimentares) efetuadas por diversas entidades e empresas: Escola Secundária S. Pedro; Escola Secundária Camilo Castelo Branco; Agrupamento de Escolas Diogo Cão; Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus; Associação de Pais do AE Diogo Cão; LIDL – Loja alimentar de Vila Real; Grupo Auchan; Banco Alimentar; Ginásio Clube de Vila Real; Sport Vila Real e Benfica; Brigas e Brigas; Infantário Pedro; XC Consultores; Bondalti; Grupo RNM; Grupo ShineMidea e UGT / FESAP.
- m. **8/05/2020** - Aprovar o reinício do processo de cobrança pela utilização dos lugares de estacionamento de duração limitada a partir do dia 11 de maio, bem como a redução de 50% na Rendas a cobrar à empresa Empark Portugal, SA na Concessão no período de abril a junho.

n. **18/05/2020** - Tomar conhecimento de todos os despachos havidas em matéria de transportes urbanos no decurso da emergência da COVID-19.

o. **18/05/2020** - Aprovar um conjunto de condições sobre aprovação de pedidos de instalação de esplanadas em espaço público, efetuados pelos proprietários/arrendatários dos estabelecimentos de restauração e bebidas.

p. **18/05/2020** - Aprovar um conjunto de condições sobre reabertura dos espaços comerciais: JOM Lda; Cores Aleatórias, Unipessoal Lda, Decathlon Portugal.

q. **8/05/2020** - Aprovar o reinício da entrada em vigor dos horários dos Transportes Urbanos e o reinício da validação dos títulos de transporte, na sequência do Plano de Desconfinamento inerente ao estado de calamidade decretado.

r. **01/06/2020** - Aprovar o Plano de Contingência para reabertura da Feira do Levante e das Feiras de Gado.

s. **16/06/2020** – Autorizar o reagendamento de espetáculos culturais e artísticos não realizados, devido a circunstâncias excecionais impostas pela pandemia da COVID-19, mediante o pagamento de 50% do valor contratado, desde que tenha nº compromisso contabilístico atribuído, ou seja, após adjudicação pelo Vereador do Pelouro.

t. Em várias reuniões de CM foram autorizadas prorrogações de prazos de realização de diversas empreitadas, por motivos imputáveis à Pandemia COVID, cujas despesas adicionais são assumidas pelo município.

II. Outros atos e iniciativas municipais relacionadas com o COVID 19

a. Por Despacho do Presidente da CM de 24/03/2020 foi ativado o Plano de Emergência Municipal de Proteção Civil, tendo-se realizado 3 reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil durante o período de Estado de Emergência/Calamidade.

b. Diversos Despachos da Vereadora dos Recursos Humanos sobre a situação Laboral dos trabalhadores do município no Período Estado de Emergência/Calamidade COVID 19, nomeadamente sobre:

- Os regimes de Teletrabalho, de Grupo de Risco (imunodeprimidos e doentes crónicos), e de Assistência a Filhos.
- Medidas de reorganização nos casos de trabalho presencial.
- Serviços de atendimento ao público

- c. *Higienização/desinfecção de espaços públicos a partir de 18/03/2020, como medida de prevenção da propagação do COVID 19;*
- d. *No dia 29/03/2020 foi instalado o Centro de Testes Covid-19 de Vila Real, na Escola de Formação de Bombeiros da Cruz Verde, para as pessoas com prescrição médica ou direcionadas pela Linha Saúde24.*
- e. *Em parceria com a Associação Régia Douro-Park foi disponibilizada, a partir de 10/04/2020, a plataforma **VilaRealON**, onde as empresas do concelho podem anunciar de que forma estão a trabalhar e os clientes podem encontrar os produtos e serviços que procuram.*
- f. *No dia 19/04/2020 arrancou em Vila Real a iniciativa conjunta da Galp, da TVI e da Comercial, com o foco central de realizar testes COVID-19 às populações que vivem no interior de Portugal no designado “CAMIÃO DA ESPERANÇA”.*
- g. *No dia 20/04/2020 foi criado no CIFOP espaço COVID para eventuais evacuações de pessoas idosas dos Lares, com gestão direta da Segurança Social.*
- h. *Em parceria com a Associação Régia Douro-Park, ACIVR e DGS, a partir de 19/05/2020, foi criado o selo “**Comércio Seguro**” a atribuir aos estabelecimentos que estão a cumprir as normas de higiene e segurança, como medida para apoiar a reabertura do comércio e ajudar a trazer os clientes de volta.*
- i. *Realização de 422 Testes COVID 19, nos meses de abril e maio de 2020, aos funcionários e idosos dos Lares de IPSS’s com protocolo ERPI- Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas.*
- j. *Realização de 163 Testes COVID 19 no dia 13/05/2020 ao Pessoal Docente e não Docente das Escolas Secundárias.*
- k. *Realização de 141 Testes COVID 19 no dia 28/05/2020 aos Educadores e Pessoal não Docente do Ensino Pré-Escolar.*
- l. *Distribuição de material de proteção individual a entidades diversas, nomeadamente: PSP, GNR, RI13; Estabelecimento Prisional; Associações Humanitárias de Bombeiros; IPSS’s; Centro Hospitalar de TMAD; ACES; Estabelecimentos de Educação e Ensino.*
- m. *Ao nível da Educação foram adotadas um conjunto de medidas de que se destacam as seguintes, a partir do dia 24/04/2020:*

- Disponibilização de 120 espaços de utilização individual em edifícios escolares, dotados de equipamento informático e internet, sendo assegurado o cumprimento das regras de afastamento social e higienização do espaço, após cada utilização;
- Criação de uma rede de 22 pontos de recolha diária de refeições escolares para alunos carenciados, distribuídos pelas 20 freguesias do concelho
- Foram entregues aos Agrupamentos e Escolas cerca de 200 equipamentos informáticos novos (computadores e tablets) para serem emprestados aos alunos sinalizados pelos estabelecimentos de ensino.

III - Resumo de despesas efetuadas com aquisição de bens, serviços e equipamentos.

Consta de mapa que se anexa.

----- DELIBERAÇÃO: Dar conhecimento à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos no nº 2 do artigo 7º-B da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, alterada pela Lei nº 12/2020, de 7 de maio. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTA PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente convidava-o a fazer a introdução deste quarto ponto da Ordem do Dia, faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente do Conselho de Administração da Vila Real Social, cumprimento também a comunicação social presente e aqueles que, quer presencialmente, quer em casa acompanham esta Assembleia Municipal. -----

---- Eu direi que a informação que prestamos é sucinta e é muito precisa, mas não estando exactamente nas medidas do COVID, mas são medidas que tiveram incremento em algumas situações relacionadas com esta pandemia e, porque há um apoio concreto da Câmara Municipal às famílias, eu queria dar conhecimento à Assembleia Municipal que temos um conjunto de medidas, algumas relacionadas com, por exemplo, a fatura da água, em que apoiamos as famílias desempregadas, são cento e vinte e sete famílias que estamos a apoiar. Este apoio garante o acesso gratuito a um preço reduzido a um serviço essencial que é a água, abrangendo também as restantes componentes da fatura. -----

---- O Cartão Municipal de família numerosa, são trezentas e vinte e seis famílias que estamos a apoiar e que têm uma redução de cinquenta por cento na fatura correspondente ao consumo de água, utilização de saneamento e recolha de resíduos sólidos. -----

---- Temos o Cartão Municipal Sénior, este cartão abrange oitocentas e cinquenta e seis famílias e estas famílias têm uma redução de cinquenta por cento no total da fatura de fornecimento de água. -----

---- O Cartão Mais Bombeiros abrange também neste momento cinquenta Bombeiros e este cartão permite também a redução de cinquenta por cento nas tarifas fixas no consumo de água, saneamento e resíduos. -----

---- Estamos a apoiar também o Cartão Municipal Sénior a aquisição de medicamentos, a duzentas e cinquenta e três pessoas, esta comparticipação é de vinte e cinco por cento, na parte que cabe ao utente na aquisição de medicamento mediante receita médica do serviço Nacional de Saúde. -----

----- Apoiamos dezassete Instituições, IPSS (instituições particulares de solidariedade Social), com uma redução de trinta por cento na fatura de fornecimento água. -----

---- O Fundo de Emergência Municipal, durante este período, permitiu apoiar trinta e um pedidos. Este programa consiste num apoio financeiro excecional, pontual e temporário a agregados familiares carenciados, em situação de emergência social grave. -----

----- Em termos de habitação social, como sabem, nós temos cerca de seiscentas habitações sociais, queria informar-vos que a renda mínima são quatro, vírgula vinte e nove euros, a máxima são duzentos e quarenta e sete, mas o valor médio da renda são setenta, vírgula noventa e um euros e a mediana são cinquenta e seis, vírgula cinquenta e seis euros. Significa aqui também que há um esforço porque não é com setenta euros que se conseguem, como compreendem, manter as habitações e tratar dos bairros sociais. -----

---- Temos também um programa de apoio ao arrendamento, neste momento são cento e nove famílias, aquelas que beneficiam desse apoio ao arrendamento. E este apoio constitui-se numa alternativa ao realojamento e habitação social. A Câmara Municipal comparticipa o arrendamento de habitação para residências permanentes e famílias carenciadas no Município de Vila Real. Este apoio pode ser atribuído em situações especiais, tais como, famílias que tenham infelizmente violência doméstica ou outro tipo de problemas. -----

---- A loja social apoiou durante este período quinhentas e sessenta e três famílias com cabazes que foram atribuídos e, lembrava ainda, que a tarifa social da luz abrange neste momento no Concelho de Vila Real, é um programa do Governo Central, nós vamos tendo reporte dessa situação porque a energia é um custo muito significativo no orçamento familiar, sete mil e quatrocentas famílias. Há sete mil e quatrocentas famílias que beneficiam da tarifa social da luz, significa que pagam menos cinquenta por cento do valor da sua fatura. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto da Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever. Inscreveram-se os seguintes Deputados. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento os demais elementos da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor

Presidente da Câmara demais elementos do Executivo, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, mais assistência quer presencialmente quer através da Utadtv. -----

---- A Assembleia Municipal é por Excelência um local de confronto político, um local onde diferentes visões esgrimem, onde alguns procuram enaltecer o que se faz bem e outros criticar aquilo que, na sua opinião está mal. -----

---- A quem não estiver habituado a acompanhar os nossos trabalhos, poderá até parecer que, por vezes, privilegiamos o combate político à defesa do território, das suas gentes, mas quero acreditar que não é assim, pelo menos para a maioria de nós. -----

----- Isto a propósito deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em nome da Bancada do Partido Socialista, não posso deixar passar este tema tão atual e tão pertinente. Refiro-me ao orgulho e à ação dos nossos Autarcas, quer do Executivo Municipal, quer dos vários Executivos das Juntas de Freguesia pelo trabalho extraordinário que desenvolveram no combate da COVID-19. -----

----- De facto, todos estes eleitos locais não imaginavam nem podiam imaginar a volta completa das nossas vidas em dois mil e vinte. -----

---- Todo o planeamento estratégico, todos os compromissos políticos, todas as ações previstas nas suas candidaturas autárquicas dois mil e dezassete não entraram em linha de conta como uma pandemia global, nem poderiam entrar. -----

----- Mas ela chegou, atacou-nos com velocidade relâmpago e em semanas foi preciso adaptar a nossa sociedade num confinamento obrigatório, a uma nova escola, a uma nova economia, a novos cuidados de saúde e higiene, ao relacionamento dos serviços do Estado, a um novo relacionamento interpessoal, enfim, a toda uma nova vida. -----

----- Há uma frase antiga que diz que, “os bons líderes se veem nos maus momentos” e, felizmente tivemos bons líderes em Vila Real durante a pandemia da Covid-19. -----

. Desde a criação de uma rede de apoio aos mais idosos em todas as Freguesias do Concelho;

. Passando pela disponibilização de material informático aos alunos;

. A criação de espaços de acesso à internet nas escolas;

. A distribuição de máscaras e outros equipamentos de protecção individual;

. A distribuição de oito toneladas de bens alimentares aos mais desfavorecidos;

. A testagem de professores, educadores, trabalhadores de respostas sociais para idosos;

. A desinfeção permanente das ruas;

. A criação de uma plataforma de comércio seguro;

---- Enfim, foram incontáveis as acções, visíveis e invisíveis que o Município de Vila Real, muitas vezes em parceria com as Juntas de Freguesia foi desenvolvendo. -----

---- Estou absolutamente convencido que as nossas Autarquias Locais foram determinantes para diminuir as consequências da pandemia junto da população e, se dúvidas tivesse da pertinência de delegar cada vez mais competências do Estado Central nas Autarquias Locais, tudo aquilo que vi ao longo dos últimos meses, bastaria para mas tirar. -----

---- Tive o privilégio de assistir de perto de muitas as ações de mitigação da pandemia e, posso assegurar-vos na grande maioria das vezes, estes Autarcas fizeram muito mais do que seria a sua obrigação legal ou moral, foram muito mais longe do que seria expectável. -----

---- Todas elas, todos eles são pessoas com famílias e infelizmente sem imunidade à Covid-19. -----

----- Cada vez que abandonavam o confinamento para valerem aos seus Municípios ou aos seus Fregueses colocavam-se na linha da frente e em risco. -----

---- Será muito fácil dizer-se agora que não fizeram mais do que a sua obrigação, mas isso é mentira, fizeram muito mais, expuseram-se muito mais, e merecem o nosso reconhecimento. -----

---- E é por isso que, em nome da Bancada do Partido Socialista e em meu nome pessoal, nas pessoas do Senhor Presidente do Município e dos vinte Presidentes das Juntas de Freguesia de Vila Real, agradeço penhoradamente o vosso empenho e dedicação à causa pública e aos Vila-realenses. -----

----- Neste momento não há partidos, há pessoas, pessoas boas e bons líderes. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado Senhor Deputado Rodrigo Sá pela sua explanação e fica registado e elencado o trabalho feito pela Autarquia de Vila Real. Senhor Deputado Brigas faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇAS – FILIPE BRIGAS (PS)** agradeceu e disse: Boa noite a todos, começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa os demais elementos da Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, demais público presente que nos acompanha em casa através da Utadtv. -----

---- Eu pedi a palavra para fazer uma intervenção, pois quero deixar aqui um agradecimento público a este Executivo Municipal. -----

---- Em nome de todos os meus colegas Presidentes de Junta, pelo facto de nos terem sido dadas setenta e cinco mil máscaras que iremos distribuir a toda a população. -----

---- Todos sabemos que os últimos meses não têm sido nada fáceis, dada a pandemia causada pelo Covid-19. Mas, o que é certo é que o caminho se torna mais fácil quando as diferentes entidades trabalham de mãos dadas. -----

---- E foi o que aconteceu com este Executivo Municipal, que esteve sempre disponível para colaborar com as Juntas de Freguesia e cujo apoio foi fundamental para podermos dar resposta às inúmeras solicitações que fomos recebendo. -----

---- Como sabemos, a pandemia está longe de ter terminado e precisamos de continuar a cumprir com rigor todas as orientações que nos são dadas pela Direção Geral de Saúde. -----

---- Em breve os nossos emigrantes regressarão à sua Terra Natal e será com muito gosto que os receberemos e que queremos continuar a criar condições para que todos se sintam mais seguros. -----

---- Poder distribuir máscaras à população não irá resolver tudo, naturalmente, mas poderá fazer a diferença. -----

---- Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa agradeço, uma vez mais, toda a disponibilidade e ajuda que recebemos por parte deste Executivo Municipal, a população merece e agradece. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Ainda se inscreveram os seguintes Deputados Municipais, faça favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Muito boa noite, começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, em si toda a Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente de Câmara e em si as senhoras e senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público que nos segue aqui e lá em casa, cumprimentar também a Utadtv e os trabalhadores do Município. -----

---- Eu começo por dizer que me revejo, de uma forma genérica, nas palavras dos dois oradores que me antecederam, porque obviamente, a pandemia que nos afetou, apanhou-nos, pelo menos numa fase inicial a todos um pouco desprevenidos. Obviamente, isso não será transversal a todos os setores da nossa política, mas mesmo nesses, acho que, pelo menos em termos iniciais, o impacto foi muito maior do que aquele que nós esperávamos. --

---- E, portanto, eu também me revejo de uma forma genérica, no agradecimento aos Autarcas e no trabalho que eles tiveram. -----

---- Mas eu tenho aqui algumas dúvidas, eu ouvi com atenção o Senhor Presidente, devo confessar-lhe que não retive, em concreto, as medidas que eram de exceção, relativamente à pandemia ou não, mas o que me traz aqui são questões essencialmente para futuro. -----

---- E desde já, lançar-lhe um repto Senhor Presidente, relativamente ao comércio. Eu dou-lhe aqui dois exemplos, eu não sei se há alguma medida de exceção ou não e, portanto penitencio-me se houver, mas eu dou-lhe aqui dois exemplos: em Viana do Castelo cerca de duzentos parquímetros da cidade vão ser desligados até setembro, o estacionamento à superfície e no parque subterrâneo do Campo da Agonia, mil e oitenta lugares vai ser gratuito nos meses de verão, por forma a potenciar a economia local; -----

---- Em Guimarães, outra Câmara do PS e trouxe apenas dois exemplos de Câmaras lideradas pelo Partido Socialista, por outro lado, estabelecimentos situados no Largo da Oliveira e na Praça de Santiago receberão uma planta de área de extensão possível em termos de espaços distribuídos ao comércio, nomeadamente, para a colocação de esplanadas. E a isenção das licenças, relativamente, aos toldos e às esplanadas, uma proposta que vingará até trinta e um de dezembro. -----

---- E eu perguntava ao Senhor Presidente, relativamente ao comércio que medidas é que o Senhor Presidente já tem no terreno ou pretende pôr no terreno, neste momento que é difícil. -----

---- A pandemia poderia ir embora por “milagre”, mas os efeitos vão cá continuar durante algum tempo. -----

---- O segundo repto que queria lançar ao Senhor Presidente é um repto fiscal. Eu gostava de

lhe lançar este repto para que no próximo orçamento municipal o Senhor Presidente encarasse a possibilidade de colocar os impostos municipais em taxa mínima. -----

---- Estes eram os reptos que eu gostava aqui de lançar. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Muito boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento toda a Assembleia, muito boa noite também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, também na sua pessoa cumprimento todo o Executivo Camarário, cumprimento todos os presentes e também todos os cidadãos que nos estão acompanhar pela Utadtv. -----

Eu também venho congratular com todos os esforços que têm vindo a ser feitos, embora, é certo que, derivado às funções que todos nós desempenhamos, as mais diversas ocupações, todos nós, temos obrigações. -----

---- É de realçar que muitas pessoas para cumprir as suas obrigações estão, de facto, efetivamente a colocar a sua vida em risco. Eu acho que isso é o aspeto mais importante que é necessário realçar. -----

---- Mas a minha vinda aqui, tenho de deixar claro esta posição, é alertar para que este processo não terminou, necessitamos urgentemente de fazer campanhas de sensibilização em Vila Real, nomeadamente junto de grupos de jovens. Como sabemos são indomáveis e consideram-se sempre invencíveis, aliás as guerras são feitas com eles porque com os mais velhos não haveria guerras, certamente. -----

---- E eles têm vindo a arriscar em Vila Real, nomeadamente no Parque Corgo, criando situações que, para além da probabilidade de estarem a contagiar-se, de serem grupos que estão demasiados próximos, estão também, tendo eu observado, ninguém me contou, eu observei, têm como prática também partir garrafas por vários locais do Parque Corgo, aliás pode ser constatado por Vossas Excelências em qualquer momento diurno. -----

---- E, em particular, algumas dessas garrafas partidas, consequência da Covid e de se estarem a deslocar para sítios escondidos durante a noite e acompanhados, obviamente, de bebidas alcoólicas porque também para eles, com certeza, não valeria a pena, a beber água, ficavam em casa, dá-se o caso que esses vidros partidos estão muito perto de locais onde as crianças estão junto de relvado do parque de areia em codessais, havendo o perigo de se cortarem. E acho que é necessário e urgente uma intervenção imediata naquele local. -----

----- Porque cortes nos pés descalços de garrafas de vidro que estão estilhaçados, para além de todos os problemas de infeção, etc., poderão provocar lesões muito graves. -----

---- E eu queria chamar atenção para esse facto, não é aqui uma acusação, não é aqui nenhum tipo de menorização dos serviços municipais, é apenas um alerta que requer atenção imediata. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Sim Senhor Deputado Patrique Alves, relativamente ao estacionamento eu vou pedir aqui a ajuda ao Senhor Vereador Adriano Sousa, mas queria dizer-lhe o seguinte. -----

---- Nós cancelamos a cobrança de parquímetros durante o período crítico da pandemia, estamos a fazer um grande investimento em termos de estacionamento, quer pago quer não pago, gratuito. Mas, felizmente, ao contrário daquilo que é visão de alguns, nós, achamos que alguns locais não é possível deixar de ter os parquímetros a funcionar, quando há uma actividade normal da cidade em pleno funcionamento. -----

---- Dou-lhe um exemplo da Avenida Carvalho Araújo. Trabalham no edifício da Câmara Municipal, na Avenida Carvalho Araújo cerca de duzentas pessoas, trabalham nas Águas do Norte cerca de setenta pessoas, trabalham no ex-edifício do Governo Civil mais de cem pessoas, trabalham na Caixa Geral de Depósitos quarenta ou cinquenta pessoas, trabalham nos CTT uma largas de dezenas de pessoas, se não houver parquímetros naquela zona, isso significa que às oito da manhã ou nove horas, os lugares são ocupados até ao final do dia. ---

---- E, portanto, a lógica dos parquímetros não é a lógica de ajudar ou de captar receita. Muitas vezes acontece exactamente o contrário. Eu tenho e posso-lhe mostrar alguns abaixo-assinados de comerciantes em outras ruas que nos solicitam exactamente o contrário, que sejam lá colocados parquímetros, porque dizem nunca ter lugares para os seus clientes porque há pessoas que estacionam às nove da manhã e tiram carro no final dia. E isso impede a rotatividade que seria ideal ou que seria aconselhável para que o comércio, de facto, funcionasse com pessoas a parar e a puder ir a esse comércio. -----

---- Relativamente a outras isenções, deu o exemplo de Viana do Castelo. Eles isentaram o pagamento de espaço de esplanada e de toldos até dezembro. Olhe, nós isentamos no ano passado, isentamos este ano e se tudo correr bem vamos isentar no próximo ano. -----

----- Estão isentas de pagar pela ocupação na via pública, desde que cumpram com as regras e as esplanadas estejam devidamente enquadradas e legalizadas. -----

---- Posso-lhe dizer que apoiamos até ao momento quinhentas e sessenta e três empresas com o selo “Comércio Seguro”. Quatrocentas empresas usam uma plataforma que se chama “VilaRealON”, uma plataforma eletrónica que permite comprar e vender nessa situação. -----

---- Houve já vinte esplanadas que necessitaram de apoio para a sua legalização e demos apoio a essas vinte esplanadas, no sentido de irem para além daquilo que era, do que tinham antes do COVID. -----

---- E, portanto, julgo que fomos ainda mais além do que em Viana do Castelo. -----

---- Sobre a última proposta, eu gostava que o Senhor Deputado dissesse aquilo que nunca diz. Diz sempre, reduzam os impostos. O CDS que é o campeão dos impostos, vir com essa conversa, é estranho, mas vamos dar como certo que essa sua proposta é sentida, é pensada. -----

---- O que gostava que aqui me dissesse é onde é que reduz a despesa. Olhe, deixava de pagar às famílias ou deixava de apoiar as famílias desempregadas? Terminava como Cartão Municipal de família numerosa? Acabava com o Cartão Municipal Sénior? Como Cartão Mais Bombeiro? -----

---- O que é que cortava? Porque isso é que é mais relevante, é dizer o que é que deixava de fazer com essa menor arrecadação de receita. E já foi desafiado várias vezes para nos dizer de forma clara e nunca o fez. -----

---- E já agora dizer-lhe que a pandemia, infelizmente, atingiu-nos de formas diferentes, não estou a falar só em termos de saúde, estou a falar também em termos financeiros. -----

---- Eu sou funcionário público, estou neste momento a desempenhar, estou como Presidente de Câmara, mas sou funcionário público. Eu não perdi um euro com a pandemia. Os meus pais estão aposentados, não perderam um euro com a pandemia. Há com certeza famílias que ficaram desempregadas e, essas sim têm que ser apoiadas. Há famílias que tiveram dificuldades para pagar a água, para pagar a luz, essas sim, têm de ser apoiadas. Há idosos que tiveram mais dificuldade para pagar os seus medicamentos e, esses sim têm de ser apoiados. -----

---- Os impostos todos servem para todos, mas servem sobretudo ou nestas circunstâncias para apoiar aqueles que mais necessitam, isso chama-se, sabe disso, social-democracia, chama-se muitas coisas, não se chama com certeza uma ideologia muito próxima do Partido Popular Europeu. E, portanto, eu percebo essa sua posição que é a posição liberal, não se devem cobrar impostos e cada um deve-se safar como poder. -----

---- Senhor Deputado Vasco Amorim, a sua preocupação é a nossa preocupação. Exactamente por isso, é que eu ontem fiz, dentro daquilo que me era possível, uma mensagem dirigida sobretudo ao público jovem e estive há bocadinho a reparar que teve mais de cinquenta mil visualizações, anda ali muito perto das cinquenta mil visualizações. ----

---- Para além disso, contactamos várias vezes a PSP, no sentido de poder acompanhá-la, não na lógica repressiva, mas na lógica do acompanhamento, chamando atenção para o civismo, para esses locais. A PSP que nos fez até chegar alguns autos-notícia que entretanto tinha levantado e que tinha acompanhado. -----

---- Mas, tudo isto tem a ver com o civismo e demora, com certeza, muito tempo e cabe-nos a todos, não é só aos poderes públicos, é a todos. Eu tenho dois filhos, cabe-nos a todos consciencializar os jovens e os menos jovens para esses valores e para esses cuidados. -----

---- E, portanto, estou de acordo consigo, é uma preocupação, vamos continuar a insistir e faço um apelo para que todos, quer aqueles que estão aqui, quer aqueles que nos acompanham em casa façam esse apelo e essa chamada de atenção para os cuidados a ter sempre mas sobretudo agora. Muito obrigado. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: cumprimento o Senhor Presidente e a restante Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, muito boa noite. -----

---- Respondendo à questão que o Senhor Deputado Patrique Alves levantou e deu como exemplo Viana do Castelo. -----

---- E falou daquilo que nós vimos na comunicação social, dois mil e setecentos lugares, Campo da Agonia. Mas, se nós transportarmos o Campo da Agonia para aqui para Vila Real,

transportamos o Campo da Agonia para a Nossa Senhora da Conceição, relativamente à Avenida Carvalho Araújo. -----

---- Portanto, nós temos que ver se estivermos a falar em Viana do Castelo e estamos a falar neste momento em Viana do Castelo, do Campo da Agonia até à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra é como ir da “Gomes” à Praça Diogo Cão. Por acaso Viana do Castelo conheço bem, outras cidades posso não conhecer tão bem, mas isso aí eu conheço bem. ----

---- Senhor Deputado, só para lhe dizer que às vezes aquilo que parece não é. -----

---- Já foi dito aqui na última Assembleia e indo ao encontro daquilo que está a dizer, nós também temos um conjunto enorme de parques de estacionamento gratuitos. Nós temos nas onze zonas e não vou colocar Lordelo de propósito, nas onze zonas da Cidade de Vila Real nós temos cinco mil, novecentos e sessenta e três lugares de estacionamento. -----

---- Desses apenas treze, virgula sete por cento são tarifados, ou seja, desses cinco mil, novecentos e sessenta e três lugares, oitenta e seis, virgula três por cento são gratuitos. Se isso não é fomentar, digamos alguma gratuidade nos lugares de estacionamento, não sei o que é que será. Era só isso que eu pretendia dizer. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu ao Senhor Vereador, bem como, ao Senhor Presidente da Mesa. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Foi apreciado e tomado conhecimento do quarto ponto da Ordem do Dia. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Passemos para **3º. Ponto (passou a 5º)** - Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do município, referentes ao exercício de 2019, e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea I) do nº. 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

---- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2019 para que este órgão os aprove ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artº 33º desta Lei, constituídos por:

- *Relatório de Gestão;*
- *Execução das GOP's – Grandes Opções do Plano;*
- *Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);*
- *Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM);*
- *Execução Orçamental da Receita e da Despesa;*
- *Mapa das Transferências Correntes-Despesa;*
- *Mapa das Transferências de Capital-Despesa;*
- *Mapa dos Empréstimos;*
- *Mapa das Participações Financeiras;*
- *Balanço e Demonstração de Resultados do Município;*
- *Proposta de Aplicação de Resultados;*
- *Certificação Legal das Contas;*
- *Parecer do Revisor Oficial de Contas.*

Mais propõe que a Câmara Municipal submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da mesma Lei.

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), propõe-se que o resultado líquido negativo de € 1.130.297,19 apurado no exercício de 2019, tenha a seguinte aplicação:

● *Resultados Transitados: - € 1.130.297,19*

----- DELIBERAÇÃO: 1ª - Aprovar, por maioria, o Relatório de Gestão e Contas de 2019, bem como a proposta de aplicação do Resultado Líquido negativo de € 1.130.297,19 em Resultados Transitados.

Os Vereadores do PSD votaram contra e apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Social Democrata, votam contra neste ponto da Ordem de Trabalhos, de acordo com os considerandos que passam a enunciar:

- O resultado do exercício é um resultado historicamente negativo de € 1 130 297,19.

- Este Relatório e Contas mostra uma fraca execução orçamental e evidencia a incapacidade do executivo para planear e executar projetos que promovam a melhoria das condições de vida dos cidadãos e um verdadeiro desenvolvimento.

- Apesar da existência de recursos e disponibilidade financeira, o Relatório põe a nu a falha de planeamento e de cumprimento rigoroso do calendário dos projetos de investimento, para que têm vindo a chamar a atenção.

- É demonstrativo de um claro desrespeito pelos munícipes, uma vez que, como desde há muito tempo defendem os Vereadores do PSD, havia espaço para uma diminuição dos impostos municipais, em vez de os sobrecarregar, afetando negativamente o desenvolvimento do concelho e dificultando a fixação de pessoas e empresas.

- Os números do Relatório são elucidativos: relativamente ao previsto, verifica-se um aumento de 16% das receitas correntes, com os impostos diretos a contribuírem com uma variação de 6%, para os € 10 211 747,00.

- O desvio da execução orçamental de € 14 670 223,00 relativamente ao previsto, não é certamente da responsabilidade dos técnicos municipais que elaboraram o Relatório, mas sim da incapacidade e das opções políticas de quem gere os destinos do Município e que naturalmente leva os Vereadores do PSD a votar contra, neste ponto da Ordem de Trabalhos”.

2º- Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Relatório de Gestão e Contas do município referentes ao exercício de 2019, e a aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro conjugado com a alínea l) do nº. 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 26 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? Faça o favor se o pretender.-----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Tal como vem sido hábito, o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezanove é absolutamente claro, transparente e de leitura simples. -----

---- Dada a sua importância, convém que o Executivo Municipal destaque alguns indicadores relevantes, estando disponível para esclarecer qualquer dúvida. -----

---- De salientar que este documento está a ser excecionalmente aprovado, apenas em junho, fruto da legislação específica criada para o efeito, durante o estado de emergência. ---

---- Em termos de orçamento, receita total, no período dois mil e quinze/dois mil e dezoito, apresenta uma diminuição média anual de quatro, virgula dois por cento. -----

---- Já em dois mil e dezanove, a receita total apresenta um crescimento significativo devido à variação da receita estrutural de dois mil e dezoito para dezanove, com um crescimento de vinte e sete, virgula quatro por cento. -----

---- Este justifica-se essencialmente pela arrecadação de quatro, virgula seis milhões de euros, de carácter excepcional, pagos pela Empresa Águas do Norte à Emar por rendas de utilização de infraestrutura em alta da água e transferida para o Município. -----

---- Esta transferência excecional e aconteceu apenas no ano de dois mil e dezanove. -----

----- Mantém-se, portanto, a premissa de que qualquer opção pela diminuição de receitas, nomeadamente, através da diminuição de impostos municipais, implicaria uma importante perda de capacidade do Município, em fazer face às suas obrigações perante os cidadãos. ---

----- Por outro lado, a estabilidade fiscal municipal e a arrecadação de um valor expectável de impostos municipais, potenciam a prestação de serviços e construção de obra ao serviço dos Vila-realenses. -----

---- Como sempre temos afirmado, propostas de diminuição de impostos municipais, a bem da responsabilidade e da transparência, deveriam ser acompanhados de proposta de diminuição de despesa em igual valor. -----

---- E, aproveitando que falamos de impostos municipais, falemos de impostos diretos. -----

---- Aparentemente, os partidos da oposição, ficam muito incomodados com o aumento da receita dos impostos diretos. Curiosamente, no entanto, deixaram de falar sobre o IMI. -----

---- Mas, quais são afinal os impostos diretos? (Estão impostos diretos na página trinta e oito). -----

. Estamos a falar do IUC (imposto automóvel), em dois mil e dezanove houve mais carros na estrada, a economia crescia, logo a receita subiu. -----

. O IMT (imposto de transmissão onerosa de imóveis) compraram-se e venderam-se mais casas e, portanto, a receita subiu. Felizmente em dois mil e dezanove, o mercado imobiliário, florescia que infelizmente não se repetirá em dois mil e vinte. -----

. Derrama, as empresas tiveram mais lucros tributários, logo a receita subiu. -----

---- E, tal como o IMT, também esta receita diminuirá significativamente em dois mil e vinte. Estou curioso para ver se destacarão esse facto no próximo ano. -----

. O quarto e último imposto direto é o IMI (imposto municipal sobre imóveis), sempre na boca dos partidos da oposição. Havendo mais casas deve ter havido também subida do IMI. -

---- Não, na verdade, optam por não falar do IMI porque apesar de haver mais casas também há mais isenções. O IMI familiar continuamos a aplicar, houve a revisão dos coeficientes para baixo e, portanto, a receita baixou cento e trinta mil euros. -----

---- Recordemos que o valor das isenções previstas no código do IMI, sem que o Município seja indemnizado, se estimule no ano de dois mil e dezanove em dois milhões, oito mil, seiscentos e cinquenta e três euros, divididos em: -----

. Em isenções permanentes, um milhão, oitenta e dois mil, duzentos e trinta e três euros; ---

. Em isenções temporárias, novecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte euros; -----

. E IMI familiar. -----

---- A estimativa da perda da receita municipal, com esta medida, o IMI familiar, é de cento e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e oito euros. Estes valores, estes sim ficaram no bolso das famílias dos Vila-realenses. -----

---- Usando alguma argumentação populista e errada, nos anos anteriores, por parte da oposição, este Executivo deixou mais de dois milhões de euros nos bolsos das famílias e empresas de Vila Real. -----

---- Ao nível da despesa destaca-se o peso das despesas estruturais com o valor de vinte e

três milhões, cento e treze mil euros, com uma taxa média de crescimento anual, no período de dois mil e dezasseis/dois mil e dezanove, cinco, virgula seis por cento. -----

---- Nestas despesas as mais relevantes são as relacionadas com os projectos do PAM, com uma taxa média de crescimento anual de seis, virgula quatro por cento no período de dois mil e dezasseis/dois mil e dezanove, que tem a ver essencialmente com: -----

. Funcionamento e manutenção dos equipamentos e infraestruturas municipais; -----

. Projetos e acções na área da Educação, Desporto, Cultura, Ação Social, Turismo e Animação; -----

. Apoios ao associativismo às Freguesias e outras instituições; -----

. Despesas do pessoal, tal como já se previa e anunciamos no ano passado, tiveram um crescimento médio anual de cinco, virgula três por cento, devido essencialmente, e bem, ao descongelamento das progressões nas carreiras e admissão de trinta e quatro trabalhadores precários e aos contratos tarefa no sector da educação. -----

---- Da conjugação da receita arrecadada e da despesa paga resultou um saldo de tesouraria de oito milhões, duzentos e nove mil, oitocentos e vinte e sete euros, (página oitenta e nove), que transitou para dois mil e vinte. -----

---- Como se lembrarão, este saldo justificou uma revisão orçamental em fevereiro deste ano. -----

---- Este valor superior a oito milhões de euros deve ser sublinhado, principalmente, quando verificamos que os partidos da oposição, procuram transmitir a ideia de que o exercício de dois mil e dezanove foi mau para o Município, repito, a diferença entre a receita arrecadada e a despesa paga leva-nos a transitar mais de oito milhões de euros para o presente ano. Verbas que permitirão terminar muito do que iniciamos no ano passado. -----

---- Tal como vem acontecendo nos últimos seis anos, não existia qualquer dívida a fornecedores em trinta e um do doze de dois mil e dezanove, isto sim, é mais um marco histórico. -----

---- Nesta data existiam cento e uma faturas em conferência por validar nos serviços, mais de cinquenta por cento eram da EDP, com um valor global de sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta euros, por serem apresentadas nos últimos dias do ano e primeiros meses de dois mil e vinte. Obviamente, estas faturas podiam ter sido pagas, face ao saldo de gerência existente. -----

---- Em dois mil e dezanove e de acordo com a fórmula prevista no despacho do Ministro das Finanças, publicado no Diário da Republica, II Série, número setenta e um de treze, do quatro de dois mil e nove, o prazo médio de pagamento foi de dois dias. Aqui está uma boa ajuda às empresas, pagar atempadamente aquilo que lhes compramos. -----

---- Mais uma vez e para que fique absolutamente claro, reforçamos que o prazo de dois dias não corresponde ao prazo real de pagamentos, mas sim, ao resultado da fórmula que a DGAL aplica a todos os trezentos e oito Municípios do país. -----

----- Esta fórmula representa um referencial, ou dá origem a um ranking, que nos permite comparar com todos os outros e afirmar que somos um dos Municípios melhores pagadores de Portugal. -----

---- Aplicando a mesma fórmula ao Município, o ano de dois mil e treze, o prazo de pagamento era de trinta e cinco dias. De referir que a Câmara Municipal em trinta, do doze de dois mil e dezanove, possuía uma margem de quatro, virgula sete mil milhões de euros para atingir o limite da sua dívida nos termos da Lei das Finanças Locais, no ano de dois mil e dezanove. -----

---- E, uma vez que falamos de empréstimos, importa sublinhar que dois mil e dezanove foi o primeiro ano que este Executivo Municipal recorreu a empréstimos bancários. Já havíamos anunciado no ano passado que o iríamos fazer. -----

---- Recordemos que recorremos a crédito no valor de quatro milhões, trezentos e vinte mil euros para financiar investimento, isto significa, que o saldo entre a dívida paga, recebida em dois mil e treze e, nova dívida criada por este Executivo está positivo em cerca de nove milhões de euros. E deixem-me já dizer a todos, aquilo que sempre disse, vamos usar esta diferença, vamos à banca buscar estes nove milhões de euros para concretizar todos os projectos que prometemos aos Vila-realenses. -----

---- Reafirmo o que sempre disse, quando deixar de desempenhar funções como Presidente do Município, não deixarei nem mais um cêntimo de dívida do que aquela que recebi. Mas volto a sublinhar, vamos usar este diferencial de nove milhões de euros, entre este ano e o próximo ano para aquilo que julgarmos adequado. -----

---- Mais uma vez, neste ano, a Câmara Municipal cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental previsto na Lei das Finanças Locais, ou seja, as receitas correntes foram superiores ao valor resultante da soma das despesas correntes com as amortizações de empréstimos, possuindo uma margem confortável neste indicador. -----

---- E, à semelhança do que já aconteceu nos três exercícios anteriores, a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, retirou da certificação legal de contas a reserva que sempre colocou sobre o domínio público municipal. -----

---- Outro marco histórico que deve ser sublinhado. -----

---- E, termino com o resultado líquido do exercício de dois mil e dezanove que foi negativo. -

---- Este facto, motivou o PSD apelidar as contas como historicamente más e resultados de que não há memória. Na Sessão anterior desta Assembleia Municipal, o Senhor Vereador já explicou que se tinha enganado. -----

---- Os resultados extraordinários negativos, tal como se lê na página oitenta e seis, devem-se ao impacto do processo de internalização, de parte da atividade da Emar, visto que os valores líquidos do equipamentos, bens transitados, no valor de sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil euros, foram ajustados de acordo com o sistema contabilístico do POICAL.

---- O Município de Vila Real, no tratamento das depreciações, que é a desvalorização anual dos ativos, aplica as taxas que constam no CIBE (cadastro de inventário de bens do estado), regulado pela Portaria seiscentos e setenta e um de dois mil, de dezassete de abril. Já a Emar porque era uma empresa nos termos legais, aplicava as taxas constantes no Decreto Regulamentar vinte e cinco de dois mil e nove, contabilidade das pessoas colectivas, ou seja, empresas, de catorze de setembro. -----

---- Deste modo, foi necessário proceder aos respectivos ajustamentos no valor de quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil euros, passando os valores dos bens e equipamentos de sete milhões, seiscentos e oitenta e nove para três milhões, cento e catorze mil euros, ou seja, exatamente os mesmos bens avaliados com a contabilidade do Estado ou aquela que se aplica às empresas, tem o valor completamente diferente. Estamos a falar exactamente dos mesmos bens, com dois critérios na aplicação da sua avaliação. -----

---- Este ajustamento, conjugado com os restantes ativos e passivos, que foram transferidos para o Município, decorrentes da internalização da atividade da Emar, teve um impacto negativo de três milhões, novecentos e sessenta e nove mil euros, no resultado líquido de dois mil e dezanove do Município. -----

---- Apesar dos custos de actividade operacional da Autarquia estarem controlados e, serem significativamente inferiores aos proveitos em cerca de um milhão, setecentos e quarenta e sete mil euros e, do contributo positivo dos resultados financeiros, não é possível superar o impacto negativo de três milhões e vinte e três mil euros dos resultados extraordinários, levando a que o resultado líquido do exercício de dois mil e nove tenha sido de menos um milhão, cento e trinta mil euros. -----

---- Tal como aconteceu em dois mil e nove, este resultado líquido negativo é único, decorrente de um acontecimento irrepetível e não afeta permanentemente as contas do município. -----

---- Aquilo que mereceu aprovação da bancada do PSD em dois mil e nove, com uma justificação muito similar a esta, tinha a ver também com as empresas municipais, merece agora uma crítica e uma grande contestação. -----

---- Dito ainda de outra forma, sem esta operação, meramente contabilística extraordinária, os resultados seriam amplamente positivos em linha com os dos anos anteriores. -----

---- Estou, obviamente, à vossa disposição para as perguntas que entenderem fazer. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão para este terceiro ponto. Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Relativamente ao documento que aqui nos é apresentado, há prestações de contas, ele é o espelho da governação do nosso concelho e, portanto, não é o ponto de partido, será o ponto de chegada relativamente ao que aconteceu no ano transato. -----

----- Da análise do documento temos algumas questões, algumas delas não são novas, devo aqui dizê-lo, são questões que eu acredito que sejam relativamente simples, mas que continuamos a quererá coloca-las aqui. -----

----- Quanto às geminações Senhor Presidente, possuímos com diferentes localidades, eu gostava que o Senhor Presidente nos desse nota dos efeitos práticos, das vantagens socio-económicas para o nosso concelho. Uma vez que nós investimos nesta ligação com outras

localidades, que eu acho que conceptualmente é positiva, dezassete mil, duzentos e onze euros. -----

---- Relativamente às transferências correntes para a Associação Douro Alliance, elas ocorreram num montante de setenta e cinco mil euros. Eu perguntava, Senhor Presidente, porque desconheço, quais são os benefícios para o nosso concelho relativamente a esta questão. -----

---- Mas, indo agora mais direcionado da análise do documento. Nós temos aqui uma nota positiva, nós no ano passado havíamos feito aqui uma referência relativamente à formação dos trabalhadores do Município de Vila Real e, quero deixar aqui essa nota positiva como é um dos fatores de sucesso a redução drástica do indicador do ano passado relativamente às presenças. Eu julgo que houve muito mais presenças e, conseguiu-se isso até com uma redução em termos de investimento, pelo menos até em termos percentuais e, portanto, queria deixar aqui essa nota. -----

---- Relativamente às questões de cariz mais financeiro, verificamos de novo uma maior capacidade de executar a receita, oitenta e seis virgula um por cento contra a execução da despesa que se cifrou em oitenta e dois por cento. -----

---- Relativamente à máquina fiscal municipal, as taxas de execução são até acima dos cem por cento, nos impostos diretos cento e vinte e três por cento e nos impostos indiretos, cento e seis por cento. ----- Senhor Presidente, há pouco lancei-lhe um repto, é um repto que volto a lançar neste momento. Eu ouço sempre com toda atenção a sua argumentação, vai permitir que discorde de si, o meu partido não é o campeão dos impostos em Portugal. O campeão dos impostos em Portugal chama-se Partido Socialista e chama-se Mário Centeno. -----

---- Eu acho que isso é muito importante que isso seja dito aqui nesta casa. -----

---- Mas também lhe devo dizer o seguinte, Senhor Presidente, a missão de apresentar o Orçamento é do Executivo Municipal. -----

---- Mas eu posso-lhe deixar aqui algumas dicas, é preciso que tenhamos uma gestão, eu diria, ainda mais apertada, por exemplo, se nós tivéssemos feito um melhor negócio com a Loja do Cidadão teríamos poupado alguns euros, ou se, por exemplo, tivéssemos feito o estudo económico-financeiro comparativo relativamente à construção do novo parque poderíamos das duas, uma, ou ter poupado dinheiro ou ter concluído que efetivamente aquilo que nós, neste caso vocês, ambicionavam e vão construir é efetivamente a melhor solução em termos económicos e financeiros. -----

---- E, portanto, eu para conseguir dar mais medidas teria que fazer o orçamento zero, mas devo dizer-lhe uma coisa, Senhor Presidente, aquilo que o CDS propõe aqui de há muitos anos a esta parte é um exercício que tem sido posto em prática por muitos Municípios neste país. -----

---- Eu já lhe dei vários exemplos no passado, se o Senhor entender eu posso voltar a trazê-los na próxima Assembleia Municipal, não os tenho aqui, mas há vários exemplos. Podia falar-lhe de Ponte de Lima que é um clássico, mas se for consultar as atas estão lá elencados

os exemplos todos os que eu já trouxe aqui. Se nos outros sítios é possível cá também deveria ser. -----

---- Senhor Presidente, relativamente aos empréstimos bancários, e corrijam-me eu li isto na página cinquenta e cinco, há uma série de empréstimos que foram autorizados em dois mil e dezanove e que, aparentemente, não foram utilizados e, portanto, irão transitar para este novo ano que está em curso. -----

---- Sobre as despesas de investimento, especialmente no que confere às atividades municipais, transferências de capital, registou-se uma variação negativa de seis, vírgula seis por cento, página cinquenta e nove. -----

Relativamente às transferências para investimento no que diz respeito às Freguesias, página setenta e dois, registou-se uma forte queda, depois daquele pico de dois mil e dezasseis, para quinhentos e trinta e cinco mil euros. Eu perguntava-lhe porquê Senhor Presidente. ----

---- Senhor Presidente, voltemos ao investimento e aos projetos que nós podemos apelidar como clássicos deste executivo. -----

. GOP, taxas de execução;

. Proteção Civil e luta contra incêndios, dezanove, vírgula trinta e oito por cento;

. Funções sociais, cinquenta e quatro, vírgula quatro por cento;

. Habitação, sete, vírgula quarenta e três por cento;

. Reabilitação urbana, trinta e oito, vírgula oitenta e sete por cento;

---- (Tudo isto está na página noventa e quatro), totalizando um total de execução das GOP's sessenta e dois, vírgula trinta e dois por cento. -----

. PPI;

. Centro de proteção civil, um zero, vírgula cinco por cento;

. Construção de um novo edifício do Comando Distrital da PSP, dez, vírgula zero cinco por cento;

---- E eu relativamente a este vou fazer aqui uma pausa, é uma vergonha, eu acredito que não seja uma responsabilidade exclusiva do executivo, dez, vírgula cinco por cento. Eu acho que, independentemente de ser dez, vinte, trinta ou quarenta é uma vergonha o nosso concelho ter a PSP instalada sem condições. Isto é uma vergonha, não é uma vergonha só do seu executivo, é uma vergonha, transversal a toda a vivência democrática da nossa cidade. --

---- Senhor Presidente vai resolver, eu espero bem que sim, no dia que o fizer eu, estarei aqui para o aplaudir. Pode registar Senhor Deputado, se não estiver aqui, estarei lá fora aplaudir porque não me esqueço daquilo que digo e prezo-me por ter um fio condutor. -----

. Proteção ambiental, doze, vírgula catorze por cento;

. Turismo, página cento e um, eu zero por cento, das duas uma, ou ouvi mal ou é uma gafe, mas poderemos ver a seguir;

. Louça preta de Bisalhães, sete, vírgula zero seis por cento;

---- Em suma, este é o relatório e contas que apresenta um saldo de gerência de setecentos e setenta e sete mil euros, pelo que ouvi o mais baixo desde, pelo menos, desde dois mil e dezasseis. -----

---- Relativamente ao resultado líquido, já há muito foi dito sobre isso, ele é negativo, são aferidos outros números, vamos ver a seguir. O Senhor Presidente deu uma justificação, eu não tenho que duvidar dela, mas no futuro cá estaremos para avaliar se, efetivamente este número é corrigido. -----

---- Repetimos, impostos elevados, baixo investimento que se traduz na nossa opinião na perda de vitalidade do nosso concelho. E, é inquestionável se nós tivermos uma perda populacional, não somos o único concelho, a esmagadora maioria do território experimenta essa dura realidade, mas de qualquer forma há exemplos na região Norte, dou-lhe o exemplo de Braga e de Vizela onde essa tendência não existe. E eu percebo que terão realidade socioeconómica diferentes da nossa, mas nós temos que nos alinhar por aqueles que estão melhores do que nós. -----

---- Senhor Presidente, o nosso voto em relação a este ponto, poderia muito bem ser um voto contra porque temos uma visão política diferente daquela que Vossa Excelência segue, mas não o vamos fazer porque a estratégia não está neste documento, a estratégia está no orçamento. E, aí sim, votaremos contra o orçamento, se nomeadamente, não houver um sinal claro da parte do seu Executivo no que diz respeito à redução dos impostos municipais.

---- Por isso, relativamente a este ponto o CDS votará o seu voto em abstenção. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: As contas apuradas em análise, admitidas como bem registadas e contabilizadas, permite neste ponto da ordem de trabalhos do relatório e contas de dois mil e dezanove, discutir as ações políticas e a estratégia seguida, bem como a capacidade de execução do plano. -----

---- Um dos valores não contabilizados deste relatório são as oportunidades perdidas e, consequentes receitas enfraquecidas, sendo a razão de uma política implementada ao longo de um ano e desenvolvida no mandato que decorre. -----

---- Por esta razão, importa analisar algumas das opções do Executivo Socialista. -----

---- Há dois anos atrás a pista do aeródromo de Vila Real já tinha apresentado fragilidades que foram objeto de uma pavimentação corretiva. -----

---- Desde julho de dois mil e dezoito o Executivo Municipal não desencadeou as operações de observação de estudo e preparação do projeto com a respetiva orçamentação, para realizar uma manutenção programada da pista, o Executivo Municipal abandonou a pista à sua sorte de uma nova ação da natureza, e tal aconteceu. -----

---- Após um novo abatimento da pista em dois mil e dezanove, mais grave e impeditivo de qualquer ação impeditiva ligeira, tudo estava por fazer, entenda-se estudos e projeto, resultando num abandono durante o ano de dois mil e dezoito que poderia ter sido bem aproveitado. -----

---- Durante o segundo semestre de dois mil e dezanove, o Executivo alimentou na comunicação social que não tinha dinheiro, mas pode-se hoje observar no relatório que só a rubrica prevista para a publicidade era de quatrocentos e sete mil, seiscentos e vinte euros, que comparando, sabemos hoje, com trezentos e trinta e cinco mil euros o valor estimado

da reparação da pista e, que, comparando com as receitas de quase quarenta milhões de euros mostra o ridículo da situação. -----

---- Esta opção política que teve consequências, porque poderíamos ter recebido centenas de movimentos de aeronaves da asa fixa, que visitam a região nesta porta de entrada do Douro. -----

---- Perdemos a possibilidade de permitir a milhares de passageiros de usufruir da ligação da carreira aérea, Bragança/Vila Real/Viseu/Lisboa/Portimão, que o Estado Português continua a pagar. -----

---- E, assim foi prejudicada a economia Vila-realense, mas um PSD forte vai continuar a trabalhar para fazer Vila Real voar mais alto. -----

---- Mas, nas acessibilidades aéreas de ligações turísticas por avião, estamos recordados, importa ver a situação da linha férrea. -----

---- Em vinte e um de julho de dois mil e nove foi anunciado publicamente que a Linha do Corgo que reabriria no final de dois mil e dez. A via tinha sido encerrada no dia vinte e cinco de março de dois e nove, por alegadamente haver falta de segurança, foi detetada na sequência do inquérito da Refer ao acidente ocorrido na Linha do Tua. -----

---- Na altura a Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, pediu quatro meses para efetuar aos estudos conducentes à reabilitação da via e no dia vinte e um de julho de dois mil e nove foi a Vila Real comprometer-se com as entidades e populações locais. -----

---- Nesse dia, nos Claustros do Governo Civil, Ana Paula Vitorino presidiu à cerimónia da consagração da primeira fase das obras. Previam o levantamento da via em perfilamento da plataforma da linha do Corgo ao longo de vinte e seis quilómetros, com o custo de quatro, vírgula quatro milhões de euros e no prazo de setenta e cinco dias. -----

---- O cronómetro começou a contar, a governanta socialista na altura, afirmava que havia mais duas fases para a colocação de novos carris e travessas e seriam beneficiados planos de drenagem, plataformas, estações de apeadeiros. -----

---- A empreitada resultava na altura n um investimento de vinte e três, vírgula quatro milhões de euros. -----

---- Importa, pois, ver o empenhamento do Executivo Socialista de Vila Real junto do Governo também Socialista, na reposição do que é nosso por direito próprio e exigir o cumprimento da promessa, repondo em funcionamento a Linha do Corgo. -----

---- Assim, permitindo aos habitantes locais e turistas apreciarem a paisagem deslumbrante do seu Vale até Peso da Régua e, permitindo acesso da Via Ferroviária Nacional e Internacional, quer para passageiros, quer para mercadorias. -----

---- Mas não, em vez disso foi rápida a dar informação favorável à construção nos terrenos da estação ferroviária do edifício cerca de cento e trinta metros, para mais um hotel que poderá a vir a ser como muitos anunciados em Vila Real ao longo dos anos, ou ficam no papel ou ficam a meio caminho ou acabam por ser transformados em edifícios habitacionais.

---- E, assim foi prejudicada a economia Vila-realense, mas um PSD forte vai continuar a trabalhar para colocar Vila Real nos carris do desenvolvimento. -----

---- No ano de dois mil e dezanove propusemos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal,

que retirasse o ponto de ordem de trabalhos, que continha o contrato de arrendamento do imóvel para instalar a Loja do Cidadão, que pretendia também arrendar por trinta anos, pagando onze mil euros por mês e iniciasse o processo de aquisição do imóvel, que defenderia o interesse público e dito isto, protegeria todos os contribuintes. -----

---- O Executivo Socialista em vez de comprar o imóvel, uma vez apenas, para o Município, tornou-se responsável por onerar os contribuintes, no atual e próximos sete mandatos, no equivalente a seis vezes o valor do imóvel, num valor cerca de seis milhões de euros, através das suas rendas, respetivas atualizações e benfeitorias estimadas em oitocentos mil euros. –

---- Apesar de todos os alertas, o Senhor Presidente da Câmara ignorou as oportunidades de exercer o direito de opção na aquisição do imóvel pelos locatários, bem como, não exerceu a compra do imóvel por expropriação. -----

---- O resultado será um dispêndio para o Município de cerca de quatro, vírgula dois milhões de euros extra em trinta anos, sem resultar no final, imagine-se, na aquisição do imóvel. -----

---- E assim foi prejudicada a economia Vila-realense. -----

---- Neste valor, seria bem preciso para juntar a seiscentos mil euros do custo previsível do terreno do Seminário Diocesano para instalação do futuro parque de estacionamento do silo-auto e, juntando aos cerca de quatro, vírgula três milhões de euros, que custará a construção do silo-auto e de despesas de gestão de concessão por trinta anos, acrescidas ainda, de um, vírgula dois milhões de euros que o Município vai gastar nas obras do velho Mercado de Vila Real, teríamos o simpático valor acumulado de nove, vírgula sete milhões de euros, que juntando à exploração de mais lojas e lugares de estacionamento e, se necessário adicionado de um pequeno empréstimo municipal, teríamos as condições financeiras de construir um novo mercado municipal de Vila Real, sendo este, inicialmente proposto, desde o programa eleitoral pelo PSD, poderíamos constatar o seu aspeto deslumbrante, uma obra de arquitetura, que teria o dobro de estacionamento do silo-auto aprovado, praticamente duplicaria o número de lojas, tornando-o mais atrativo, mais dinâmico e diverso e, por isso, estaria no topo das preferências dos clientes do mercado. -----

---- No topo do seu edifício, poderia ainda, ser acrescentado uma magnífica zona de restauração, um belo jardim e de esplanada, celebrando assim, as magníficas vistas que daí poderiam decorrer. -----

---- O novo mercado proposto pelo PSD, não ficava quatro vezes mais caro, mas ficava pelo menos quatro vezes melhor, garantidamente. -----

---- Seria um projeto espetacular e estruturante para requalificar o Centro Histórico, captando muito mais visitantes ao Centro da Cidade. -----

---- E, assim, foi prejudicada a economia Vila-realense. -----

---- Mas, o Executivo Socialista voltou a rejeitar esta ideia, alegando que temos de apresentar os estudos e o projeto, ora, que grande ironia, quando vemos que, em dois mil e dezanove o executivo Socialista tinha previsto gastar em estudos, pareceres, projetos e consultadoria o valor de oitocentos e cinco mil, novecentos e setenta euros, assim é fácil. -----

---- Pede-se aos outros, neste caso PSD, aquilo que sabem bem que se gastam em pequenas fortunas, estando inacessíveis à oposição. -----

- Por outro lado, bastava que incluíssem na consultadoria a possibilidade de opções alternativas da oposição, aí sim, poderíamos ter dados mais concretos da viabilidade económico-financeira das várias opções políticas. -----
- E, assim, foi prejudicada a economia Vila-realense. -----
- Mas, um PSD forte e dinâmico sonha fazer de Vila Real um Concelho moderno. -----
- Relativamente ao Relatório e Contas do exercício de dois mil e dezanove, mostra uma fraca execução orçamental, evidencia a incapacidade do Executivo para planear, executar projetos que, promovam a melhoria das condições de vida dos cidadãos e, desenvolvimento económico que suporta a sustentabilidade da nossa comunidade. -----
- O resultado do exercício é um resultado negativo, não há dúvida disso, do valor de um milhão, cento e trinta mil, duzentos e noventa e sete euros e dezanove cêntimos. Este valor nunca teria sido atingido se o Executivo Socialista não tivesse extinto a Empresa Municipal Emar, contra a posição tomada pelo PSD, tendo, portanto, de internalizar parte da mesma. --
- Com o orçamento de quarenta seis milhões, apenas executou cerca de trinta e um milhões e seiscentos mil euros e, sendo a taxa de execução das despesas correntes de oitenta e sete por cento, verifica-se apenas uma execução das despesas de capital de quarenta e sete por cento. -----
- Desde há muito que o PSD defende que há margem para uma diminuição dos impostos municipais, em vez de, os sobrecarregar. Situação que afeta negativamente o desenvolvimento do concelho e dificulta afixação de pessoas no território, como aliás, demonstrou o estudo da Pordata recentemente divulgado. -----
- Assim, não é de admirar que sobram salas vazias nos centros escolares. -----
- Os números do relatório são elucidativos, relativamente ao previsto verifica-se um aumento de dezasseis por cento das receitas correntes, com os impostos diretos a contribuírem para uma variação de seis por cento para os dez milhões, duzentos e onze mil e setecentos e quarenta e sete euros. -----
- No passado, perante uma situação de resultados líquidos negativos do relatório e contas de dois mil e nove, os Senhores Vereadores do PS na época na oposição, Rui Santos, Eugénia Almeida e Henrique Morgado, expressavam na sua declaração de voto o seguinte parágrafo, e passo a citar: *“consolidamos e expressamos esta nossa opinião porque conhecemos e reconhecemos a capacidade técnica daqueles que elaboram este documento. Só a pressão política pode levar à apresentação de documentos que, relativamente ao binómio previsão/execução, se demonstram tão frágeis, tão errados, tão deficientes, pondo em perigo a credibilidade da instituição Câmara Municipal, aos olhos da opinião pública e dos parceiros institucionais”*. -----
- Assim, em dois mil e vinte, temos uma boa ideia, como o Partido Socialista se auto avaliaria, como se não fosse a circunstância de hoje ter o poder absoluto e ser exclusivamente responsável pelos seus atos. -----
- Naturalmente o Partido Social Democrata vai votar contra este ponto de ordem de trabalhos. -----
- Aqui estamos, por um PSD forte, presente e empenhado. Disse. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu aguardei o término da intervenção do Deputado Vasco Amorim para perceber, uma vez que ele esteve presente na tal conferência de imprensa do PSD, em que se afirmou que pela primeira vez na história de Vila Real tinha havido resultados líquidos negativos. -----

---- Dizia, esperei até ao final que o Deputado Vasco Amorim tomasse a mesma atitude digna e correta do Senhor Vereador António Carvalho, que na sexta-feira passada assumiu aqui o seu erro, porque de facto foi um erro. -----

---- No ano de dois mil e nove, o Município de Vila Real tinha tido um resultado líquido negativo, no valor de um milhão e quatrocentos mil euros, por razões, como já foi aqui dito, muito semelhantes às que justificam agora este resultado extraordinário. -----

---- E, eu pensei que depois do exemplo do Vereador António Carvalho também o Deputado Vasco Amorim aqui viesse fazer o mea-culpa, não fez, percebo agora que virá fazer de seguida. -----

---- E foi-nos dito nessa conferência de imprensa e, agora reafirmado, que o PSD tem falta de memória, tem falta de memória quando diz que o resultado líquido foi o primeiro na história do Município de Vila Real, e não foi, e, tem falta de memória quando se põe a analisar números, execuções e nos afirma num discurso absolutamente populista, para os mais novos aconselho a rever porque de facto foi um exercício interessante a esse nível, que se ponha a olhar para as taxas de execução para os valores do passado e nos diz: “e assim ficou prejudicada a economia Vila-realense”. -----

---- No ano de dois mil e nove, até vamos um bocadinho mais atrás, no ano de dois mil e oito, a dívida a fornecedores no dia trinta e um de dezembro do Município de Vila Real, era dois milhões e setecentos mil euros, e assim, ficou prejudicada a economia Vila-realense. ----

---- No ano seguinte, em dois mil e nove, o tal ano do resultado líquido negativo, a dívida a fornecedores a trinta e um de dezembro, era nove milhões e trinta e dois mil euros, e assim, ficou prejudicada a economia Vila-realense. -----

---- E, em dois mil e dez, no ano seguinte, a dívida a fornecedores era dez milhões, quinhentos e trinta e um mil euros, e assim, ficou prejudicada a economia Vila-realense. ----

---- E, não estamos a falar de empréstimos, não estamos a falar de investimento, não estamos a falar de dívida a médio e longo prazo, dívidas a fornecedores, mercadorias e serviços que foram adquiridos pelo Município nesse ano e que não foram pagos aos seus fornecedores. -----

---- E, portanto, a comparação com a dívida a fornecedores deste ano que era zero e do ano passado que era zero e do ano anterior a esse que foi zero e mesmo anterior a esse também já tinha sido zero e, até em dois mil e catorze já tinha sido zero e, assim, de facto, não se prejudicou a economia Vila-realense. -----

---- Este documento diz-nos o Deputado Vasco Amorim, demonstra bem a incapacidade do Município em executar o binómio, chamou-lhe, aliás foi buscar uma frase dos Senhores Vereadores do Partido Socialista na altura, o binómio previsão/execução, taxas baixas. -----

---- Nesse mesmo ano, dois mil e nove, a taxa de execução de despesa de capital, a tal que

este ano é de quarenta e sete por cento é baixa, tinha sido de quarenta e cinco por cento apenas. E o Senhor Deputado Vasco Amorim que já era Deputado na altura apoiou entusiasticamente o relatório de gestão e contas, mas esse foi um bom resultado porque no ano anterior, em dois mil e oito as despesas de capital executadas tinham sido trinta e seis por cento e, no ano seguinte a esse voltaram a ser trinta e seis por cento. -----

--- Eu recordei que o ano dois mil e nove foi ano de eleições, talvez isso justifique aquilo que se poderá chamar de um “pico” de quarenta e cinco por cento. -----

--- Mas, para não vos dar os números todos, a série toda de dois mil e oito até agora, atribuindo o ano de dois mil e treze na íntegra, o PSD apesar de não ter sido, poderei dizer-vos o seguinte: nos seis anos entre dois mil e oito e dois mil e treze a taxa de execução de despesas de capital, executivo do PSD, foi em média de quarenta e quatro por cento. -----

--- A taxa de execução de despesas de capital deste Executivo nos últimos seis anos foi de sessenta e nove por cento, uma diferença para cima de vinte e cinco por cento. -----

--- E, portanto a análise crítica que os Vereadores da altura fariam a este exercício, integrado naquilo que tem sido a capacidade deste Executivo executar, talvez fosse amplamente positiva. E, já agora o Senhor Deputado foi ver o que disseram os Vereadores do Partido Socialista em dois mil e nove, da altura deste resultado líquido negativo, o primeiro, o tal histórico e, assim, foi histórico e superior ao de este ano, de resto. -----

--- Eu também fui, mas eu como estamos na Assembleia Municipal fui ver aquilo que o Doutor Manuel Martins, então Presidente da Câmara nos disse a nós, uma das coisas que na altura requerida, em dois mil e nove: ao Senhor Presidente Manuel Martins sabe o que era? Modernização do Aeródromo Municipal, taxa de execução, zero, virgula vinte seis por cento, coincidência ter falado precisamente no aeródromo. E sabe uma coisa, Senhor Deputado, e assim, se prejudicou a economia Vila-realense. -----

--- Já aqui foi dito pelo Senhor Presidente, o prazo de pagamento hoje aos fornecedores do Município de Vila Real é de dois dias. -----

--- Em dois mil e treze, como aqui foi dito, era de trinta e cinco dias. O Senhor Doutor Manuel Martins, na altura, feliz, informava-nos que, o prazo de pagamento, em dois mil e nove era de cinquenta e um dias e, achava isso bom, achava isso razoável e os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados do PSD também achavam porque chegavam aqui não só defendiam como votavam favoravelmente estes números. -----

--- E, agora dizem-nos que tudo isto é mau, todos estes números são maus, um prazo de pagamento de dois que compara com cinquenta e um, uma dívida a fornecedores de zero que compara com nove milhões, uma taxa de execução de sessenta e nove por cento média que compara com quarenta e quatro é mau. E, portanto, eu acho que sim, acho que é muito importante, é muito importante lembrar o passado. -----

--- Os Senhores tentaram fazer um exercício de memória, mostraram que têm dificuldade em fazer esses exercícios de memória, têm dificuldade em visitar o passado, eu ajudo-vos naquilo que posso, mas Senhor Deputado à que haver coerência. -----

--- E, sabe que, mais do que aquilo que o Senhor Deputado Vasco Amorim, em nome do PSD aqui nos vem dizer, é importante recordar outra das coisas que foi dito nesta reunião em

dois mil e nove, foi lembrado que a Inspeção Geral das Finanças tinha feito uma fiscalização ao Município de Vila Real e uma das coisas que dizia era: “que era necessário a elaboração e aprovação de orçamentos de rigor em termos de previsão e receitas e despesas”, e isso acontece agora. -----

---- Agora, de facto, aquilo que é previsto é aquilo que é executado, as despesas foram executadas oitenta e sete por cento, as de capital, quarenta e sete, porquê, Senhor Deputado? Porque em dois mil e vinte, felizmente, uma série de obras que já começaram no ano passado e, eu acredito que lhe desagradem um bocadinho, entre elas as do mercado municipal, estão em execução. Estão em execução e, portanto, serão entregues aos Vila-realenses, essas, a do PEDU, as que já foram aqui referidas, as do concurso de estacionamento, as dos transportes públicos, etc., etc.-----

---- E, portanto, era interessante o Senhor Deputado não só vir para aqui fazer esse discurso populista como eu lhe chamei, mas dizer-nos aquilo que falta fazer em Vila Real, quais são as promessas não cumpridas deste Executivo Municipal porque na altura Senhor Deputado, por acaso fui eu que vim aqui, não neste local, mas fui eu que fiz a intervenção do Partido Socialista e na altura lembrei o Senhor Doutor Manuel Martins, Presidente da Câmara de uma série de coisas. -----

---- Olhe, quer que lhe recorde algumas: -----
. Segunda fase da construção do Campo do Monte da Forca. Em conferência de imprensa havia sido dito que seria construído com ou sem fundos comunitários, não foi construído. ----
. As Piscinas Municipais cujo projeto já tinha sido adjudicado por trezentos e qualquer coisa mil euros, não foram feitas. -----

. Outra coisa curiosa que eu já nem me recordava, o Régia Douro Park, aquilo que hoje é o Régia Douro Park, na altura o Parque de Ciência e Tecnologia, o projeto tinha sido apresentado pela Câmara Municipal tinha sido chumbado, teve dois, vírgula quatro de zero a cinco, foi preciso refazê-lo e foi preciso o Governo abrir uma segunda candidatura. -----

---- Portanto, Senhor Deputado Vasco Amorim, eu compreendo a sua posição aqui, tem que criticar, não consegue descolar, hoje já começou a campanha eleitoral, Vila Real vai voar mais alto e andar de TGV e coisas assim do género, mas já agora, só para o recordar e para terminar, quem terminou definitivamente com as aspirações para voltarmos a ter a Linha do Corgo foi um Senhor chamado Pedro Passos Coelho, tinha sido Presidente desta Assembleia Municipal e era na altura Primeiro-Ministro. -----

---- De facto, a Doutora Ana Paula Vitorino esteve cá e disse que faria e que aconteceria, um projeto de vinte e seis milhões de euros e, que teria muitas fases e, a seguir, não sei se recorda, o PSD chumbou o PEC, o Governo caiu e foi eleito um novo Primeiro-Ministro e, as primeiras coisas que fez foi acabar com a Linha do Corgo, definitivamente e até aos dias de hoje. -----

---- Portanto, Senhor Deputado, eu compreendo a sua posição, compreendo que tenha que votar contra, mas seja coerente e, se no passado defendeu entusiasticamente opções que foram infinitamente inferiores e, essas sim, prejudiciais para a economia de Vila Real, como é que agora pode vir aqui e num discurso de campanha eleitoral vir-nos dizer que este é um

mau exercício. Não é, não é, à luz do nenhum dos prismas que o Senhor utilizou no passado. Disse. -----

---- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Inscreveram-se os seguintes Deputados para contra argumentação. -----

---- O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD) agradeceu e disse: Senhor Presidente só para clarificar, vou fazer duas intervenções, a primeira em defesa da honra e a segunda intervenção a descontar no tempo, são coisas diferentes. -----

---- Em defesa da honra, Senhor Deputado Rodrigo Sá, eu não aceito que me acuse de falta de dignidade, não aceito mesmo e a razão por que não aceito é porque o PSD é apenas um. -

---- E António Carvalho fez a intervenção na conferência de imprensa e cometeu um lapso e já nesta sessão, primeira reunião, apresentou a correção, não disse tudo, não disse quem o enganou, não disse quem foi que lhe deu a informação falsa, não disse. Mas essa pessoa é que poderá estar a ter algum problema de consciência porque devia assumir que deu uma informação falsa a um dos Vereadores do PSD, esse sim, mas nós não. -----

---- E, no que me diz respeito, não preciso estar sempre a repetir aquilo que António Carvalho diz, os pedidos de desculpas pelas suas afirmações, basta um dizer. Isso é para as vossas teorias dos multi-PSD's que vocês gostam muito de propagar. -----

---- Sempre, ao longo de quinze anos nesta Assembleia Municipal, sempre tratei as pessoas com correção e nunca me faltou pinga de educação e vou continuar assim até ao final deste mandato, Deus me ajude. -----

---- Fim da minha defesa da honra, queria agora fazer a minha intervenção política. Senhor Deputado Rodrigo Sá, obviamente que teria de vir aqui dizer qualquer coisa, mas também sem o insultar e sem lhe chamar nomes, coisa que é prática habitual no Partido Socialista pelo menos em Vila Real de algumas pessoas, não todos, também felizmente, esqueceu-se de dizer que estamos a comparar dois períodos muito distintos do ponto de vista de regras de orçamentação e de regras de contabilidade e de cultura até. -----

---- Na época, como sabe, era obrigatório inscrever a totalidade do valor dos projetos, mesmo sabendo de antemão que o projeto não ia ser concluído naquele ano e era um projeto plurianual. Hoje é totalmente diferente, hoje um projeto de quatro milhões que se prevê só executar este ano, por exemplo, dois milhões, escreve-se dois mil aqui este ano e depois faseadamente até à conclusão do projeto. -----

---- Por isso, é que hoje é mais grave mas muito mais grave a tal taxa de execução baixa de quarenta e sete por cento do que na época os quarenta e cinco por cento, o Senhor podia ter dito isso que tinha muito tempo. -----

---- E, repare, não lhe estou a chamar nomes, veja bem. Também refere que o tempo de pagamento de faturas é de dois dias, bom, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu e o Senhor Deputado Rodrigo Sá esqueceu-se que também podia ter repetido, eu também podia-lhe chamar nomes agora, mas não o vou fazer porque já disse o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Deputado Rodrigo Sá não precisa de dizer, isto é uma fórmula da DGAL. ---

---- E digo-lhe uma coisa, eu acho lamentável este país que tem duas regras de contabilização do que é privado e do que é público e origina estas situações extraordinárias, eu lamento isso, como também lamento que esta fórmula de cálculo engane as pessoas a pensar que é mesmo dois dias, entregam nos serviços uma fatura e passado dois dias recebem o cheque, isso é mentira, é só depois de estar tudo preparado a pagar lá numa fórmula que até dizem que é muito complicada, é que depois fazem umas contas mirabolantes e sai o número dois dias. -----

---- Mas não é assim, ninguém acredita aqui nem lá em casa, não é assim, não se entrega a fatura e recebe-se passado dois dias, não é, é fórmula da DGAL. O Senhor Deputado está a ver, não disse isso, mas eu insultá-lo? Chamar-lhe nomes? Não, não é para mim, não é para mim, Senhor Deputado. -----

---- Na verdade, quando o Senhor Presidente chegou à Câmara Municipal de Vila Real, acho que o prazo de pagamento era de trinta e cinco dias talvez, era um valor razoável e por esta fórmula, e no passado era cinquenta e poucos dias, mas falta dizer quanto era a cultura da época nos outros Municípios e que na época era assustador, era assustador, nós eramos os melhores, havia razões para isso. -----

---- Olhe, uma das razões que o Senhor também não explicou é que todo este rigor é originado do estrangeiro, das obrigações imposta pela troika, da lei dos compromissos, não foi por livre iniciativa de Vossas Excelências. -----

---- O PSD apanhou isso em dois mil e doze e que perturbou bastante a organização, porque é preciso ter o dinheiro para depois gastar. Enquanto que, antigamente, estava-se cheio de boa vontade de fazer coisas e, depois nós vamos arranjar dinheiro para pagar, nós vamos receber mais um apoio e, depois as coisas demoravam a chegar, não estavam em caixa, hoje não é possível, mas nós já apanhamos isso em dois mil e doze, repito. -----

---- Portanto, estamos a falar de regras diferentes, de uma cultura diferente e, curiosamente, quem nos está a pôr na ordem é o estrangeiro e é a troika, infelizmente, não foi conhecido a nível próprio. -----

---- Só uma nota final, relativamente ao fim da Linha do Corgo. Em dois mil e dez o Partido Socialista estava no Governo, prometeu estar pronta em dois mil e dez, retirou as travessas e não fez mais nada, Senhor Deputado, vamos ser sérios. Não foi Pedro Passos Coelho que acabou com a linha, ele enfrentou foi uma situação extraordinária de um déficit de onze por cento. -----

---- E quem foi que o fez? Não foi o PSD, foi o Partido Socialista pela terceira vez, é triste mas é verdade. -----

---- E, portanto, não vamos acusar Pedro Passos Coelho de não conseguir fazer uma coisa porque estava com enormes problemas, com enormes preocupações, que aliás, afetaram aqui Vila Real por outras razões, que não conseguiu, por exemplo, ceder o dinheiro necessário para concluir escolas, para concluir a estação ali do Seixo, que já estava praticamente com todo o dinheiro investido necessário pela Câmara Municipal. -----

---- Portanto, a verdade é complicada, eu não tenho mais tempo, muito obrigado. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS) agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, só algum tipo de peso de consciência é que poderia levar alguém a considerar-se insultado por eu elogiar o seu companheiro de partido, pela atitude nobre e digna que teve na última sexta-feira, assumindo, de facto, um erro e isso levou a que o Senhor Deputado Vasco Amorim se sentisse ofendido. -----

---- Eu não esperava ofender o Senhor Deputado Vasco Amorim de forma nenhuma, não quero que ele se sinta ofendido, mas volto a elogiar aqui, de facto, a humildade do Senhor Vereador António Carvalho, que muito bem assumiu aquilo que tinha que assumir. -----

---- Em relação àquilo que foi dito e, nomeadamente e em relação à Linha do Corgo, é importante dizer, devolver ao Deputado Vasco Amorim aquilo que ele disse, a verdade importa, e a verdade é só uma. -----

---- Nós podemos ir buscar todos os contextos que quisermos, mas quem tomou a decisão definitiva de encerramento e de abandono do projeto de recuperação da Linha do Corgo foi o Governo liderado por Pedro Passos Coelho. E podemos dizer tudo o que quisermos, ir buscar o Sócrates, ir buscar o Soares, ir buscar o Guterres e até o Vítor Constâncio, mas, de facto, quem decidiu foi o Senhor chamado Pedro Passos Coelho, que era Primeiro-ministro de Portugal, tinha sido Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real e, já agora, tinha obrigação de conhecer bem o dossier. -----

---- E só mais um pormenor, e se fizerem uma consulta às notícias da época, poucos meses, cinco meses antes de ser eleito tinha defendido, precisamente, a revitalização da Linha do Corgo. Não foi a única vez que ele se enganou, mas nessa enganou-se de certeza absoluta. --

---- Dizer o seguinte, os números do Orçamento Municipal de Vila Real deviam encher-nos de orgulho porque são melhores do que aqueles que nos apresentavam no passado. -----

---- E o Senhor Deputado Vasco Amorim diz-nos, há uma diferença cultural, tem toda a razão, há, de facto. E eu, enquanto Membro da Bancada do Partido Socialista fico muito feliz por perceber que a cultura hoje é completamente diferente. -----

---- Mas faço-lhe um desafio, se for visitar aquilo que vinha sido dito nas Assembleias Municipais da altura, a tal cultura de rigor de execução que hoje impera no Executivo Socialista da Câmara Municipal de Vila Real já era advogada. -----

---- Quando hoje dizemos que os impostos municipais devem ser limpos e transparentes e iguais para todos, era aquilo que defendíamos quando estávamos na oposição. -----

---- Quando nós defendíamos taxas de execução superiores não era porque na altura se podia ou deixava de se poder porque as regras aplicavam-se a quem estava a executar e aplicavam-se a quem estava na oposição. -----

---- E, portanto, quando se defendia que uma taxa de execução de trinta e seis por cento era má é porque era mesmo má, independentemente de ser em dois mil e nove ou em dois mil e dez ou dois mil e dezassete, há uma expectativa que é criada e que não é cumprida. -----

---- Agora, uma taxa de execução média deste Executivo no conjunto dos dois mandatos de sessenta e nove por cento de quase três quartos daquilo que eram os compromissos, já não me parece tão má. -----

---- Era preferível, Senhor Presidente, se pudesse chegar aos cem por cento, eu particularmente ficaria mais feliz do que com sessenta e nove por cento. -----

---- Desde já lhe faço aqui esse apelo, se pudesse chegar aos cem por cento seria ótimo, mas sessenta e nove por cento, apesar de tudo, é bastante melhor do que quarenta e quatro por cento. -----

---- Já agora, para sua informação, eventualmente não terá feito as contas, se tirarmos o ano de dois mil e treze, o tal que já, enfim, é um ano em parte partilhado, mas não quero de forma nenhuma puxá-lo para o Partido Socialista, a taxa de execução das despesas de capital seria de apenas de quarenta por cento nos últimos seis anos do Executivo do PSD. Disse. ----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: O PSD dava muito valor, devido à questão orçamental, porque já expliquei, dava mais realce à taxa de compromissos assumidos e à taxa de execução física, que era obviamente muito mais elevados. -----

---- O que quer dizer que, ou havia já o compromisso para a execução da obra ou já estava numa fase de execução física mesmo e, portanto, não estando concluído em diversas fases ainda não se tinha feito os pagamentos, não estavam concluídos. -----

----- O que era normal na época, atendendo a que a inscrição dos valores, como já lhe disse, era pela totalidade dos projetos, e sendo projetos grandes, no caso de projetos grandes, eles passavam de ano para o outro ano. -----

---- Mas, sobre isso não adianta porque os Senhores vêm cá várias vezes com mais tempo e, portanto, perco sempre, têm mais tempo, não têm melhores argumentos, mas têm mais tempo. -----

---- O que diz respeito à Linha do Corgo, Pedro Passos Coelho provocou um efeito muito severo em todos vós, isso é um facto. -----

---- Primeiro por causa da seriedade e pela coragem que teve para enfrentar aquelas circunstâncias, teria sido muito mais fácil deixar o partido ao abandono e ir para algum sítio no estrangeiro, tinha capacidade para isso e, deixasse que o Partido Socialista pusesse as contas em ordem, teria sido muito melhor para o PSD porque já não o associavam palavras como austeridade e dificuldades. -----

---- Bem gostávamos de ter visto o Partido Socialista a colocar o país em ordem, a autodisciplinar-se, a mudar de cultura. -----

---- Pode ser que o próximo ano seja um ano difícil para o Partido Socialista porque aconteceu este assinalável e extraordinário, esse indevidamente extraordinário, evento secular, uma pandemia terrível para o nosso país. -----

---- Será talvez a primeira vez que o Partido Socialista não terá responsabilidade na causa, mas terá muita responsabilidade na execução, no salvamento de Portugal. -----

----- E quanto ao encerramento definitivo de linha, eu digo-lhe uma coisa, Senhor Deputado, a única coisa que entendo que é definitiva é a morte e, até aí eu tenho esperança. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, trinta segundos para dizer uma frase que eu disse em dois mil e nove, na discussão do relatório de gestão e contas do município de Vila Real. -----

---- E eu disse assim: uma das obras da altura, a construção da rotunda na VIC, troço da Araucária/Praça da Galiza que teve uma execução financeira de vinte e três e meio por cento, e uma realização física de cem por cento. Este truque permitiu que em ano eleitoral se realizasse a obra, mas que o pagamento ficasse para dois mil e dez, apesar de estar previsto efetuar-se em dois mil e nove. -----

---- Isto tem dois nomes, dívida a fornecedores, é o primeiro e a diferença assumidíssima na cultura, aquilo que Vossa Excelência defendeu em dois mil e nove foi aquilo que eu estive contra em dois mil e nove e estou hoje, Senhor Deputado. Disse. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente faça o favor de concluir a discussão deste ponto. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: As questões foram múltiplas e vou tentar responder a todas elas o melhor que souber e poder. -----

---- Mas, começo por mostrar aqui um desagrado e, esse desagrado é com uma expressão do Senhor Deputado Vasco Amorim que diz que é direto, que é reto e, faz aqui uma insinuação de que alguém enganou o Senhor Vereador António Carvalho, mas não diz quem foi. -----

---- Ora, o primeiro desafio que aqui lhe deixo é, diga quem foi, esclareça ou então não trazia isso a esta Assembleia Municipal. Trazendo isso a esta Assembleia Municipal, deve levar isso até ao fim. -----

---- A insinuação fica-lhe muito mal e deixe-me sublinhar esse facto porque é relevantíssimo e há aqui um provérbio que diz que, «quem faz um cesto faz um cento» e, portanto, essa insinuação queria que aqui ficasse registada, e peço-lhe que sendo assim, concretize. -----

---- Vamos lá falar sobre a Linha do Corgo, “O Movimento Cívico pela Linha do Corgo”. -----

---- Comunicado e vou passar a ler, tenho aqui algum tempo e, portanto, peço-vos desculpa por vos roubar algum tempo. -----

---- “Pedro Passos Coelho, cabeça de lista por Vila Real para as últimas eleições legislativas, ex-Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real e atual Primeiro-ministro de Portugal, defendeu em maio do corrente ano, volvidos dois anos e dois meses sobre o abrupto encerramento do troço Régua/Vila Real da Linha do Corgo o seguinte: -----

---- Quando a Linha do Corgo foi encerrada à circulação, o Governo assumiu que era temporariamente. A verdade é que o tempo vai passando e o Governo faz o facto consumado, de vir dizer agora que estamos em grandes dificuldades financeira, que já não se pode fazer a remodelação que estava prevista. (isto era em dois mil e onze). -----

---- «Ora, isso não pode ser, dizia o Doutor Pedro Passos Coelho, nós precisamos de ter investimento de mais proximidade, que crie mais emprego e que seja mais produtivo, investir menos em coisas onde se fizeram mal as contas e, que vão provocar prejuízos de milhões e milhões de euros, que nos vão custar muito a pagar nos próximos anos».

---- Em outubro do mesmo ano, apenas cinco meses após estas palavras, o Primeiro-ministro do seu Executivo, anunciou o encerramento definitivo da Linha do Corgo sem apelo nem agravo em nome de um equilíbrio de contas ferroviárias, tentando sempre à custa do encerramento das vias férreas, como a do Corgo e, sempre com resultados desastrosos. -----

---- Mas, diz mais este comunicado, sublinhamos porque a Linha do Corgo não é Vila Real/Régua, sublinhamos que em mil novecentos e noventa e dois, último ano desta conta ferroviária, promovida por Cavaco Silva, na qual foram encerrados novecentos quilómetros de vias férreas, em apenas cinco anos, também à época, apelidadas de altamente deficitárias, o deficit da CP era de cento e setenta e oito milhões de euros, buraco que em dois mil e oito já tinha aumentado cento e quarenta e três por cento. E a linha que na altura foi encerrada foi a Linha Vila Real/Chaves”. -----

---- Portanto, falar sobre rede viária, estamos conversados. -----

---- E eu, como gosto de honestidade e sinceridade, deixe dizer-lhe uma coisa, aquilo que eu vou dizer se calhar não é popular, mas é aquilo que eu sinto e que acho que devo aqui dizer.

---- À época, nos anos oitenta era muito grave encerrar esta Linha ferroviária porque não tínhamos nenhum investimento na rodovia, demorávamos imenso tempo a chegar a Chaves ou imenso tempo a chegar ao Porto. -----

---- Entretanto, houve um forte investimento na rodovia e, hoje, estamos a pouco mais de vinte minutos da Régua e, aquilo que eu tenho defendido é que era fundamental, era decisivo, era importante que da Régua ao Porto tivéssemos um comboio em menos de uma hora, que este percurso fosse feito em menos de uma hora. -----

--- E que, depois de se conseguir isso, sim, podemos pensar na Linha iminentemente turística que liga Vila Real à Régua e, depois até, pensar, se pensarmos grande na linha que nos ligaria a Espanha, essa sim vital, importante para as exportações, para a internalização, etc.. -----

---- Mas, para já, o importante, o que é realmente decisivo, investimento certo era ligar a Régua ao Porto em menos de uma hora porque nós daqui à Régua são vinte minutos. -----

---- E, portanto, vamos ser sinceros, corretos e razoáveis. Eu sei que isto lhe custa e que a política séria o incomoda, faz aqui assim uns truques, o mercado – deslumbrante e pronto está o problema resolvido, seria o mercado deslumbrante. Sobre a linha férrea estamos conversados. -----

---- Colocou aqui outras questões – Loja do Cidadão, eu gosto de falar da Loja do Cidadão. ---

----- Nós não estamos a dizer aos Vila-realenses que têm que pagar onze mil e tal euros por mês pela Loja do Cidadão. Nós estamos a dizer duas coisas, os Vila-realenses vão pagar mil e duzentos, mil e trezentos euros por mês, o resto é pago pelo Estado Central, pelo Ministério das Finanças e pelo Instituto de Registo e Notariado e, estamos a dizer-lhe outra coisa, apesar de pagarem os dois em conjunto cerca de nove mil euros, estão a poupar onze mil porque aquilo que hoje pagam são vinte e dois mil euros, vinte e dois mil euros em negócios que foram permitidos e, esses sim, ruinosos. -----

--- E, agora multiplique isso por trinta anos e, por favor sejam sérios nesta questão, sabem que não podíamos expropriar, sabem que não era correto tentar sequer a expropriação

porque aquilo foi comprado, tinham leasing sobre um banco, não era correto agora dizer, pague o leasing e a seguir ir trair e tentar expropriar. -----

--- E temos pareceres jurídicos, vários, um até de uma ilustre jurista que tem até ligações à Bancada do PSD e mais não digo, que dizia que não era possível expropriar porque o imóvel está em muito bom estado e que uma Loja do Cidadão pode ser feita ali ou em qualquer outro lugar e, portanto, não era necessário reabilitar o edifício. -----

---- E, portanto, ser sério também é importante, eu não tenho medo de enfrentar nenhuma questão porque as enfrento de consciência tranquila e, posso errar, mas podem acreditar que tento sempre fazer o melhor que sei e posso em defesa dos interesses dos Vila-realenses. -----

---- O mercado, essa do mercado é absolutamente extraordinária porque eu vou associar o mercado às piscinas. -----

---- Eu lembro que o PSD dizia aqui, nós não podemos construir as piscinas e, falo das piscinas porque hoje mesmo eu e o Senhor Vereador Adriano Sousa tivemos oportunidade de estar a ver já o projeto quase final das piscinas, nós não podemos construir as piscinas ali em codessais, devíamos comprar um terreno e fazê-las não sei a onde, nunca disseram, são tão corretos que nunca disseram. -----

E. agora, criticam-nos por comprar um terreno para construir o parque de estacionamento, quando o objetivo era destruir o mercado municipal e o mercado municipal deixava de ser importante em termos históricos, qual história qual carapuça, não tem importância nenhuma. -----

---- E, aqueles que, vendem lá diariamente e que têm lá lojas? Esses também não têm importância nenhuma, trazemos outros pagam o dobro da renda ou o triplo. -----

---- E, os agricultores que vão lá às terças-feiras, sextas-feiras e, alguns ao sábado vender? Isso também não tem importância nenhuma, vão vender para outro lado qualquer e, fazíamos um mercado muito bonito com uma vista deslumbrante, era um mercado deslumbrante. -----

---- Aí está um grande programa eleitoral, vamos fazer um mercado deslumbrante. Nós propusemos que íamos fazer a reabilitação do mercado e propusemos que íamos fazer a construção de um parque de estacionamento, onde o vamos fazer. Sobre a Loja do Cidadão e sobre o mercado está respondido, sobre a linha férrea também. -----

---- Sobre a publicidade, lá está outro truque, eu direi que é um truque mesmo barato. É um truque barato porque é de alguém que sabe e conhece porque se fosse de alguém que não soubesse, que não soubesse que nas candidaturas comunitárias é exigível que candidatem verbas para a publicitação dessas candidaturas e como é que elas são executadas, como é que são feitas, como é que elas são pagas, com participações. -----

---- Se o Senhor Deputado não soubesse disto e, aliás não tivesse usado esse argumento várias vezes no passado, eu aceitava que viesse aqui dizer isso, agora o Senhor Deputado usou essa argumentação, sabe e vem aqui dizer isso, palavra de honra, disse-lhe isso na sexta-feira e volto-lhe a dizer, acho que é muito melhor do que aquilo que vem aqui fazer. ---

---- Com sinceridade, volto a sublinhar isso, é muito melhor, era capaz de fazer muito melhor

se tivesse uma leitura correta e dissesse a verdade absoluta das coisas. Não, faz aqui este jogo que eu direi que a mim me incomoda. E peço desculpa às vezes se sou mais agressivo nas respostas, mas fico mesmo incomodado com estas questões e acho que isso é um truque que não valeria a pena ser aqui usado porque já o conhecemos. -----

--- E, sobre os hotéis, uns começam outros não começam, olhe há um hotel o “Borralha Guest House” que já está em obras e bem avançadas e são mais quarenta e quatro e, portanto, eu aconselho a ir lá ver que esse está em obra avançada. -----

--- Houve um que parou, infelizmente, há um problema, mas há outros projetos. Espero que esta pandemia não trave nenhum projeto. -----

E acho que sobre as questões que o Senhor Deputado Vasco Amorim aqui colocou, julgo que respondi a todas. -----

--- Mas respondo sobretudo a uma outra questão, o Senhor Deputado Patrique Alves veio aqui dizer que a população de Vila Real está a diminuir. -----

--- Primeiro, não há nenhuns censos que digam que Vila Real está a diminuir, há uma projeção da Pordata que diz que nós em dois mil e oitenta, nós país teremos sete milhões de habitantes, portanto teremos menos três milhões do que aqueles que hoje existem. -----

--- E, se isso se vier a confirmar, eles vão fazendo estudos, se isso se vier a confirmar, Vila Real também perderá muita população. -----

--- Mas quero-lhe dizer que ao contrário ao que a Pordata diz, nós recebemos na passada semana, até para transferir para as Juntas de Freguesia o número de recenseados, ultrapassavam os cinquenta mil. Portanto é estranho a Pordata dizer que somos menos de cinquenta mil e o número de recenseados serem mais de cinquenta mil e, esses são dados factuais, não resultam de projeções, resultam de factos. -----

--- Mas o mais importante dizer se subimos ou não, mas o Senhor Deputado diz, estamos a diminuir a população, olhe eu tenho dois filhos não sei quantos tem, zero, olhe se calhar é por isso, que estamos a diminuir a população. Olhe, vai ao fator diminuir a população mas não diz o resto. Que diz, criação de emprego o estudo da Pordata, Vila Real criou emprego, aumento da criação de empresas, esse fator não referiu, do turismo, já agora é um dado da Pordata e, a dinâmica aumentou. -----

--- E, eu agora vou-lhe dar um valor, talvez o Senhor Deputado José Rebelo lhe dissesse, podia ter informado o Senhor Deputado Vasco Amorim e até o Senhor Deputado Patrique, número de trabalhadores, não estou a falar de desempregados, estou a falar de trabalhadores em dois mil e treze em Vila Real, onze mil, seiscentos e oitenta e nove; em dois mil e quinze, doze mil e noventa; em dois mil e dezassete, treze mil, cento e dez; em dois mil e dezanove, catorze mil, quinhentos e trinta e nove, isto é, de dois mil e treze a dois mil e dezanove criaram-se dois mil e oitocentos e cinquenta e oito empregos em Vila Real. ---

--- E estes dados batem certo com aquilo que a Pordata diz, que há mais empresas, que estamos a crescer em termos de dinâmica, o turismo tem aumentado. Estes dados sim, são comparáveis. Agora, no abstrato dizer que acha que a população está a diminuir e por causa disso Vila Real está a perder. -----

--- Olhe, nove milhões de euros a menos quando o saldo transitado em dois mil e nove eram

nove milhões de dívida a fornecedores. Eu imagino os desgraçados dos fornecedores, imagino aqui os empresários estarem a arder porque a Câmara não lhes paga o serviço que eles prestaram, o trabalho que eles deram, meses e meses à espera. -----

---- O exemplo da Rotunda da Galiza é um bom exemplo, era quase uma diferença de setecentos mil euros se não me engano. -----

---- Dois dias para pagar, as regras eram iguais às da época, antes eram cinquenta e tal e agora são dois, as regras eram iguais, isto significará com certeza que pagamos muito mais depressa e, zero dívidas a fornecedores no final do ano. -----

---- Eu, com muita sinceridade, com estes dados, eu ficaria e fico orgulhoso de poder estar hoje aqui a transmitir-vos esses dados. -----

---- Sobre o turismo, para além do hotel que há pouco explicitiei, queria-lhe dizer também que a Junta de Freguesia, por exemplo, de Lordelo viu aprovado um parque de caravanismo, é uma coisa que nos fazia falta em Vila Real. Temos um parque de campismo, não temos um parque de caravanismo, acho que é importante e é relevante. -----

---- Duas questões que eu aqui também queria explicitar. PSP, tem razão, é uma vergonha ao fim de tantos anos o Comando Distrital da PSP não existir de facto e, a Câmara e os sucessivos governos nunca terem resolvido o problema. -----

---- Exatamente por isso, é que, assinamos um acordo como Ministério SGMAI, está neste momento a ser executado o projeto, estão verbas inscritas MAI no valor de quatro, vírgula três milhões de euros e, o projeto vai em quase seis milhões. Vai haver um ajuste entre a equipa projetista e aquilo que são as exigências da PSP, na tentativa de se ajustar ao programa de concurso o dinheiro que está disponível, mas é algo que temos a expectativa e a esperança de lançar no próximo ano como obra no terreno. -----

---- Fala do Comando da Proteção Civil, como sabem nós já lançamos o concurso, infelizmente o concurso ficou deserto. Foi um concurso no valor de dois milhões de euros ficou deserto, não houve empresas a concorrer. -----

--- Olhe a falta de emprego é tão grande em Vila Real que já vamos tendo obras desertas, não foi a única, ainda há dias uma outra obra ficou deserta. -----

---- O que é que fizemos? Remodelamos o projeto, conseguimos alocar aqui mais dinheiro e, hoje mesmo, julgo que ficou fechado o processo que nos permitirá que na próxima reunião de Câmara ou na outra, imediatamente a seguir, possamos aprovar o acordo entre a Câmara Municipal, GNR e a Proteção Civil para ultimar o projeto e lançar a obra. -----

---- O Comando de Proteção Civil como se sabe está localizado no Aeródromo Municipal, isso vai permitir que o aeródromo tenha um outro hangar e uma outra estrutura para receber e largar passageiros e conseguimos também encontrar aqui uma forma de alocar verbas para compor a pista. -----

---- O concurso da pista está feito, estamos à espera do parecer da ANAC (entidade que regula os transportes de viação) e, se tudo correr dentro da normalidade, se amanhã a reunião correr bem, termos condições de adjudicar imediatamente a obra. -----

---- O dinheiro está lá, o concurso está feito e, portanto, se tudo correr dentro da normalidade, se o empreiteiro não falir, se não houver qualquer imponderável que nos

espace, infelizmente às vezes isso acontece, direi que, ainda este ano, teremos obra, quer do Comando da Proteção Civil e do hangar, quer da pista. -----

--- E, portanto, não teremos a execução zero de dois mil e nove, porque lembrava entre dois mil e nove e dois mil e treze a Câmara continuou a ser gerida pelo PSD, portanto, tiveram em dois mil e nove, mas depois tiveram quatro anos para tentar resolver e avançar com alguma coisa. -----

--- E, portanto, não conseguiram, é bom também dizer isso. -----

--- Sobre a população, já lhe falei, sobre os resultados negativos, o Senhor Deputado Patrique Alves disse não duvidar daquilo que eu disse, acho que não é questão de duvidar ou não duvidar, é estudar, é verificar se é assim ou não é, consultar alguém que conheça profundamente estas matérias e, se eu me enganei ou disse aqui algo que não corresponde à verdade, penalizo-me, peço desculpa, obviamente, não é uma questão de dúvida, são factos, é assim. -----

--- Impostos, olhe, nós temos um regulamento para atração de empresas, um regulamento, que aliás, foi aprovado aqui na Assembleia Municipal. E, talvez, esse regulamento, que prevê isenções de IMT, em função de número de postos de trabalho, de IMI, etc., etc., talvez esse regulamento ajude ou tenha ajudado à criação dos quase três mil postos de trabalho, nestes quatro ou cinco anos. -----

--- Talvez esse regulamento, o tal que afasta e que é nefasto para a economia local, tenha ajudado a que isto aconteça. -----

--- Sobre os outros impostos municipais, já disse que estou disponível, diga-nos onde cortamos e depois esse exercício já aqui foi feito uma vez pelo Senhor Deputado Rodrigo Sá, demonstrou uma base quase zero do orçamento, perguntou ao CDS diga lá onde quer cortar, não ouvi uma coisa para cortar. Aliás, as propostas do CDS são sempre para aumentar despesa, é um milagre das “rosas” que é aumentar despesa e cortar receita, eu isso não sei fazer. -----

--- Tenho uma solução que é deixar nove ou dez milhões de euros para pagar aos fornecedores, mas essa é uma solução, comigo isso não acontece, não acontecerá, não o farei, com inconsciência independente da lei, não me sentiria bem se o fizesse porque quem faz o seu trabalho precisa de ser remunerado e pago. Transitar isso em dívida, até o poderia permitir, nunca o faria. -----

--- Sobre a Douro Alliance, já aqui expliquei uma vez. A Douro Alliance é uma Associação de Municípios entre Vila Real/Régua e Lamego, fizemos essa associação. Infelizmente, este quadro comunitário não permitiu que a Associação se candidatasse a alguns projetos que tínhamos em mente e que vinham, aliás, da estratégia do passado. A Associação não é ilegível, mas achamos por bem não despedir os funcionários e não destituir a Associação até porque o próximo quadro comunitário pode permitir a reativação de um conjunto de situações que tínhamos previsto na Douro Alliance. -----

--- E, portanto, há três funcionários da Douro Alliance que estão a desenvolver atividade na Câmara Municipal de Vila Real e há alguns projetos que estão com a CIM, com a Câmara

Municipal, com as Câmaras da Régua e de Lamego a funcionar e esta é a comparticipação que coube à Câmara Municipal de Vila Real. -----

---- Geminações, olhe, nós participamos sempre na ExpoOrense e acho que é uma boa participação, julgo que tem funcionado, é um bom investimento. -----

---- Diz-me, consegue medir ao milímetro esse investimento? Não consigo, não tenho dados que me permitam aqui responder. -----

---- Juntas de Freguesias, olhe, em dois mil e dezanove e dois mil e vinte, no conjunto destes dois anos, houve um atraso e eu justifiquei-me perante os Senhores Presidentes de Junta, que o concurso das pavimentações em dois mil e dezanove o visto do Tribunal de Contas, um conjunto de procedimentos que tivemos que aguardar, mas este ano serão feitos três, vírgula três milhões de euros no mundo rural, só em pavimentações, em obras que contratualizamos com cada uma dos Senhores Presidentes de Junta. E a transferência média dos últimos anos é de um, vírgula três milhões de euros para as Juntas de Freguesia. -----

---- Quero-lhe até dizer, os Senhores Vereadores podem testemunhar, são valores, esses sim históricos, batem recordes, nunca antes no passado houve tantos contratos-programa como aqueles que há desde que nós chegamos à Câmara com as Juntas de Freguesia e é fácil de comprovar, basta analisá-los. -----

---- Eu julgo que respondi a praticamente a tudo, se houve aqui qualquer coisa que me tenha escapado e que eu possa voltar a clarificar, será um gosto. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Deputado Vasco Amorim faça favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Câmara, eu confesso que não é propriamente admirado, mas atendendo que me queria, digamos diminuir com processos de intenção e rebaixar, convém ficar claro que a intervenção do Senhor Presidente na mesma sequência também não lhe fica muito bem na fotografia. -----

---- Eu nunca falei que os Vila-realenses iam pagar muito dinheiro pela Loja do Cidadão, não, nunca. Eu disse sempre os contribuintes, está escrito, e nunca caí nesse erro porque eu sei bem, que o Senhor Presidente gosta muito de se escudar nas outras entidades do Estado Central, que vão contribuir para o erário do Município. -----

--- Eu sei isso muito bem, por isso é que eu não caio na asneira de dizer Vila-realenses, faça favor de tomar nota que eu nunca digo isso, digo sempre contribuintes. Já tivemos esta conversa três ou quatro vezes e, digo-lhe que o Estado Central gasta muito mal o dinheiro, com alugueres desnecessários, já disse isso mais do que uma vez, sempre, sempre. -----

---- Outra imprecisão sua muito grave porque deturpa as palavras porque no nosso escasso tempo para o dizer é que eu nunca falei entre censos, disse estudo da Pordata, nunca falei em censos. -----

--- Eu sei muito bem que foi em dois mil e onze e agora aguardamos para dois mil e vinte e um, nunca, nunca na vida. -----

---- Relativamente ao mercado ainda é mais escandaloso porque pôs palavras na nossa boca. O PSD em nenhum momento disse que ia retirar os lojistas que estão lá e colocar outros, nunca. Disse que ia aumentar o número de lojas e, portanto podia receber ainda mais lojistas para lá, era manter os que lá estavam e dar-lhe muito melhores condições. -----

---- Nunca, não ponha palavras na boca das outras pessoas porque isso poderá ter uma classificação negativa, que eu não vou proferir, sempre nos ataques pessoais, com processos de intenção e rebaixar. -----

---- Eu disse a verdade até agora, aquela verdade que eu podia dizer. Há outras coisas que eu não posso dizer, agora uma coisa é certa, que necessidade é que o Senhor Presidente tem de estar a alegar simpatias ou militâncias dos trabalhadores do Município? O Senhor não tem nada a ver com a militância dos trabalhadores do Município, não tem absolutamente nada, eles têm que cumprir a sua função com o maior profissionalismo e, eu acredito que é isso que devem fazer. -----

---- As questões que se levantam com a Loja do Cidadão são muito anteriores aos pareceres jurídicos, muito anteriores e não vou desenvolver isso porque não tenho tempo. -----

---- Relativamente às piscinas, nós somos contra as piscinas naquele local, já explicamos, porque é muito betão naquela zona, porque é um espaço verde e que devia ser aproveitado de outra maneira. E, achamos que só vai sobrecarregar a rotunda que já está muito sobrecarregada, que é a rotunda da bilha do barro preto e, portanto é uma asneira monumental, vamos esperar e ver. -----

---- Relativamente a uma coisa que disse e que eu estou de acordo consigo e porque é verdade, também o estudo da Pordata diz que há mais empresas, é verdade sim senhor. Mas, na questão do emprego que também referiu, faltou-lhe dizer que, em dois mil e treze foi o pico, curiosamente, no mês das eleições, foi o pico do desemprego em Vila Real. -----

---- Mas, o que inverteu este ciclo foi o ciclo económico e, o ciclo económico veio em crescendo até ao presente ano que agora com a pandemia partiu tudo, estragou tudo. -----

---- Mas, há uma conclusão que eu gostava que se retirasse daqui, está a ver não estou a falar de pessoas, estou a falar de assuntos políticos, não estou a rebaixar ninguém, nem estou a pôr considerações que se podia fazer pior ou melhor, nada disso. -----

---- O que é importante é falar das matérias políticas e dos factos e, se de facto há mais de dois mil, oitocentos e cinquenta e oito pessoas a trabalhar em Vila Real, também é verdade que essas pessoas não estão a residir em Vila Real porque Vila Real tem uma habitação cara porque não há uma aposta em rendas baratas, em construção, em ação social, não o suficiente para que estas pessoas se fixarem. -----

--- É preciso incentivar as pessoas a ficar em Vila Real, é preciso ir mais além e nós não estamos a conseguir atrair as pessoas para residir aqui, por isso também explica a grande quantidade de veículos que chegam a Vila Real e que, de facto, transtornam o trânsito e que já temos uma rede viária pequena e temos visitas de muitos carros fora do concelho e, também para além daqueles que são do nosso concelho. -----

---- Portanto, é isto que nós temos que debater e encontrar políticas para ultrapassar estes problemas. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça favor. Senhor Deputado Patrique Alves. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Eu depois de ouvir o Senhor Presidente de Câmara e de ouvir aqui a questão levantada sobre a ferrovia que é um tema que me é muito caro, deixar aqui duas notas muito breves. -----

---- Primeiro, efetivamente foi o Governo PSD/CDS que a obra foi interrompida, mas o Partido Socialista, se a memória não me atraiça, já estará no Governo à cinco ou seis anos e, portanto, já teve oportunidade de reverter então essa má decisão, tomada na altura, após uma falência do país, como disse e muito bem o Senhor Deputado Vasco Amorim, pela terceira vez pela mão do Partido Socialista. -----

---- Mas, eu queria perguntar-lhe uma coisa Senhor Presidente, relativamente à ferrovia. O Senhor elencou aqui prioridades naquilo que será a sua visão, eu até posso concordar com elas, relativamente à prática, mas eu queria perguntar-lhe o seguinte, Senhor Presidente: ----

---- Atendendo à execução da ferrovia vinte vinte, que iniciativas políticas está o Senhor Presidente disposto a tomar, se a taxa de execução continuar a ser o que é e, se chegarmos a dois mil e vinte e um sem eletrificação na Linha do Douro, pelo menos até à Régua, essa é uma questão. -----

---- Depois relativamente a impostos municipais, eu vou pedir permissão ao Senhor Vereador António Carvalho para me servir daquilo que disse na última reunião e, corrija-me se eu tiver entendido mal, o Senhor Presidente em dois mil e nove referia-se aos impostos municipais como sendo alvo de iniciativa política, no sentido de os alterar. -----

---- E, eu pergunto-lhe, Senhor Presidente, o que é que mudou de então para cá. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça favor. Senhor Deputado Rodrigo Sá. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu estava ali a ouvir o Deputado Vasco Amorim e estava a lembrar-me de algo que aconteceu este ano. -----

---- Estava a lembrar-me de uma manifestação que aconteceu à frente da Câmara Municipal de alunos universitários, que se queixavam que não tinham onde viver. -----

---- O tal estudo da Pordata, uma das coisas que refere é de facto ter diminuído o número de alunos do ensino superior. -----

---- E, portanto, para mim, isto para mim parece-me curioso, que uma cidade que poupou muito, tem vindo a crescer o seu parque habitacional, de acordo com a Pordata tem vindo a perder população que se vê, de acordo com a segurança social tem mais quase três mil empregos criados e os alunos da Utad não conseguem arranjar quarto para dormir, há aqui qualquer coisa que não joga. -----

---- E, se calhar, Senhor Deputado, se parar um bocadinho para pensar em todos estes números, perceberá que aquele que é menos comprovável, aquele que eventualmente é o mais falível é precisamente aquele que atribuiu aleatoriamente ao Concelho de Vila Real uma eventual descida de população. Que poderá ter acontecido, os censos de dois mil e vinte e um assim o confirmarão ou não. -----

--- Mas há uma coisa que é certa, o número de inscritos na segurança social aumentou, o número de inscritos no IFP baixou, os alunos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro queixam-se que não conseguem encontrar casas porque elas estão todas alugadas. ---

---- É estranho, não há dúvida que são dados que não casam, o Senhor Deputado agarrou-se ao número que lhe apetecia porque lhe dava jeito, mas de facto, devia agarrar-se a todos os outros e chegar à conclusão que em dois mil e treze não havia em Vila Real e passo a publicidade, Hospital da Luz, nem havia Hospital da Trofa, nem havia Aldi, a Continental só tinha metade dos trabalhadores que tem hoje, a Decathlon também não existia, etc.,etc.. ----

---- Portanto, já percebi aquilo que nos vem aqui dizer. Passos Coelho foi bonzinho, fez tudo muito bem, muito bem, só que o contexto era complicado. Nós aqui, desde que este Executivo tomou posse fez tudo muito mal, tudo de mau que aconteceu também foi o contexto. -----

---- Pois é Senhor Deputado, sabe qual é o problema desse discurso, é que perante as pessoas não cola, e depois, de facto, as pessoas olham para o PSD e não percebem qual é a mensagem que o PSD quer passar porque descolar da realidade não vale a pena, as pessoas vivem em Vila Real, conhecem Vila Real, percebem aquilo que de bom e de grande aconteceu em Vila Real. -----

---- Qual era a palavra em relação ao mercado? De estupendo aconteceu, de bestial aconteceu nos últimos seis anos, que para projeto político dá, pelos visto, na ótica do PSD dá, portanto tem sido uma execução bestial. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente queira concluir se fizer o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu não sou professor de física, mas dois corpos usarem o mesmo espaço e o mesmo tempo, não sei como é que isso se faz. -----

--- E, portanto, ter os lojistas que hoje têm lojas no mercado, ter os agricultores à terça, sexta e sábado e demolir o mercado e construir o parque, tudo ao mesmo tempo, olhe, eu julgo que haverá gente que estará disponível para lhe pagar muito se descobriu essa fórmula, eu não sei como isso se faz. -----

---- Falou em contribuintes e não falou em Vila-realenses, eu admiro-me não ter dito aqui que os contribuintes portugueses poupam onze mil euros por mês com esta coisa da Loja do Cidadão. Em vez de dizer que pagam onze mil ou doze mil euros por mês, dizia, olhe a partir do momento em que a Loja do Cidadão esteja em funcionamento, os contribuintes estavam a pagar doze mil e qualquer coisa euros, passam a poupar onze mil. -----

---- Ouça, eu sei bem qual é a mensagem que Vossa Excelência quer passar, mas não é por repetir muitas vezes a mesma mensagem que ela passa a ser verdadeira e passa a ser a mensagem correta, é a sua mensagem, mas não é a mensagem correta. -----

---- Sobre habitação, nós dissemos aqui que tínhamos apoio ao arrendamento, cento e nove famílias, que temos cerca de seiscentas habitações sociais e, sabe podíamos ter mais, mas sabe o que é que fizeram? Venderam-nas, venderam-nas, nós votamos contra, dissemos que não deviam vender habitação social, que era um erro vender habitação social, mas vocês venderam porque queriam fazer dinheiro rapidamente para poderem investir e tentar com esse investimento ir ganhando eleições sucessivas, mas venderam-nas, venderam habitação social que agora tanta falta faz ao Concelho de Vila Real e, o Senhor Deputado Vasco Amorim sabe bem do que eu estou a falar. -----

---- Sobre habitação ainda dizer-lhe duas coisas: -----

---- Houve, de facto, há de facto um desajustamento entre o mercado habitação e a procura, não vale a pena esconder isso. -----

---- Há neste momento centenas de fogos em construção, centenas que, provavelmente, se estivessem concluídos há quatro ou cinco anos, hoje já estavam ocupados e vendidos. Essa culpa não foi, com certeza, do anterior Executivo, deste, muito menos, por que não tivemos essa capacidade de antecipação, mas houve provavelmente algum receio por parte dos empreendedores em fazer investimento que não tinham certo o seu retorno. E, de repente há um mundo de construção, eu de cabeça posso-lhe dar nove ou dez prédios que estão a ser construídos em Vila Real, fora as habitações unifamiliares. -----

---- Espero que, esta crise não venha pôr um travão a fundo nesta recuperação. E, talvez, essa falta de habitação realmente inflacione os preços e condicione alguns que preferem ir viver para as cidades limítrofes, embora trabalhem em Vila Real porque não têm aqui oferta. Isso acontece nas cidades que estão em crescimento, nós falamos em Lisboa, Porto e acontece isso. -----

--- É muito provável que o país no seu conjunto perca população e, é muito provável que Vila Real, não é um oásis no país, também venha a perder população. -----

---- Senhor Deputado Patrique Alves, a ferrovia como atravessa vários Municípios tem sido sempre tratado pela CIM, pela Comunidade Intermunicipal do Douro. -----

--- O Partido Socialista tem seis Câmaras, o PSD tem treze Câmaras na Comunidade Intermunicipal do Douro, mas a ordem tem sido de união. Temo-nos mantido unidos, temos concordado e, temos sempre que é possível falado a uma só voz, na defesa da ferrovia, na defesa da eletrificação da Linha da Régua ao Porto, já não é a vinte vinte, já vai ser vinte e qualquer coisa, infelizmente. -----

---- A argumentação que nos tem sido dada é a dificuldade no lançamento de concursos, dificuldades com empreiteiros e temos tido algumas dificuldades, até a Câmara Municipal tem tido, imagino o estado a nível nacional e, portanto, estamos disponíveis para ir até onde tivermos que ir dentro deste espírito de união dentro da Comunidade Intermunicipal do Douro. -----

---- O que é que mudou nos impostos municipais, olhe mudou um regulamento que esta Assembleia Municipal aprovou, não tínhamos nenhum incentivo à fixação de empresas no Concelho de Vila Real e passamos a ter um incentivo claro, transparente, objetivo, qualquer empresário que consulte a página do Município, sabe quais são os incentivos que tem. -----

---- E, posso-lhe dizer que esses incentivos, obviamente privaram o Município de largas centenas de milhares de euros porque os empresários beneficiaram dessas circunstâncias. Mas trocamos esses impostos por a criação de emprego, criação de empresas e fixação desses empregos em Vila Real. -----

---- Acresce que também os coeficientes na área do IMI mudaram, só isso justifica que havendo mais casas a pagar IMI, a receita tenha caído, os coeficientes mudaram, aplicamos o IMI familiar, também é relevante e, portanto, algumas coisas mudaram em termos de impostos. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Dado que não há mais ninguém que queira usar da palavra, coloco este quinto ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria** o Relatório de Gestão e Contas do município, referentes ao exercício de 2019

Apuramento dos Votos:

Contra: 9 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, Vítor Hugo Correia Mesquita, Maria Elisabete Ferreira Correia de Matos, Eurico Vasco Ferreira Amorim, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Fátima Manuela dos Santos Duro Rodrigues, Abílio de Mesquita Araújo Guedes, Marília Teresa Teixeira Ferreira, Pedro Miguel Magano Silva Pinheiro, Fernando António Pádua Correia de Azevedo.

Abstenções: 1 voto do CDS-PP: Patrique José Luís Alves.

A favor: 35 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS e do PSD. PS: 32 votos o PSD: 3 votos, União de Freguesias de Vila Cova/Pena/Quintã, Maria Adília Barrias Clemente; União de Freguesias de Nogueira/Ermida, Manuel João Musqueira Pombal; Freguesia de Parada de Cunhos, Daniel Francisco Simão Rosas de Carvalho.

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

QUARTO PONTO (passou a 6º)

Aprovar a 3ª Revisão do Orçamento de 2020 e das G.O.P.'s (Grandes Opções do Plano) para o período 2020-2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro **(deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020.**

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO:** - *Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020 - 3ª Revisão Orçamental*

- *Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:*

“Considerando que o SNC-AP, que revoga o POCAL, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, introduz um novo conceito de alteração orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas.

Considerando que a Estrutura Técnica EEAGRants, aprovou a candidatura municipal do projeto “Para Cá do Marão Embalagens Não!”, no âmbito do aviso de concurso #1 – Sistema de Reembolso de Depósito para Garrafas de Bebidas e Latas, cujo investimento elegível é de 751.103,94€, com uma taxa de comparticipação de 75,4%, repartida pelos anos 2020 e 2021;

Considerando que, em 20 de maio de 2020, foram submetidas duas candidaturas ao Fundo Ambiental, no âmbito do programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, cujo investimento elegível global é de 63.064,26€, com uma taxa de comparticipação de cerca de 50% do Orçamento de Estado, repartida pelos anos 2020 a 2024;

Considerando que o Governo lançou um programa designado PROTansP- Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público de financiamento das Comunidades Intermunicipais (CIM) para aumentar a oferta de transporte público nos territórios de baixa densidade;

Considerando a possibilidade da parceria entre o ICNF (autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade) e os municípios de Vila Real e de Mondim de Basto para execução do modelo de cogestão do Parque Natural do Alvão (integrado na Rede Nacional de Áreas Protegidas), com uma equipa técnica financiada pelo Fundo Ambiental nos anos de 2020 a 2023.

Considerando que as despesas inerentes às referidas candidaturas não ficaram previstas nas GOP's e Orçamento de 2020, sendo necessário agora incluir estes novos projetos no PAM e PPI, com dotação suficiente que permita a realização das despesas elegíveis nas referidas candidaturas no corrente ano:

PPI – Plano Plurianual de Investimentos:

- N.º 2020/I/30 - A Descarbonização pela Mobilidade Elétrica | Ambiente (+) | (-) Ruído – 9.600,00 €
- N.º 2020/I/31 – Para Cá do Marão Embalagens Não! - 55.200,00 €

PAM – Plano das Atividades Municipais:

- N.º 2020/A/35 - A Descarbonização pela Mobilidade Elétrica | Ambiente (+) | (-) Ruído – 3.400,00 €
- N.º 2020/A/36 – Para Cá do Marão Embalagens Não! - 158.600,00€
- N.º 2020/A/37 – PROTransP - Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público – 115 000,00€
- N.º 2020/A/38 – Cogestão do Parque Natural do Alvão - 10.000,00€

Considerando que a dotação dos referidos projetos terá como contrapartida a diminuição da dotação de classificações económicas de outros projetos do PAM e PPI, não implicando qualquer variação global nos documentos previsionais de gestão;

Considerando que não ficou prevista no orçamento da despesa a classificação económica “02.02.06 – Aquisição de Bens e Serviços – Aquisição de Serviços – Locação de Material de Transporte” que permita a realização da despesa no âmbito do projeto do PAM n.º 35/2020 e que, nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL, as despesas só podem ser liquidadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental, que só pode ser feita em sede de revisão orçamental;

Considerando que com a Revisão Orçamental está garantido o Equilíbrio Orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento de 2020 e das Grandes Opções 2020-2023, constante nos mapas anexos”.

----- DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de 3.ª Revisão do Orçamento de 2020 e das Grandes Opções do Plano para o período 2020-2023, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de junho de 2020».-----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Faça favor Senhor Presidente para fazer a introdução a este ponto se assim o desejar. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradeceu e disse: Senhor Presidente, julgo que a explicação é clara, também na comissão foram dados os esclarecimentos devidos. Mas, se houver alguma questão que eu possa responder, será um gosto. Muito obrigado. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão para este sexto ponto. Dado que não há ninguém que queira usar da palavra, coloco este ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada por maioria a 3ª Revisão do Orçamento de 2020 e das G.O.P.'s (Grandes Opções do Plano) para o período 2020-2023

Apuramento dos Votos:

Contra: 0 votos

Abstenções: 1 voto do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

A favor: 44 votos: 32 do Grupo Parlamentar Municipal do PS e 12 votos do Grupo Parlamentar do PSD

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

QUINTO PONTO (passou a 7º)

Aprovar a contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos, até ao valor de 1 000 000 € junto do Banco BPI, SA, para financiar a aquisição de Terrenos do Polo II da Zona Industrial de Constantim, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020**).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 18/05/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

----- **ASSUNTO: - Proposta para Contração de Empréstimo Bancário** -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Considerando que a contratação de empréstimos de médio e longo prazo por parte dos municípios se encontra regulamentada nos artigos 49.º a 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e podem ser contraídos para aplicação em investimentos não podendo ultrapassar o prazo de 20 anos;

Considerando que o município de Vila Real tem uma candidatura no Programa Operacional da Região Norte 2020 – Apoio à Localização de Empresas, para o investimento “Polo II – Expansão da Zona Industrial de Constantim”, previsto nas GOP’s e Orçamento de 2020, que importa realizar e, que as receitas normais do Município não são suficientes para garantirem o financiamento da componente nacional;

Considerando que este projeto inscrito no PPI (2020-2023) com o nº 11/I/2019PPI prevê que parte do financiamento a assegurar seja por recurso a empréstimos, quer da Linha BEI como de entidades bancárias;

Considerando que a aquisição de Terrenos é de cerca de 1 620 000€, de acordo com a avaliação efetuada por perito oficial, tendo o município já afetado a este projeto capitais próprios de 620 000 € e a parte restante é uma despesa não elegível na Linha de financiamento BEI;

Considerando que nos termos do nº 2 do 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os investimentos a serem financiados por empréstimos a médio e longo prazos, para além de serem identificados no contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10 % das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal, o que não é o caso;

Considerando que nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 52º a margem disponível de endividamento do Município para 2020 é de 3 514 089 €.

Neste contexto, proponho que a CMVR autorize a contratação de um empréstimo bancário com a seguinte tipificação:

1. **Finalidade** – Aquisição de Terrenos para o Polo II – Expansão da Zona Industrial de Constantim;
2. **Montante** – até 1 000 000 Euros;
3. **Prazo Global** - 20 anos, a contar da data de visto do contrato pelo Tribunal de Contas;
4. **Reembolso do Empréstimo:** Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas;

5. **Taxa de Juro:** Indexada à EURIBOR a seis meses na base 360 dias, e fixada de acordo com a **média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior** ao período de contagem de juros, juros, tendo o Spread de ser apresentado à milésima;
6. **Período de Carência** – Dezoito meses a contar da data de visto do contrato pelo Tribunal de Contas;
7. **Período de Utilização** - Dois anos a contar da data de visto do contrato pelo Tribunal de Contas;
8. **Outras Condições** – Critério para a determinação da taxa de juro aplicável em situações de mora, condições aplicáveis no caso de reembolso antecipado do crédito, comissão para a gestão e organização e montagem da operação, e outras despesas.

Que sejam convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito:

- Caixa Geral de Depósitos
- Banco Santander Totta
- Novo Banco
- Banco BPI
- Millennium BCP
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro

Para efeitos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de Agosto, na proposta terão de ser indicadas a taxa nominal, apresentada à milésima, e a taxa anual efetiva (TAE), calculadas nos termos deste diploma legal. Para o cálculo destas taxas os bancos têm de considerar como pressuposto a taxa negativa Euribor a 6 meses na base 360 dias de - 0,100%.

A proposta terá de ser acompanhada pela simulação do plano de pagamento, correspondente às condições apresentadas e considerando como pressuposto a taxa acima referida e a utilização total do capital imediata.

Que a data limite de apresentação das propostas seja fixada às 15H00 de 24/05/2020 e o ato público se realize pelas 10H00 de 25/05/2020.

A adjudicação da contração do empréstimo será feita ao banco que apresentar a melhor proposta em termos de Spread e Outras Condições. O incumprimento das cláusulas previstas nos pontos 2 a 8, por parte dos concorrentes permite a sua exclusão do concurso.

Serão excluídas as propostas dos concorrentes que introduzam um limite 0 (zero) à taxa de juro a praticar, no caso do indexante EURIBOR a 6 meses ser negativo, ou que apresentem uma taxa Euribor diferente da de 6 meses.

Que a comissão do concurso, que procederá ao ato público, à análise das propostas e à audiência dos interessados tenha a seguinte composição:

- Eduardo Luís Varela Rodrigues (Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro)
- Filipe José Martins Machado (Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial)
- Teresa Raquel Carvalho de Queirós (Chefe dos Serviços Jurídicos e de Fiscalização)”.-----

-----DELIBERAÇÃO: Aprovar a proposta.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de junho de 2020».-----

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----**

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário Excecionado - Destinado à aquisição de Terrenos para o Polo II – Expansão da Zona Industrial de Constantim.**

- Presente à reunião o Relatório de Análise de Propostas do Empréstimo Bancário Excecionado, destinado à aquisição de Terrenos para o Polo II – Expansão da Zona Industrial de Constantim.

“1. O estudo diz respeito á análise das propostas de concurso limitado para a contratação de um empréstimo bancário de longo prazo, aberto por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 18-05-2020, destinado à Aquisição de Terrenos para o Polo II – Expansão da Zona Industrial de Constantim.

2. A tipificação do empréstimo é a seguinte:

- Montante - € 1.000.000,00;
- Prazo Global - 20 anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas;
- Período de Carência – Dezoito meses a contar da data de visto do contrato pelo Tribunal de Contas;
- Taxa de Juro Indexante – Euribor a 6 meses;
- Reembolso em prestações - Prestações semestrais de capital e juros, iguais e sucessivas;

3. Para o efeito, foram convidadas a apresentar proposta as seguintes instituições de crédito: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Trás-os-Montes e Alto Douro, Banco Santander Totta, Banco BPI, Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP e Novo Banco, não tendo estas 2 últimas entidades apresentado proposta;

4. O ato público do concurso realizou-se no dia 01-06-2020, tendo sido admitidas todas as propostas apresentadas pelos concorrentes referidos no ponto anterior.

5. A análise das propostas, foi efetuada tendo em consideração as taxas de juro e demais condições apresentadas.

Tendo sido elaborada uma simulação das propostas apresentadas, que se anexa ao presente relatório, tendo como pressupostos base a taxa de juro indexante – Euribor a 6 meses na base 360 dias – de -0,10% e a utilização imediata e integral do capital. O quadro seguinte reflete os encargos globais inerentes à contratação do empréstimo.

Banco	SPREAD	Juros do Empréstimo	Comissão de Abertura/ Montagem	Outras Comissões	Custos Total do Empréstimo
CGD 1º ao 20º ano	1,130%	116.313,99	0,00	0,00	116.313,99
BPI 1º ao 20º ano	0,910%	90.965,41	1.000,00	0,00	91.965,41
CCAMTM AD 1º ao 20º ano	0,980%	99.001,23	0,00	0,00	99.001,23
SANTANDER TOTTA 1º ao 20º ano	2,590%	291.400,11	0,00	0,00	291.400,11

6. Conforme se pode verificar no mapa resumo a classificação das propostas é a seguinte:
1º Banco BPI

2º Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro

3º Caixa Geral de Depósitos

4º Santander Totta

7. Face ao exposto, somos da opinião que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pelo Banco BPI, ou seja, Taxa de Juro Euribor a 6 meses na base 360 dias mais spread de 0,910% e uma comissão de abertura/ montagem de € 1.000,00”.

Por despacho de 09/06/2020 o **Senhor Presidente da Câmara** concordou, remetendo o assunto à reunião do executivo municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo bancário no valor de € 1.000.000,00 ao Banco BPI, conforme relatório da análise de propostas, nos termos dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e nº 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? Faça favor de prestar esclarecimentos como introdução a este ponto. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: No fundo é para darmos corpo ao avanço da fase dois da zona empresarial de Constantim. -----

---- É uma candidatura que temos aprovada, os terrenos não são ilegíveis nessa candidatura e, portanto, é para avançar com este processo, até porque, temos uma lista de espera de empresas que com certeza aproveitarão estes terrenos para se instalarem em Vila Real. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão para este sétimo ponto. Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Só para e de uma forma muito sintética dizer que votaremos contra. As razões, penso que, já são sobejamente conhecidas, mas não é displicente dizer aqui de novo que este Município, como vimos há pouco no relatório e contas requereu uma série de empréstimos que não utilizou. -----

---- Nós, reiteradamente aqui, temos feito a apologia da devolução dos impostos municipais, dizem-nos que não é possível e também já é conhecida sobejamente a posição do CDS. Relativamente à questão que defendemos sobre a obra e sobre a política que nós defendemos de investimento com meios próprios, como meio privilegiado de investimento. ---- Portanto, deixar aqui esta nota para não nos furtarmos ao debate e vir aqui dizer o que pensamos. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: É só para sublinhar que o nosso saldo é ainda de nove milhões de euros. -----

---- E, quero informar esta Assembleia, que iremos contratualizar nove milhões de euros de empréstimos nos próximos tempos, para executar todo o programa eleitoral com que nos comprometemos. -----

--- Fazer aquilo que o CDS aqui propõe é um milagre, reduz impostos e paga as obras com meios próprios e, faz “omeletes sem ovos”, isso é impossível. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Coloco este ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a contração de empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos

Apuramento dos Votos:

Contra: 1 voto do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

Abstenções: 0 votos

A favor: 44 votos: 32 do Grupo Parlamentar Municipal do PS e 12 votos do Grupo Parlamentar do PSD

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

SEXTO PONTO (passou a 8º)

Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habitação, E.M., SA, ao abrigo dos artigos 48º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. **(deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020).**

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 01/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - Vila Real Social – Habitação, E.M., S.A. - Contrato Programa para 2020 --**

- Presente à reunião ofício da Vila Real Social – Habitação, E.M., S.A registado sob o nº 8136, datado de 26/05/2020, submetendo para aprovação do Executivo Municipal o Contrato Programa para 2020, aprovado na reunião do Conselho de Administração de 22 de maio de 2020, que se anexa.

Em 27/05/2020 o **Diretor do DAF** emitiu o seguinte parecer:

“Ao Sr. Presidente, Pode ser submetido à aprovação da CM”.

Por Despacho de 27/05/2020 o **Senhor Presidente da Câmara** remeteu o assunto à reunião do Executivo Municipal.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** 1- Aprovar a proposta de Contrato-Programa.-----
2 – Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato-Programa para 2020 celebrado entre a Câmara Municipal e a Vila Real Social – Habitação, E.M., S.A., ao abrigo dos artigos 48º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu há pouco dava os números da Vila Real Social, quinhentas e noventa e oito habitações, valor médio de renda setenta, vírgula noventa e dois euros. -----

----- No ano passado entregamos doze habitações. -----

----- Resolvemos um caso que era público, de um sem-abrigo que vivia em Parada e, que agora tem habitação social. -----

---- Quero cumprimentar o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Engenheiro Domingos Madeira Pinto e dizer-lhe que este contrato-programa justifica-se inteiramente pelos valores que aqui são explicitados e de forma clara. -----

---- Não é possível ter um parque habitacional para pessoas que necessitam, mais carenciadas, com maleabilidade e capacidade de gestão, sem uma empresa municipal também ela ágil e, que, rapidamente possa intervir na resolução deste problemas. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão para este oitavo ponto. Inscreveu-se o Senhor Deputado Patrique Alves. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: O CDS em coerência votará contra este contrato-programa. -----

---- Entendemos agora como no passado que os serviços prestados pela Vila Real Social EM são incipientes, pelo que deve o Município internalizar os serviços prestados pela empresa a bem do eficiente uso dos recursos públicos. -----

---- Não insistindo no nosso ponto de vista, qualquer benefício palpável pelos munícipes, quer pela sua missão, poderia estar facilmente, repetimos, integrada no Município, quer pela sua ambição. -----

---- Continuamos a não verificar nenhuma alteração de contexto, que nos permita mudar a nossa opinião, face à existência desta empresa. -----

---- Reiteremos que em coerência votamos contra, coerência que seria também expectável, relativamente ao Partido Socialista, uma vez que, em dezanove do nove de dois mil e três, como já aqui referi no passado, também votou contra a constituição desta empresa, na data que eu aqui referi. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Nós relativamente ao CDS-PP já sabíamos que essa era a posição, aliás a posição de coerência do CDS-PP ficará indelevelmente escrita na história como a “lei cristas”. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Coloco este oitavo ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habitação, E.M., SA

Apuramento dos Votos:

Contra: 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

Abstenções: 0 votos

A favor: 44 votos: 32 do Grupo Parlamentar Municipal do PS e 12 votos do Grupo Parlamentar do PSD

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

SÉTIMO PONTO (passou a 9º)

Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, ao abrigo dos artigos 47º e 59º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. **(deliberação da Câmara Municipal de 23 de março de 2020).**

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----**

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 23/03/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

----- **ASSUNTO: - Régia Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia - Contrato Programa para 2020 -----**

- Presente à reunião ofício da Régia Douro Park registado sob o nº 4353, datado de 16/03/2019 do seguinte teor:

“Ao longo da atividade desta instituição tem-se vindo a constatar que a direção do Régia Douro Park, tem proporcionado o desenvolvimento económico e social do concelho de Vila Real, através da instalação de empresas do Parque de Ciência e Tecnologia e criação de postos de trabalho.

A fim de podermos dar continuidade a este trabalho, remete-se em anexo a minuta do contrato-programa para o ano de 2020, a celebrar entre o Município de Vila Real e o Régia Douro Park”.

Por despacho de 17/03/2019 o **Vereador Nuno Augusto** remeteu o assunto à reunião do Executivo Municipal.-----

----- **DELIBERAÇÃO: 1- Aprovar a proposta de Contrato-Programa.-----**
2- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Contrato-Programa, para 2020, com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park nos termos dos artigos

47º e 59º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Vereador Nuno Augusto ausentou-se da discussão e votação deste ponto.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Julgo que também é claro, mas está aqui o Senhor Vereador Nuno Augusto se quiser acrescentar alguma coisa, estaremos disponíveis. Muito obrigado. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (NUNO AUGUSTO)**, No uso da palavra, disse: Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente e meus colegas de Vereação, Senhores Deputados. -----

--- O Régia Douro Park no último ano tem enviado toda a informação à Assembleia sobre todos os procedimentos, todas as contratações, todo o trabalho que é feito ao longo do ano pelo Régia Douro Park. -----

---- Só para evidenciar alguns números, no ano passado atingimos o número de oitenta e duas entidades alocadas no Régia Douro Park. -----

---- Tivemos no final do ano passado quatrocentos e setenta e sete postos de trabalho, que diariamente estão lá nas empresas e, as empresas do Régia Douro Park atingiram no ano passado um volume de negócios de cinquenta e oito ponto seis milhões de euros, dos quais cerca de dois milhões em exportações. -----

---- Acho que são alguns valores que justificam o trabalho que o Régia Douro Park tem feito, justificam também as transferências que o Município vai fazer este ano para o Régia Douro Park. -----

---- Também como já foi dito este ano, até por causa da pandemia, temos feito um trabalho muito grande com as empresas, saímos do Park para o Centro da Cidade e, temos ajudado também o comércio tradicional a adaptar-se às novas exigências do Covid. Muito obrigado. -

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente querará acrescentar mais alguma coisa? Passaríamos à discussão deste ponto. Senhor Deputado faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Relativamente ao contrato-programa do Régia Douro Park, devo fazer aqui duas reflexões prévias relativamente à nossa análise do documento e da evolução que tem experimentado, pelo menos, nos últimos três anos, que é os anos que eu acompanho com maior detalhe. -----

---- Devo dizer que registamos com agrado a inclusão de alguns indicadores, como a criação de emprego no Município de Vila Real, o número de empresas acolhidas, questões que nós havíamos levantado no passado. -----

---- Eu ouvia há pouco o Senhor Vereador Nuno Augusto trazer aqui alguns dados, que julgo que são novidade, pelo menos relativamente à documentação que aqui nos foi entregue. ----

---- Mas, devo dizê-lo, Senhor Presidente, Senhor Vereador e restantes Vereadores e Deputados que a crítica que nós fazíamos no passado é uma crítica que para nós se mantém atual, mas pese embora as melhorias que eu aqui já referi e sublinho. -----

---- Nomeadamente pela não definição de metas em termos daquilo que são os objetivos para o Régia Douro Park, nomeadamente o número de empresas que propõe fixar, número de postos de trabalho, que investimento se propõe a trazer para Vila Real. -----

---- Nós entendemos que tratando-se de um Park de Ciência e Tecnologia, esses objetivos devem estar claramente elencados e devem estar claramente sujeitos a instrumentos de medida. -----

---- E, só assim, nós entenderemos votar favoravelmente, enquanto assim não for, continuaremos a votar contra. E não tem a ver com o dinheiro investido, poderiam ser cem mil, duzentos mil, um milhão, aquilo que o Executivo Municipal entender investir em função daquilo que é a sua estratégia. -----

---- Tem única e exclusivamente a ver com esta questão que para nós é fundamental. -----

---- Eu ouvi o Senhor Vereador Nuno Augusto com muita atenção, mas fico com a sensação, isso são os dados de execução do ano passado, mas relativamente ao futuro e os objetivos mensuráveis que se propõe atingir, isso continua, não ouvi vertido aqui e é isso, sublinho, que faz a fronteira entre votarmos favoravelmente ou desfavoravelmente. -----

---- No dia em que isso estiver vertido no documento, nós votaremos obviamente favoravelmente. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Senhor presidente, este ponto de ordem à mesa vem pelo seguinte: acabou de ser distribuído por esta Assembleia, pelo menos por a maior parte ou totalidade dos membros da minha bancada, um documento que o Senhor Presidente da Mesa não acredito que tenha autorizado a sua distribuição. -----

---- Eu vou-lhe fornecer o documento para análise e tudo indica que é um documento propaganda do Partido Socialista, que o Senhor Presidente com certeza não autorizou a sua distribuição. -----

---- E, eu gostaria deixar claro, que acho isto lamentável porque os documentos são distribuídos pelo Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real. -----

---- Não podem ser momentos de distribuição panfletária de campanha. -----

---- **Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, disse: efetivamente não tive conhecimento deste documento. -----

---- **Interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal**, disse: Senhor Presidente, eu peço-lhe desculpa, realmente devia primeiro ter entregue o documento, foi um lapso meu, e peço-lhe desculpa pelo efeito. -----

---- Não é um documento de propaganda, aliás é um documento retroativo, é de dois mil e treze e foi para antecipar, para fornecer dados porque o próximo ponto da ordem de trabalhos tem a ver com água. -----

---- E, como não queria desviar atenção sobre este ponto, mas como tenho ouvido muitas coisas, relativamente ao que eu teria prometido ou não teria prometido em dois mil e treze, eu forneci este documento, não imaginando que a simples distribuição de um papel, de uma fotocópia de dois mil e treze, causasse tanto incómodo ao PSD. -----

---- Mas eu cometi um lapso porque devia ter primeiro pedido autorização ao Senhor Presidente, peço desculpa. -----

---- **Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, disse: estão aceites as desculpas Senhor Presidente. -----

---- **Continuou o Senhor Presidente da Assembleia**, dando a palavra ao Senhor Vereador Nuno Augusto. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (NUNO AUGUSTO)**, No uso da palavra, disse: Só para falar um bocadinho sobre o contrato-programa. -----

---- De facto, nós poderíamos acrescentar aí alguns valores ou acrescentar aí algumas metas, mas acho que, Senhor Deputado, atendendo aos valores e à capacidade de acolhimento de empresas que o Régia Douro Park tem, a capacidade de postos de trabalho que as empresas do Régia Douro Park têm, essa criação de empresas, essa criação de postos de trabalhos, não é mérito do Vereador, nem é mérito da criação do Régia Douro Park, é mérito de cada um dos empresários porque são eles que, efetivamente, criam emprego, criam riqueza e criam desenvolvimento na nossa região. -----

---- Acho que, os dados são bastante positivos, não conhece muitos parques que se tenham desenvolvido tão rapidamente como o nosso e, um dos exemplos é o nosso congénere de Bragança, que tem baseado a sua forma de crescimento muito na aprendizagem que nós obtivemos aqui em Vila Real. E, está agora também a arrancar e, felizmente está a começar a desenvolver-se, a começar a criar um ecossistema positivo de desenvolvimento e de empreendedorismo. -----

---- Nós poderíamos criar um conjunto de metas, mas acho que os valores são bastante positivos. -----

---- A nível de incubação e acolhimento de empresas nós tentamos todos os dias arranjar um espaço para poder acolher mais empresas. -----

---- Também dizer-lhe que este ano, com o problema do Covid, tivemos ali algum arrefecimento na criação de empresas, mas já foi ultrapassado, já voltamos a acolher mais empresas e voltamos a atingir estes valores. -----

---- Relativamente à captação de investimento, nós, de facto, tivemos um problema que é a falta de terreno, falta de áreas disponíveis para acolher mais empresas, que agora serão colmatados com o aumento de dezoito lotes na Zona Industrial de Constantim, como também, depois com a criação dos cinquenta hectares de área disponível na nova Zona Industrial ou ao alargamento à Zona Industrial. -----

---- Portanto, a criação de metas ou a criação de objetivos penso que não faz muito sentido, até porque nós não conseguimos controlar a criação de empresas ou a criação de emprego. -

---- Nós o que fazemos é referências em relação aos anos anteriores. Toda a informação que eu aqui dei, com os números que eu aqui transmiti, não foi mais do que compilar a informação que vos é distribuída antes de qualquer das reuniões das Assembleia Municipais. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente queira concluir se fizer o favor. Dado que não há mais ninguém que queira usar da palavra sobre este ponto? Vamos proceder à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria** a celebração de Contrato-Programa para 2020 com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park.

Apuramento dos Votos:

Contra: 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

Abstenções: 0 votos

A favor: 44 votos: 32 do Grupo Parlamentar Municipal do PS e 12 votos do Grupo Parlamentar do PSD

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

DÉCIMO PONTO

Tomar conhecimento do Regulamento Municipal que aprova a Redução das Tarifas Variáveis, de Abastecimento de Água e de Saneamento, aos Consumidores Domésticos praticadas pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A., nos termos do artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril (**deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2020**)

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

---- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 20/04/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata,

consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - Proposta de Apoio Municipal na Redução da Faturação da empresa Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A. aos Consumidores Domésticos de Vila Real - Regulamento Municipal**-----

- Presente à reunião proposta do Vereador Carlos Silva do seguinte teor:

“Considerando:

1. O período de grande contração económica de carácter generalizado que atravessamos por todas as razões que são do domínio público;
2. Que não é possível vislumbrar na presente data a real profundidade e extensão deste período de contração económica, nem tão pouco estimar com credibilidade o tempo que demoraremos coletivamente a ultrapassar este período;
3. Que todos os apoios extraordinários concedidos pelo Estado à Economia sem têm vindo apenas a centrar em apoios às Empresas, deixando os cidadãos na sua individualidade e especificidades próprias, sem qualquer Apoio Social específico que lhes permita atenuar o volume de gastos que mensalmente possuem para viver com algum conforto e dignidade e, como tal, auxiliar os cidadãos neste período de dificuldade;
4. Que a Câmara Municipal de Vila Real, ciente de todos estes factos e do papel que possui na comunidade em que está inserida, pretende reforçar o Apoio Social que já hoje presta aos seus munícipes, reiterando o seu compromisso de colocar todos os Vilarealenses no centro de toda a sua atividade;

Assim, a Câmara Municipal de Vila Real entende que na presente data se justifica a criação de um Apoio na Fatura da Água, aplicável às tarifas variáveis (consumo de água e saneamento) de todos os Clientes do segmento Doméstico da Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A. (AdIN) uma vez que, independentemente da atividade económica de cada cidadão, por detrás da sua vida profissional, existe um espaço familiar. Enquanto se justificar a manutenção deste Apoio na Fatura da Água mensalmente emitida pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A., a Câmara Municipal de Vila Real assumirá o pagamento de 4 (quatro) % dos encargos com as tarifas variáveis (consumo) de abastecimento de água e de saneamento.

Assim, não obstante o carácter genérico e automático da atribuição deste Apoio, o Regulamento anexo, visa conferir à sua atribuição o enquadramento que se justifica considerando que o financiamento deste Apoio resulta exclusiva e diretamente do orçamento do Município de Vila Real.

A Câmara Municipal de Vila Real assumirá assim a responsabilidade financeira decorrente da aplicação deste Apoio de forma genérica a todos os contratos de abastecimento de água e de recolha de águas residuais (saneamento) de Clientes do segmento Doméstico existentes

no Município de Vila Real, transferindo mensalmente para a Empresa Águas do Interior - Norte E.I.M., S.A. a percentagem anteriormente referida (4%).

Esta responsabilidade financeira estima-se que possa atingir o montante anual de € 102.000,00 (cento e dois mil euros), valor suportado na íntegra pelo Orçamento da Câmara Municipal de Vila Real.

Em anexo remeto a proposta de regulamento que sustentará este apoio”.-----

----- DELIBERAÇÃO: 1- Aprovar o Regulamento Municipal de Redução das Tarifas Variáveis, de Abastecimento de Água e de Saneamento, aos Consumidores Domésticos de Vila Real, praticadas pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte E.I.M., S.A., nos termos do nº 1 do artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, a vigorar até 31/12/2020. -----

2- Dar conhecimento à Assembleia Municipal nos termos do nº 3 do artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Este regulamento surge porque como é público e sabido, Vila Real começou a integrar as Águas do Interior Norte. ----

---- Fez parte da criação da empresa Águas do Interior Norte e a Emar desapareceu. -----

---- Tínhamos dito à época que os preços se manteriam, se mantinham os últimos preços, a fatura da água que a Emar estava a cobrar, quer para consumidores domésticos, que para pequenas empresas. -----

---- Verificamos que, para que tal tivesse que acontecer, havia ali a diferença de um ou dois cêntimos num dos escalões e, não quisemos que esse um ou dois cêntimos cobrado aos Vila-realenses porque palavra dada é palavra honrada e tínhamos que cumprir com esse objetivo. -----

---- E daí termos criado este regulamento. E este regulamento vem esclarecer que nos últimos seis anos e meio, a água desceu. Quando falamos em fatura da água, é água, saneamento e lixo, cumprindo todas as regras da Ersar, a fatura da água desceu dez por cento, incorporamos a inflação durante estes seis anos e, foi possível fazer aquilo que prometemos. -----

---- E, como tem sido dito, na rua por dirigentes da oposição, que subimos a fatura da água no Concelho de Vila Real, simplesmente porque houve dois meses que foram feitos por estimativa e, nalguns casos, houve essa perceção porque as pessoas em confinamento

ficaram em casa. E houve até dirigentes que afirmavam que a fatura tinha subido e, que eu teria prometido que em dois mil e treze desceria a fatura para metade e passo a citar: -----

---- “A fatura subiu, há uma habilidade nas contas, os Vila-realenses sabem que a fatura subiu e, o Senhor Presidente da Câmara prometeu baixar a fatura para metade”. -----

---- E como quem diz isto ou desconhece e, eu quero acreditar que desconhece, ou mente propositadamente e eu não quero acreditar que isso aconteça, eu trouxe o compromisso pelo qual me candidatei em dois mil e treze, e as medidas que eram na altura defendidas. ---

---- E passo a ler: -----

“O caminho a seguir. -----

. Implementar uma cultura de gestão financeira rigorosa no setor da água. -----

---- Lembro que as perdas desceram mais de trinta e cinco por cento”. Está ali o Senhor Vereador Carlos Silva que pode dar o valor exato dessa descida. -----

. “Combater o desperdício e acabar com gastos desnecessários. -----

. Rever os contratos com os fornecedores e renegociá-los se necessário (foi isso que fizemos com as águas em alta, com as Águas do Norte). -----

. Rentabilizar todos os recursos humanos e materiais deste setor, fornecendo serviços aos Municípios vizinhos, (foi isso que fizemos com a criação das Águas do Interior Norte). -----

----E, portanto, cumprimos na íntegra tudo aquilo que eu tinha prometido em dois mil e treze. -----

---- Está aqui, está aqui a prova, não é nenhum panfleto para o futuro, não é nenhuma publicidade, foi aquilo que nós dissemos que iríamos fazer. Quando dissemos que íamos fazer, pensamos e estudamos, não prometemos aquilo que não podíamos fazer, cumprimos ao cêntimo, quis aqui lembrar estes compromissos. -----

---- Quem diz o contrário não está a dizer a verdade e eu desafio qualquer um, mas qualquer um mesmo a vir aqui ou a outro sítio qualquer, estarei disponível para essa discussão, dizer que não cumpri com aquilo que tinha escrito, nos termos exatos no nosso programa eleitoral, está aqui o programa eleitoral. -----

---- Peço desculpa mais uma vez ao Senhor Presidente pelo facto de ter distribuído esta folha, sem ter pedido autorização, mas contra factos julgo que não há argumentos. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Estão aceites as desculpas Senhor Presidente. Está aberto o período de discussão para este ponto. Inscreveram-se os seguintes Deputados municipais. Dava a palavra ao Senhor Deputado Patrique Alves, faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: Relativamente a esta questão e ao regulamento municipal, que agora nos é dado conhecimento, que não é aprovado nesta Assembleia, em virtude do regime de exceção que vivemos por causa da pandemia, tenho três questões para lhe colocar: -----

----- Senhor Presidente, esta medida aplica-se aos consumidores domésticos, eu pergunto-lhe uma vez mais sobre as empresas, se tem alguma coisa preconizada para o futuro ou não, é uma questão que gostava aqui de lhe colocar. -----

---- E, depois duas questões que podem ser fundidas apenas numa, relativamente às Águas do Interior Norte e, ao acompanhamento que está a ser dado, por parte do nosso Município. Relativamente à recolha de assinaturas, que aconteceu por via digital, revelando alguma insatisfação de Municípios, nomeadamente de Câmara vizinhas, se me permitem a expressão, portanto, gostava de perceber qual é o grau de acompanhamento que estamos a dar a essa questão. -----

---- Parecendo uma questão de somenos, se calhar não será Senhor Presidente. Deixe-me que lhe diga o seguinte, ainda na semana passada o Município de Penacova, que também integrava uma empresa semelhante a esta que nós integramos, acabou por sair da empresa das Águas do Litoral Pinhal Interior, precisamente por causa das questões tarifárias. -----

---- Portanto, eu pergunto-lhe como é que nós estamos acompanhar essa situação, como é que está a ser feito o acompanhamento dessas dificuldades que vão surgindo no terreno e, que nós alertamos aqui em tempo oportuno porque percebemos que, a mesma empresa tendo o mesmo tarifário depois iria causar aqui algumas questões de fricção. -----

---- O Senhor Presidente na altura deu-nos uma explicação, mas eu gostava de perceber, se estão a acompanhar, se é que estão a acompanhar esta situação por que não podemos correr o risco, no meu ponto de vista, de hoje para amanhã ter aqui uma situação uma “Penacova no seio da empresa Águas do Interior Norte”. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: O PSD irá votar favoravelmente este ponto que diz respeito “tomar conhecimento do Regulamento Municipal que aprova a Redução das Tarifas Variáveis, de Abastecimento de Água e de Saneamento, aos Consumidores Domésticos praticadas pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte”. -----

---- E, não vamos, não vamos confundir as coisas, não vamos aprovar nenhuma intenção do Senhor Presidente eleitoral, não vamos aprovar nenhum documento que o Senhor Presidente de uma forma incorreta permitiu ou incentivou a distribuição nesta Assembleia, não vamos falar sobre nada disso. -----

---- E, também não vamos falar da grande disparidade de preços, entre os vários Municípios que participam nesta empresa intermunicipal porque não é o âmbito deste ponto e, porque também o PSD quer respeitar o pedido do Senhor Presidente da Assembleia, determinar a Assembleia até à meia-noite, nós estamos a esforçar por isso. -----

---- Portanto, gostaríamos que o Senhor Presidente que se mantivesse no ponto em questão, se fizesse o favor, para não arrastar esta Assembleia, como o costume, para altas horas da madrugada. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente faça o favor, para concluir este décimo ponto. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: O Senhor Diretor-geral da Unesco, por ocasião do Dia Mundial da Água, dizia o seguinte: -----

---- “A questão dos recursos da água potável é um dos maiores desafios do nosso século. As suas implicações são múltiplas, humanitárias, ecológicas e geopolíticas. -----

---- Uma das possíveis respostas pode, certamente, ser encontrada nas chamadas soluções baseadas na natureza, soluções que se inspiram no ciclo natural da água e, que promovem a proteção e reabilitação da biosfera”. -----

---- Este tema da água para nós é-nos muito caro, diz-nos muito, por isso sempre o trouxemos como bandeira e sempre o quisemos tratar de forma integrada e de forma clara.

---- Por isso, já fizemos o lançamento de empreitadas no valor de vinte milhões de euros, por isso é que criamos esta empresa ou ajudamos a criar esta empresa, contra a vontade daqueles que não criam nem mais um metro quadrado de saneamento no Concelho de Vila Real, nem mais um metro cúbico de saneamento. -----

---- Criamos a empresa e permite-nos lançar sete milhões de euros nesta área, para aumentar a taxa de cobertura de Vila Real no saneamento. -----

---- E, por isso temos sempre uma grande ilusão e uma grande vontade de discutir este tema.

---- Obviamente que, o documento que eu distribui não é para ser aqui discutido, não é para ser aprovado, este é um documento de dois mil e treze. -----

--- Mas, sinto-me confortado quando vejo aqueles que na rua sob o anonimato ou nas redes sociais, de forma absolutamente, direi que isso diz mais deles do que de mim, vão para lá dizer coisas que não correspondem àquilo que foi o nosso compromisso, agora confrontados com o nosso compromisso, é esse, foi aquele que dissemos, fogem à discussão ou não querem discutir. -----

---- Encerrado este tema, ia então responder às questões do Senhor Deputado Patrique Alves. Sobre Penacova, não faço ideia o que é que se passou, não conheço. Sobre os concelhos vizinhos, aquilo que nós sabemos é que todos aderiram voluntariamente e estão firmes na empresa. -----

---- Tiveram aprovações nos órgãos competentes, sabem as implicações que resultam desta adesão, sabem dos investimentos que vão beneficiar com esta adesão e sabem também, obviamente, dos tarifários que vão ter que ser aplicados de forma convergente em toda a extensão da área geográfica destas empresas. -----

---- Sabemos que há dificuldade, que há obviamente pressões, que há explicações e sensibilização em cada um dos concelhos às suas populações, mas para já, direi que tudo está a decorrer dentro da normalidade e não está fora daquilo que era a nossa perspetiva e o nosso receio de reação a estas questões. -----

---- Mas, sobre isto o Senhor Vereador Carlos Silva poderá responder melhor. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (CARLOS SILVA)** agradeceu e disse: Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, um cumprimento também a toda a Mesa, um cumprimento Senhor presidente da Câmara mais Vereação, Senhores Deputados e aquém nos assiste aqui na plateia e quem nos assiste lá em casa. -----

----- Dar-vos nota da primeira questão o seguinte: -----

---- Se há matéria que deve deixar o PSD desconfortável é esta matéria da água e esta matéria da empresa porque, reparem, quando a gente assumiu a gestão municipal o que é que a gente recebeu?

- . Recebemos uma empresa com um problema de catorze milhões de euros,
- . Recebemos um concelho com sessenta e três por cento de taxa de saneamento;
- . Recebemos uma empresa com trinta e seis por cento de ineficiências;
- . Recebemos um concelho com a nona taxa mais alta nas tarifas de água;

---- Ao fim deste tempo todo o que é que nós conseguimos fazer? Corrigir toda esta trajetória. -----

---- Hoje, temos uma nova empresa, um compromisso que tínhamos assumido, um desejo que era um desejo daquele que foi o líder durante muito tempo do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Doutor Manuel Martins. Durante muito tempo aspirou a ter uma empresa com estas características, onde, fomos capazes de fazer investimentos de vinte milhões, baixar as tarifas da água em baixa, chegando quase aos dezoito por cento acumulando inflação e estas reduções todas e, portanto, preparar a empresa para o futuro garantindo melhor sustentabilidade. -----

---- E, portanto, isto foi o que conseguimos fazer neste espaço de tempo e cumprindo aquilo que foram os nossos compromissos com os nossos cidadãos, cumprindo claramente aquilo que foi o nosso compromisso eleitoral. -----

---- Dar-vos nota deste trajeto que a gente fez. Para terem uma ideia, nós hoje uma fatura no Concelho de Vila Real que em dois mil e treze pagava por dez metros cúbicos, que era sempre o tarifário de referência os dez metros cúbicos, pagava trinta e dois euros, ponto cinquenta e sete cêntimos, paga hoje, vinte e oito euros e setenta e oito cêntimos, estou a falar de uma fatura com os mesmos metros cúbicos e, neste mês, ainda não estão incluídas a redução dos quatro por cento porque ainda foram feitas com estimativa, no próximo mês esta redução será refletida nas faturas. -----

---- Portanto, este é o compromisso que a gente assumiu. -----

---- Quando o Senhor Deputado Patrique falava, o que é que fizemos para as empresas? A própria empresa, a própria Adine ciente de que, de facto, o tarifário que a Ersar tinha imposto aos consumidores não-domésticos era como um tarifário desajustado, principalmente pela circunstância que estávamos a falar da pandemia. A própria Adine em articulação com a Ersar introduziu no escalão intermédio nos consumidores não-domésticos, exatamente para ir de encontro a essa circunstância que ocorria e ocorre nos nossos territórios, que são as pequenas empresas necessitem destes apoios, não pagarem o consumo de água ao mesmo preço que pagarão os grandes consumidores não-domésticos. -

---- Portanto, o que foi a estratégia? Foi a empresa tratou dos consumidores não-domésticos e as Câmaras Municipais trataram dos consumidores domésticos, por isso, vem aqui este tarifário. -----

---- Quanto à sua preocupação com Penacova, não se preocupe, como o Senhor Presidente disse, de facto, estamos de “pedra e cal”, dissemos bem o que queremos. -----

---- Se há matéria de que nos devemos orgulhar, que nos devia orgulhar a todos foi termos conseguido construir a primeira empresa intermunicipal no âmbito regional. Temos todos obrigação de ajudar esta empresa a desenvolver-se e a crescer e a ganhar sustentabilidade porque pode ser o embrião de futuras outras iniciativas com este cariz. -----

---- E, portanto, julgo que todos devíamos ter consciência deste papel e, o papel que desempenhamos na nossa comunidade, no sentido de conduzirmos as nossas comunidades a bom porto, sob pena de verificarmos, se não conseguimos construir projetos intermunicipais, poderemos ter a região completamente a definhar, conforme ponto de vista populacional. -----

---- Portanto, precisamos de conseguir construir projetos que nos agreguem e este é um projeto que nos pode agregar e a gente do vosso partido, como era o Doutor Manuel Martins a seu tempo viu isso e vocês parece que não estão a querer ver. -----

---- E, portanto, o que eu digo é que tenham atenção que este projeto muito relevante, é relevante para todos nós e o compromisso que nós temos vindo a assumir está a ser cumprido. -----

---- E isto permite-nos também, conforme foi dito e o Senhor Presidente também referiu, fazermos novos investimentos que de outra forma não seriam possíveis. -----

---- Os fundos comunitários neste setor apenas vão permitir financiar projetos nesta área que resultem de algum grau de agregação. Se nós não passássemos por este grau de agregação não teríamos acesso a esses fundos e sem esses fundos não conseguiríamos fazer os investimentos. -----

---- Isso vai-nos permitir atingir as taxas de cobertura de saneamento muito próximas já da média nacional, isto vai-nos conseguir fazer com que a empresa seja sustentável e que nos vai permitir fazer investimentos de eficiência nas redes, é isso que estamos a fazer. -----

---- Nós contamos, nos meses de julho e agosto, lançar concurso no âmbito da empresa cerca de trinta milhões de euros, dos quais cerca de onze milhões serão no Concelho de Vila Real entre a eficiência hídrica e as questões do saneamento. -----

---- E, portanto, este é o percurso que nós temos vindo a fazer. Julgo que temos de estar orgulhosos daquilo que temos vindo a fazer, que é um percurso sustentado e sustentável e, conduzirá este setor e esta empresa a um resultado muito positivo. ----

---- De momento era tudo, muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Não sei se o Senhor Presidente quer completar algo à cerca desta exposição. Faça favor Senhor Deputado Vasco Amorim. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL VASCO AMORIM (PSD)** agradeceu e disse: Senhor Presidente eu venho aqui lamentar dois factos. -----

---- O primeiro é que este ponto nós até nem temos que votar é só para tomarmos conhecimento, nada tem a ver com aquilo que foi aqui proferido pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Vereador. -----

---- Mas ainda acresce que, para além de uma grande divagação porque parece que há assuntos mal resolvidos e que tem de voltar outra vez a pontos que não estão em discussão, ainda foi referido aqui o nome do falecido Doutor Manuel Martins por uma ou duas ou três vezes. -----

---- Acho que, era de bom-tom que se referisse, por exemplo, a política do PSD no passado, a documentos em concreto onde viesse as tais afirmações que estão atribuídas ao falecido Doutor Manuel Martins. -----

---- Acho que, é outra maneira de estar na política, o Senhor já faleceu, acho que podíamos evitar estes tipos de considerandos porque é assim, não ganharam na altura e não vão ganhar agora, escusam de continuar a tentar colocar palavras na boca dele, tenham paciência, desculpem lá. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: O décimo ponto é tomar conhecimento. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento**, do Regulamento Municipal que aprova a Redução das Tarifas Variáveis, de Abastecimento de Água e de Saneamento, aos Consumidores Domésticos praticadas pela Empresa Intermunicipal Águas do Interior-Norte. -

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

DÉCIMO PRIMEIRO PONTO

Aprovar a prorrogação, pelo prazo de um ano a contar da data de publicação no Diário da República, da suspensão do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e respetivas medidas preventivas, ao abrigo do nº7 do artigo 141º, da alínea b) do n.º 1 e nºs 2, 6 e 7 do artigo 126º e do nº 1 do artigo 137º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugados com a alínea r) nº 1º do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020**).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 01/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - Prorrogação do prazo de vigência da Suspensão dos Planos de Pormenor do Bairro dos Ferreiros** -----

- Presente à reunião informação do Chefe dos Serviços de Planeamento e Mobilidade do seguinte teor:

“1) Introdução

No seguimento da deliberação da reunião da Câmara Municipal de 21 de março de 2016, foi iniciada a elaboração do Plano de Urbanização da cidade de Vila Real (PUCVR), procedimento publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 70 de 11 de abril de 2016, através do Aviso n.º 4812/2016.

Na sequência desta deliberação, foi desencadeado o procedimento com vista ao estabelecimento de medidas preventivas e suspensão de diversos planos de pormenor incluídos na área territorial do PUCVR, nomeadamente os Planos de Pormenor da Vila Velha (UOPG1), do centro Histórico da Cidade (UOPG2), da Antiga Zona Industrial (UOPG 4) e do Parque de Tourinhas (UOPG 5), com a consequente suspensão dos mesmos, nos termos do artigo 134.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Com o decorrer dos trabalhos da elaboração do PUCVR, verificou-se a necessidade de suspender também, o Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e aplicar as respetivas medidas preventivas que foram publicadas em Diário da República, 2ª série, n.º 111 de 11 de junho através do Aviso n.º 7813/2018.

Decorridos praticamente dois anos após o início do procedimento da suspensão do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e considerando que a elaboração do PUCVR está na fase final do procedimento, torna-se necessária a prorrogação da suspensão do Plano de Pormenor acima identificado.

2) Enquadramento Legal

Tendo sido fixado o prazo de suspensão do Plano de Pormenor em dois anos, a contar da data da publicação em Diário da República, de acordo com o n.º 1 do artigo 141.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), é necessário prorrogar o prazo de vigência da suspensão do referido Plano de Pormenor e das respetivas medidas preventivas, por forma a finalizar a elaboração da proposta do PUCVR, que se encontra ainda a decorrer. Para a prorrogação da suspensão do Plano de Pormenores e das respetivas medidas preventivas deve, de acordo com o n.º 7 do artigo 141.º do RJIGT, ser solicitado o devido parecer à CCDRN, que o deve emitir no prazo de 10 dias.

O prazo fixado para esta prorrogação, também estabelecido no n.º 1 do artigo 141.º do RJIGT, deverá ter a duração de um ano a contar da data de publicação em Diário da República.

A publicação em D.R., estabelecida no artigo 191.º, n.º 4, alínea h) do RJIGT, deve fazer referência aos procedimentos a prorrogar, ao prazo de prorrogação e anexar a deliberação da Assembleia Municipal.

Para efeitos do cumprimento do n.º 7 do artigo 141º do RJIGT, foi solicitado parecer à Comissão da Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), tendo obtido

parecer favorável à prorrogação do prazo das medidas preventivas estabelecidas para a área do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros.

3) Conclusão

Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal a aprovação da prorrogação da suspensão do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros, fixada pelo prazo de um ano a contar da data da publicação em D.R.”.

Em 18/05/2020 o **Diretor do Departamento do DPGT** emitiu o seguinte parecer:

“Ao Sr. Vereador Atendendo que se encontram em vigor as normas provisórias do PUVR e que até à conclusão da elaboração do PUVR poderão ocorrer ajustamentos / desenvolvimentos, concretamente no âmbito do processo de discussão pública do plano (fase que se seguirá), afigura-se que deve ser prorrogada a suspensão do PP do Bairro dos Ferreiros, cuja área se insere no PUVR, pelo prazo de 1 ano. Propõe-se, pois, que a Câmara Municipal delibere o envio à Assembleia Municipal para aprovação”.

Em 19/05/2020 o **Vereador Adriano Sousa** emitiu o seguinte Despacho:

“Concordo. Envie-se à reunião de câmara para deliberação e consequente submissão à Assembleia Municipal para aprovação”.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a prorrogação, pelo prazo de um ano a contar da data de publicação no Diário da República, da suspensão do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e respetivas medidas preventivas, ao abrigo do nº7 do artigo 141º, da alínea b) do n.º 1 e nºs 2, 6 e 7 do artigo 126º e do nº 1 do artigo 137º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugados com a alínea r) nº 1º do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Aqui só sublinhava o seguinte: -----

---- Julgo que, as informações são claras e isto resulta da possibilidade também que teremos em prolongar a discussão à posterior do PU e, isso é uma boa notícia para aqueles que diziam que estávamos a fazer uma aprovação do PU às escondidas dos Vila-realenses, no mês de dezembro, com tudo à pressa. -----

---- Não, está aqui a prova de que com tempo é possível aos serviços adaptarem-se à nova realidade, os Vila-realenses aqueles que querem construir, fazer, perceber os mecanismos,

e, agora, em discussão pública irmos ao encontro das pretensões que forem possíveis de acomodar e, chegarmos a bom porto com o documento que a CCDR aprove e que seja justo para todos. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberto a discussão para este ponto. Senhor Deputado Patrique Alves faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PATRIQUE ALVES (CDS-PP)** agradeceu e disse: De uma forma muito breve, questionar o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à calendarização do Plano de Urbanização da Cidade de Vila Real. -----

---- Acreditamos que possa e, certamente houve algum constrangimento também por esta fase mais difícil, mas gostava de lhe perguntar em que ponto, em termos de actualização, é que está este processo. -----

---- Sendo conhecedores do período especial que vivemos, votaremos em abstenção neste ponto. -----

---- No passado, relativamente a questões semelhantes temos votado contra, mas percebendo que há, efetivamente um momento diferente, tomaremos este sentido de voto.

---- Mas, gostava de lhe perguntar qual é que é, em termos actualizados, o ponto de situação, se é que há alguma evolução e se há alguma recalendarização. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra em relação a este décimo primeiro ponto. Senhor Presidente quer concluir? Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)**, No uso da palavra, disse: Respondendo à questão do Senhor Deputado Patrique Alves, aquilo que eu posso referir é o seguinte: -----

---- Neste momento a versão final do Plano de Urbanização está para publicação no Diário da República, com vista a iniciar-se o período final de discussão pública. -----

---- Vai ser um período de trinta dias, durante o qual os Municípios, para além deste período que vigorou entre a publicação das Normas Provisórias e agora a discussão pública, também terão mais trinta dias para apresentar as suas reclamações e as suas sugestões. -----

---- No fim do período de trinta dias, serão analisadas as diversas reclamações dos Municípios e, será elaborada a versão final do Plano para publicação. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente quer concluir? Dado que ninguém mais deseja usar da palavra, vamos passar à votação do décimo primeiro ponto. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada por maioria a prorrogação, pelo prazo de um ano a contar da data de publicação no Diário da República, da suspensão do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e respetivas medidas preventivas

Apuramento dos Votos:

Contra: 0 votos

Abstenções: 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, Patrique José Luís Alves

A favor: 44 votos: 32 do Grupo Parlamentar Municipal do PS e 12 votos do Grupo Parlamentar do PSD

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

DÉCIMO SEGUNDO PONTO

Aprovar a proposta de composição do Júri do procedimento concursal para recrutamento do Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau – Diretor do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI), nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de Agosto (deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «**DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO:** - *Designação do Júri de Recrutamento do Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau: Diretor do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI)* -----

--

- *Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:*

Considerando que a Assembleia Municipal aprovou, na sua sessão de 28 de fevereiro, a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2020, no que respeita à criação do lugar de Diretor do DEI, passando a estrutura orgânica dos serviços municipais a ser constituída pelas Unidades Orgânicas Nucleares: Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e Departamento de Planeamento e Gestão do Território (DPGT) e Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI).

Considerando que o cargo de Diretor do DEI, que tem na sua dependência a Divisão de Obras Municipais (DOM), os Serviços Urbanos e os Serviços de Estudos (SU) e Projetos (SEP), se encontra por preencher, estando assegurada a dotação orçamental para a despesa resultante do provimento deste cargo.

Considerando as atribuições e competências do cargo do Diretor do DEI e as principais responsabilidades e funções que lhe estão associadas exigem uma liderança técnica que confira eficácia aos serviços, para melhor atingirem os objetivos devidamente quantificados e calendarizados e responderem às exigências postas a ação autárquica.

Considerando que, nos termos do artigo 13º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o Júri do procedimento para recrutamento dos cargos dirigentes, é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sendo o presidente e os vogais designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica.

Proponho que o Executivo Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguinte composição do Júri para recrutamento e seleção do Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau – Diretor do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas:

Presidente: Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues – Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Vila Real;

Vogais Efetivos: Eng.ª Helena Azevedo Fernandes Teles – Diretora de Serviços da CCDRN e Professor Dr. Amadeu Duarte da Silva Borges – Pró-Reitor da UTAD.

Vogais Suplentes: António Manuel Leite Ramalho – Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão do Território do Município de Vila Real e Dra. Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim – Diretora de Departamento de Recursos Humanos do Município de Matosinhos”.-

----- DELIBERAÇÃO: 1 - Aprovar a proposta. -----
2 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o júri para o procedimento concursal de seleção para o provimento do cargo de Direção Intermédia de 1º Grau: Diretor do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012 de 29 de agosto. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? Faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Este ponto tem a ver com a orgânica da Câmara Municipal, é um lugar que está a concurso, propomos o júri. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto da Ordem do Dia. Quem deseja usar da palavra, a cerca deste ponto? Dado que ninguém deseja usar da palavra, vamos proceder à votação do décimo segundo ponto. --

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada por unanimidade, a proposta de composição do Júri do procedimento concursal para recrutamento do Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau – Diretor do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas (DEI). -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

DÉCIMO TERCEIRO PONTO

Aprovar a proposta de composição do Júri dos procedimentos concursais para recrutamento de Cargos de Direção Intermédia do 4º Grau: Coordenador dos Serviços de Gestão da Residência de Estudantes e Coordenador dos Serviços de Gestão dos Museus Municipais, nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de agosto (**deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2020.**

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- **DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO:** - *Abertura de Procedimento Concursal para provimento de Cargos de Direção Intermédia de 4º Grau:* - *Coordenador de Serviços de Gestão dos Museus Municipais (SGMM) - Coordenador de Serviços de Gestão das Residências de Estudantes (SGRE)* -----

----- *Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:*

“Considerando que a Assembleia Municipal aprovou, na sua sessão de 28 de fevereiro, a alteração à estrutura orgânica e ao Mapa de Pessoal para o ano 2020, no que respeita à criação de lugares de dirigentes de unidades orgânicas flexíveis do Município, lideradas por titulares de cargo de direção intermédia de 4º Grau, prevendo-se a possibilidade de abertura de procedimentos para ocupação destes cargos, estando assegurada a dotação orçamental em 2020 para a despesa resultante do seu provimento.

Considerando que num processo contínuo de observação e avaliação do modelo de organização, no sentido de lhe dar uma maior coerência e capacidade de resposta no desempenho das funções que deve assegurar, se constata que existem uma série de equipamentos cuja gestão exige conhecimentos muito específicos e grande responsabilidade, e que esta tem vindo a ser assumida por técnicos da autarquia, sem que sejam titulares de cargo dirigente.

Considerando o cumprimento das normas regulamentares do município, a aplicação de procedimentos relativos para uma melhor gestão dos colaboradores, a avaliação de desempenho (SIADAP) dos funcionários afetos a cada um dos equipamentos, etc. só é possível conferindo-se legitimidade e competências aos seus responsáveis.

Considerando que o recrutamento destes cargos Dirigentes está circunscrito a trabalhadores do Município, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da carreira Técnica Superior.

Considerando que, nos termos do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o Júri do procedimento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e é composto por um presidente e dois vogais, sendo os três elementos designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, tendo os vogais desenvolvido atividades preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica.

Proponho que o Executivo Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 13º lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguinte composição do Júri para recrutamento e seleção, nos termos do artigo 13º, dos Cargos de Direção Intermédia de 4º Grau: Coordenador de Serviços de Gestão das Residências de Estudantes (SGRE) e Coordenador de Serviços de Gestão dos Museus Municipais (SGMM)

Presidente: Eduardo Luís Varela Rodrigues – Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Vila Real;

Vogais Efetivos: Helena Azevedo Fernandes Teles – Diretora de Serviços da CCDRN de Vila Real e Filipe José Martins Machado – Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial do Município de Vila Real.

Vogais Suplentes: Teresa Raquel Carvalho de Queirós – Chefe de Serviços Jurídicos e de Fiscalização do Município de Vila Real e David José Pereira Pires, Coordenador dos Serviços de Gestão do Pavilhão dos Desportos”. -----

----- **DELIBERAÇÃO: 1 - Aprovar a proposta.** -----
2 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o júri para o procedimento concursal de seleção para o provimento dos cargos Direção Intermédia de 4º Grau: Coordenador de Serviços de Gestão das Residências de Estudantes (SGRE) e Coordenador de Serviços de Gestão dos Museus Municipais (SGMM), nos termos do nº 1 do artigo 13º da Lei 49/2012 de 29 de agosto. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 17 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? Faça favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: A explicação é exatamente igual ao ponto anterior. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este ponto da Ordem do Dia. Quem deseja usar da palavra sobre este ponto? Dado que ninguém deseja usar da palavra, vamos proceder à votação do décimo terceiro ponto. --

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade,** a proposta de composição do Júri dos procedimentos concursais para recrutamento de Cargos de Direção Intermédia do 4º Grau: Coordenador dos Serviços de Gestão da Residência de Estudantes e Coordenador dos Serviços de Gestão dos Museus Municipais. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** No uso da palavra, disse: Muito obrigado, Senhores Deputados. Passemos para

DÉCIMO QUARTO PONTO

Aprovar a celebração de Contrato-Programa com a União de Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 1 de junho de 2020**).

Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal:

----- «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO que, da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 01/06/2020, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----ASSUNTO: - *Comparticipação Financeira às Freguesias para Investimentos - União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã* -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Procurando garantir o financiamento necessário para a realização de algumas obras de extrema importância nas freguesias do Concelho e promovendo a desconcentração e a descentralização, a Câmara Municipal de Vila Real, consciente das dificuldades financeiras com que as juntas de freguesia se debatem, proporciona a celebração de contratos-programa com as Juntas de Freguesia que permitirão que estas realizem as obras de imediato.

Nesta sequência e após a informação dos técnicos da Autarquia e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, proponho que a Câmara Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da mesma lei, a celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã, e no qual é estabelecida uma participação financeira municipal de 10 000 € (dez mil euros) para a realização de investimento na freguesia, especificamente a aquisição de uma viatura. A obra representa um investimento global de € 12 000 (doze mil euros).

Esta proposta está prevista no projeto PAM nº 202/2018 com a classificação económica 0805010213, com o cabimento nº 2221.

MINUTA CONTRATO-PROGRAMA

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do referido diploma, é celebrado o seguinte Contrato-Programa entre:

1º Outorgante – Câmara Municipal de Vila Real;

e

2º Outorgante – União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã;

que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

Constitui objeto do presente Contrato-Programa a definição do processo de cooperação financeira entre as partes contratantes com vista à realização de investimento na freguesia, nomeadamente a aquisição de uma viatura, cujo investimento global se estima em € 12 000, validado pelos serviços técnicos municipais.

Cláusula 2ª

Período de Vigência do Protocolo

O presente contrato aprovado na Assembleia Municipal de .../.../2020, produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 dezembro de 2020.

Cláusula 3ª

Direitos e Obrigações das Partes

1. Compete à Câmara Municipal:

- a) Zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas pela União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã;*
- b) Prestar o apoio técnico que eventualmente lhe for solicitado*
- c) Acompanhar a execução financeira da aquisição do equipamento e visar os documentos de despesa através dos serviços técnicos municipais;*
- d) Garantir a comparticipação financeira e transferir o montante do financiamento constante da Cláusula 4ª.*

2. Compete à União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã:

- a) Exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono do equipamento, nomeadamente a gestão administrativa e financeira da aquisição;*
- b) Promover e fiscalizar adequadamente a sua aquisição;*
- c) Remeter à Câmara Municipal cópia dos documentos da despesa, no prazo de 30 dias após a realização da mesma;*
- d) Não afetar a comparticipação recebida a fim diverso do referido na Cláusula 1ª;*

Cláusula 4ª

Instrumentos Financeiros e Responsabilidade de Financiamento

- 1. A comparticipação financeira da Câmara Municipal é de 10 000 €, a qual será suportada pela dotação do projeto PAM nº 202/2018, com a classificação económica 0805010213, com o cabimento nº 2221.*

2. O processamento da comparticipação financeira será efetuado mediante pedido de pagamento formulado pela Freguesia e informação dos serviços técnicos municipais.

Cláusula 5ª

Resolução do Protocolo

1. Qualquer dos outorgantes pode resolver o presente Contrato-Programa, perante o incumprimento de alguma das suas cláusulas pela outra parte.

2. Caso o incumprimento seja da responsabilidade da União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã a Câmara Municipal terá direito a ser reembolsada de todas as verbas transferidas ao abrigo do presente Contrato-Programa”.

----- DELIBERAÇÃO: 1 - Aprovar a minuta de Contrato-Programa.-----

2 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Contrato-Programa com a União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 15 de junho de 2020».-----

ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse: Senhor Presidente deseja usar da palavra? -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente, como é a minha última intervenção, dizer que este ponto em concreto a explicação é clara e que temos a expectativa que na próxima reunião da Assembleia possamos trazer muitos outros contratos-programa, que estamos a ultimar com as diferentes Juntas de Freguesia. -----

----- Informar também que, a partir de amanhã, julgo eu, que entrará novamente em vigor, com o esforço financeiro considerável por parte da autarquia, esforço que nunca fez no passado porque não era necessário, os transportes das carreiras interurbanas no Concelho de Vila Real. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Está aberto o período de discussão para este ponto. Dado que não há ninguém que queira usar da palavra, coloco este décimo quarto ponto à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade**, a celebração de Contrato-Programa com a União de Freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã, para apoiar a execução de investimentos na Freguesia. -----

APÓS A ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse: Deram entrada nesta Mesa da Assembleia Municipal alguns pedidos de Munícipes que querem usar da palavra. -----

---- Temos o Senhor Manuel Carlos Guerra Massa, na qualidade de sócio-gerente para poderes para o ato, solicitar providência no sentido de aceitar a sua inscrição para falar. -----

---- Relembra que neste período após a ordem do dia, tem o privilégio de falar durante cinco minutos, assim como, terão a resposta por quem de direito durante o mesmo período.

----- **O MUNÍCIPE MANUEL CARLOS GUERRA MASSA**, No uso da palavra, disse: Excelentíssimos Senhores Presidentes e restantes Membros da Assembleia da Câmara Municipal de Vila Real, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

---- Lamentavelmente, vou ter que começar por lavar a roupa suja, atendendo à patética desinformação que o Senhor Vereador do Ordenamento do Território e Urbanismo veiculou por duas vezes nesta Assembleia, respetivamente em dezassete de setembro de dois mil e dezanove e vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, nas quais afirmou que, a Câmara Municipal não tem competência absolutamente nenhuma na delimitação na Reserva Ecológica Nacional, a qual, no caso de Vila Real é da competência da Comissão de Coordenação da Região Norte. -----

---- Afirma-se na minha terra Senhor Vereador, dizer a verdade não é dizer mal, contudo não vou formalizá-la mas confrontá-lo com ela. -----

---- Ainda que não acredite na sua ignorância, pese o facto de Vossa Excelência estar absolutamente convencido da minha, quando as suas respostas apenas fala para a gravação em curso e toda a Assembleia, exceto para mim que coloquei as perguntas. -----

---- Aliás, se por acaso quisesse e tivesse como era sua obrigação, até porque mandatado para o efeito pelo seu Presidente, respondido às duas questões que eu coloquei, não teria chutado para canto, sabendo que eu apenas poderia marcá-lo na Assembleia seguinte. -----

---- Vou, contudo, bondosamente admitir estar Vossa Excelência cansado, com a cabeça a pensar PEDU, eventualmente também, promover o circuito todo o terreno de Vila Real na margem direita do Rio Corgo, do que só ponho o atual parque TIR denominado Rua Cidade Espinho, onde vivo, possa constituir já o seu primeiro embrião. -----

---- Entenda Vossa Excelência como quiser, as minhas evidentes afirmações factuais, mas vou-lhe referir para que possa eventualmente fazer um refreching do regime jurídico da REN, que o mesmo é estabelecido pelo Decreto-lei número cento e vinte e quatro, barra dois mil e dezanove, de vinte e oito de agosto, o qual obtém como objetivo principal proceder à

quarta alteração do Decreto-lei número cento e sessenta e seis, barra dois mil e oito de vinte e dois de agosto, republicando seguidamente o seu anexo quinto. -----

--- E, pasme-se, altera vinte e um artigos do mesmo, mantendo contudo, inalterado com a mesma redação, Senhor Vereador do Ordenamento do Território e Urbanismo, o seu artigo décimo respeitante à delimitação da REN e que diz o seguinte no seu número um: -----

--- “Compete à Câmara Municipal elaborar a proposta da delimitação da REN a nível municipal, devendo as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a Agência Portuguesa do Ambiente fornecer a informação técnica necessária e, competindo às primeiras assegurar o acompanhamento assíduo e continuado da elaboração técnica da proposta de delimitação do Município”. -----

--- Pelo que qualquer semelhança com a pseudo realidade enganosa por duas vezes transmitiu a esta Assembleia, pura coincidência e, no limite apenas poderia verificar-se a ordem das palavras, pudesse ser tão arbitrária, como fatores e, a sua descontextualização e a descontextualização que fez do binómio, perguntas- respostas. -----

--- Está marcado canto, lavada e engomada a roupa que eu não sujei e, que, espero bem, em nome da salutar divisão de tarefas, possa ser calmamente arrumada pelo Senhor Vereador na cómoda ou então pendurada no guarda-vestidos, mas sugerindo, caso este esteja equipado com espelho de corpo inteiro, faça uma introspeção dual, que lhe permita optar entre ficar folixado com a minha pessoa ou, pelo contrário, pedir desculpa, quer a mim, quer a quem o manditou, quer a esta Assembleia que deveríamos ter-lhe todo o respeito. -----

--- Encerrado este mau assunto, sou a referir que, às páginas dez pelo “Noticias de Vila Real” de vinte e quatro de junho, o Senhor Presidente da Câmara de Vila Real, anunciou que o Plano de Urbanização foi aprovado na última reunião camarária e que, após a sua publicação em Diário da República, estaria em discussão pública durante trinta dias, afirmando que esse será o tempo certo para que todos possam reivindicar, se for caso disso, os direitos que julgarem terem função da aplicação da lei, apelando a todos aqueles que, ao longo destes meses levantaram questões e, algumas certamente com justiça. -----

--- Assim sendo, face à universalidade do seu apelo, solicito-lhe não se pronuncie sobre problemas particulares, como a gaff do seu Vereador, a eco e lógica Quinta da Telheira e a Rua Cidade dos Espinhos e, que ao menos desta vez, não delegue a resposta em ninguém, informando direta e inequivocamente toda a Assembleia. -----

--- Se Vossa Excelência e restante Executivo Camarário consideram considerar os seguintes aspetos que dizem respeito, não apenas alguns, mas a todos proprietários agrícolas. -----

--- Ou seja, um- Tal como retiraram o limite mínimo de área bruta de construção duzentos metros quadrados, retirar também o inadequado e discricionário limite máximo de área bruta de construção trezentos metros quadrados nos espaços agrícolas, referido sobre a alínea i) e alínea b), do artigo décimo terceiro referente às pré existências, quer também no número dois do artigo vigésimo segundo. -----

---Dois – Repor a permissão de novas construções para fins habitacionais nos espaços

agrícolas, em conformidade com o enunciado no número dois do artigo trigésimo do PDM de dois mil e onze, aspeto este por e simplesmente omissos no atual normativo. -----

---- Gostaria ainda, que se pronunciasse sobre o porquê de instituírem estas restrições que não resultam diretamente da lei, pelo que configuram uma inaceitável e generalizada expropriação de direitos, já que não se alterou matéria de facto, sendo que estas questões a que o Senhor Vereador não respondeu, já eu as perguntei na Assembleia de vinte e oito de fevereiro, conforme poderá mandar verificar a página cento e um da Ata vinte, barra de dois mil e vinte, relacionada. -----

--- Sendo minha convicção, caso Vossas Excelências repusessem o figurino original do PDM de dois mil e onze, muitos dos potenciais lesados onde me incluo, possivelmente deixariam de o ser. -----

--- Vou terminar, lembrando a todos os presentes que a virótica poeira que paira no ar e que nesta fase disputa a gaivota no céu de Lisboa, determinou que esta Assembleia pudesse acontecer neste magnífico e arejado auditório, apelando a Vossa Excelência e, ao restante Executivo Camarário arejem também as ideias e, desistam de passar diretamente o PDM segunda geração para um PDM de quinta ou sexta geração. Claramente, fora do tempo e fora da Lei, ao assumir uma postura feudal, não prevista nem metricamente qualificada, quer no Decreto-lei oitenta, barra dois mil e quinze, quer na Lei de Bases dos solos públicos, publicada em maio de dois mil e catorze. -----

---- Vamos todos investir em sossego, Senhor Presidente, evitando semi-retas judiciais com princípio, mas sem fim à vista, permitir-me sugerir-lhe, pense um pouco antes de responder ou decidir não responder às questões expostas e, ao apelo sincero formulado neste último parágrafo. Muito boa noite, muito obrigado e boas férias para todos. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Doutor Manuel Massa leva daqui uma boa notícia, a pavimentação da Rua Cidade Espinho está em concurso público, em breve será adjudicado e, portanto, o estado degradado da via, em breve será corrigida. -----

---- Dizer-lhe também que, obviamente, nós não temos nada contra ninguém e o nosso objetivo é ajudar todos os Vila-realenses. Não somos daqueles que lucramos ou que nos sentimos contentes com o prejuízo dos outros porque isso não faz sentido. -----

---- Quem exerce funções, como as que exerço, estando circunstancialmente como Presidente da Câmara, o meu interesse é servir e servir bem os Vila-realenses. -----

---- Dito isto, passava a questão em concreto para o Senhor Vereador Adriano Sousa. Muito obrigado. -----

----- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Respondendo às questões que foram colocadas aqui pelo Senhor Doutor Manuel Massa, eu

começarei por dizer o seguinte: -----

---- A REN que está em vigor foi aprovada desde a data de publicação do Plano Diretor Municipal em dois mil e onze e, desde essa data até ao presente, não foi alterada. -----

---- A segunda questão que eu gostaria de referir é que nós não estamos a falar em Plano Diretor Municipal, não estamos a falar em revisão do Plano Diretor Municipal, nós estamos a falar em alteração do Plano Diretor Municipal. Estamos a falar em elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Vila Real. -----

---- E, em sede de elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Vila Real, não há nenhuma alteração do regime da REN porque o regime da REN será alterado em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, que ocorrerá futuramente. -----

---- Portanto, penso que haverá aqui alguma confusão, que eu gostaria de esclarecer que não estamos a falar de Plano Diretor Municipal, estamos sim a falar de Plano de Urbanização. ----

---- Depois, referir que as Normas Provisórias do Plano de Urbanização foram aprovadas pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte. -----

---- E, também, para proposta final do Plano, aquela que está neste momento para publicação em Diário da República, foi aprovada em conferência de serviços, de todos os serviços que se têm que pronunciar sobre este Plano e todos os serviços pronunciaram-se favoravelmente. -----

---- Se, porventura, houver alguma questão que queira ser colocada, no sentido de ser analisada pela equipa que está a elaborar o Plano e por os Técnicos Municipais, haverá toda a possibilidade nestes trinta dias que decorrerão para efeitos de discussão pública, de ser apresentada a respetiva reclamação sobre aquilo que cada cidadão entender ter direito. -----

---- Nós, como o Senhor Presidente referiu aqui, nós não estamos aqui, de maneira nenhuma, a levar em linha de conta a opção do cidadão A ou do cidadão B, nós estamos aqui abertos para analisar os aspetos que cada um possa ter direito de reclamar. Agora, é óbvio que nós temos que dar cumprimento à legislação. -----

---- Eu referi já em sede de anteriores Assembleias Municipais que este Plano de Urbanização está a ser elaborado, não com base na legislação que foi publicada, que existia antes de dois mil e catorze e dois mil e quinze. Este Plano de Urbanização está a ser elaborado e tem que dar cumprimento à nova Lei de Solos publicada em dois mil e catorze e ao novo regime dos instrumentos de gestão territorial publicado em dois mil e quinze. -----

---- E nós não podemos sair daí, nós não podemos ignorar estas duas Leis que saíram em dois mil e catorze em dois mil e quinze e fazer o Plano de Urbanização com base na legislação que existia antes de dois mil e catorze. Porque isso é contra a lei. -----

---- Portanto, mais uma vez, seja o Senhor Doutor Manuel Massa, seja outro cidadão qualquer ou outro Município qualquer, tem todo o direito de no período de discussão pública, apresentar as suas reclamações que serão atendidas, serão analisadas e, se houver possibilidade de as verter para o Plano de Urbanização, serão vertidas, se verificarmos que elas não concorrem em termos da legislação que está aprovada, é óbvio que elas não podem ter provimento. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente quer acrescentar mais alguma coisa? Não. Muito obrigado. -----

--- Temos aqui outro requerimento, a Dona Maria Emília P. Simões de Abreu. Também vem solicitar o uso da palavra no período após a ordem do dia. -----

--- Volto a chamar, Maria Emília P. Simões de Abreu, não responde, não está presente. -----

--- Passaríamos a chamar outro Munícipe, que apresenta também o seu requerimento para uso da palavra António Luís Crespi, Senhor António Luís Crespi, também não respondeu à chamada. -----

--- E, finalmente, o último requerimento referente ao Munícipe deste concelho Senhor Levi Leandro, lembrava o facto de ter cinco minutos para usar da palavra e, depois o direito à resposta às suas questões, num período de cinco minutos, faça favor. -----

----- **O MUNÍCIPE LEVI LEANDRO**, No uso da palavra, disse: Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento toda a Assembleia. -----

--- A questão que eu queria colocar aqui, é uma pergunta muito simples. -----

--- Em vinte de abril de dois mil e vinte, em reunião de Câmara foi aprovado o concurso para reparação do aeródromo municipal, reparação pontual da pista. -----

--- Nessa mesma ordem de trabalhos diz que, após um estudo feito, foi caracterizado em determinadas zonas anomalias. -----

--- Entretanto, constato que, em dezassete do seis de dois mil e vinte, foi feito um ajuste direto à empresa MBR sobre reabilitação pontual da pista do aeródromo. -----

--- Não sei se isto é, presumo que o concurso já tenha sido lançado porque foi aberto em vinte do quatro e aprovado pelos Vereadores, fico um pouco admirado e, gostaria que me esclarecessem se fosse possível, por que é que em dezassete do seis foi adjudica por ajuste direto, precisamente, reabilitação pontual da pista do aeródromo. -----

--- É outro trabalho que vão fazer ou está relacionado com o mesmo? Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Nós faremos chegar resposta escrita, não percebi muito bem a questão e nem tenho aqui os dados, não faço ideia do enquadramento, faremos chegar a resposta. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Concluídos os assuntos desta Assembleia, anuncio a leitura da **minuta da Ata** pelo Senhor Primeiro Secretário, a qual, após votação, **foi aprovada por unanimidade**. -----

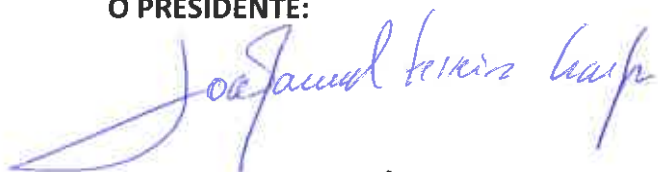
-- Senhoras e Senhores Deputados muito boa noite a todos, muito obrigado pela vossa colaboração e pela vossa compreensão, um bom regresso a vossas casas. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

---- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram zero horas do dia trinta de junho de dois mil e vinte. -----

---- A presente ata vai ser assinada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do artigo 79º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Junho de dois mil e dezoito. -----

O PRESIDENTE:



O PRIMEIRO SECRETÁRIO:



A SEGUNDA SECRETÁRIA:

